

Cristianismo

nos séculos iniciais

Aspectos históricos
e visão espírita

Antonio Cesar Perri
de Carvalho

CASA EDITORA
O CLARIM



Cristianismo nos séculos iniciais

Aspectos históricos e visão espírita

Antonio Cesar Perri de Carvalho

Cristianismo nos séculos iniciais

Aspectos históricos e visão espírita

Matão, SP

1ª edição

2018

CASA EDITORA
O CLARIM

Copyright © 2018 by

CASA EDITORA O CLARIM

Propriedade do Centro Espírita O Clarim

1ª edição: maio/2018, 6 mil exemplares

Impresso no formato 14x21 cm

ISBN 978-85-7357-173-8

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico sem autorização do detentor do *copyright*.

Casa Editora O Clarim

Rua Rui Barbosa, 1.070 – Centro – Caixa Postal 09

CEP 15990-903 – Matão-SP, Brasil

Telefone: (16) 3382-1066; WhatsApp: (16) 99270-6575

CNPJ: 52.313.780/0001-23; Inscrição Estadual: 441.002.767.116

www.oclarim.com.br | oclarim@oclarim.com.br

www.facebook.com/casaeditoraoclarim

Capa e projeto gráfico: Equipe O Clarim

Revisão: Severino Celestino da Silva e Enéas Rodrigues Marques

Catálogo na Publicação (CIP)

C331c Carvalho, Antonio Cesar Perri

Cristianismo nos séculos iniciais: aspectos históricos e visão espírita / Antonio Cesar Perri de Carvalho. – 1. ed. – Matão: Casa Editora O Clarim, 2018.

288p.; 21 cm

ISBN 978-85-7357-173-8

1. Espiritismo. 2. Estudo doutrinário. I. Casa Editora O Clarim. II. Título.

CDD. 133.9

Prefácio

Severino Celestino da Silva¹

A história da vida de Jesus é sempre muito fascinante e muitos foram e continuam sendo, os historiadores que se preocuparam em registrá-la. Podemos citar dentro da visão judaica, a clássica obra *O Nazareno* de Sholem Asch e na visão ocidental *Vida de Jesus* do grande teólogo e historiador francês, Ernest Renan. Muitos foram os outros que se dedicaram a registrar a inigualável história deste homem que dividiu o tempo em antes e depois dele.

Depois de sua morte na cruz iniciou-se um período de tristeza e depressão entre aqueles que viveram com Jesus e desfrutaram de seus ensinamentos e obras em favor dos doentes e desprezados da sociedade de então. Jesus os consola aparecendo várias vezes durante quarenta dias, culminando com sua mensagem no Pentecostes.

Surge depois desses acontecimentos, o que se conhece como Cristianismo Primitivo, que abrange o período que vai da morte de Jesus até o começo do século IV, ou seja, até o Concílio de Niceia, no ano 325. Alguns pesquisadores denominam o Cristianismo Primitivo de Era Apostólica, simbolizando a missão dos discípulos de Jesus que se transformaram em apóstolos, exceção que se faz a Paulo de Tarso que não foi discípulo, mas apóstolo convocado pelo próprio Jesus, na estrada de Damasco, para a sua tarefa missionária.

É sempre uma alegria muito grande encontrar um livro que recorde e ratifique historicamente estes acontecimentos no primeiro, segundo e terceiro séculos, depois do Cristo. Como professor de Judaísmo e Cristianismo Primitivo, posso avaliar a importância deste trabalho do Dr. Cesar Perri, sobretudo porque ele ressuscita o Evangelho de Jesus sob a visão científica da história, relacionando-a com a ciência Espírita. As nossas pesquisas nos levam a afirmar que entre todas as religiões constituídas com seus postulados e corpo filosófico, a que mais se aproxima do cristianismo dos primeiros séculos é o Espiritismo. Por isso, o Espiritismo pode ser chamado de o cristianismo redivivo de Jesus.

O papel principal do Espiritismo é ressuscitar a mensagem original do Evangelho de Jesus, que se desvirtuou, se perdeu no tempo e continua tão esquecida pelos que se intitulam cristãos.

Neste trabalho, o Dr. Cesar Perri traz riquíssimas informações históricas, que nos levam a sentir todo o calor daquela época tão repleta das energias reconfortadoras de Jesus, testemunhadas pelos apóstolos.

O autor utiliza uma bibliografia muito pertinente ao que ele se propõe realizar, desde o início do livro.

O livro inicia com as aparições de Jesus a partir do domingo da ressurreição, a Maria de Madalena, depois aos apóstolos e por último, a Paulo de Tarso e nos faz reviver a importância daqueles momentos de luzes trazidos por ele. Todas as aparições de Jesus foram importantíssimas para soerguer o ânimo daqueles homens tristes e deprimidos pela morte do seu líder. Por último, Jesus aparece a Paulo de Tarso convocando-o para a tarefa

missionária. No cristianismo primitivo, o papel de Paulo é retratado com muita realidade e reflete toda a importância que ele representou com o seu apostolado na Anatólia ou antiga Ásia Menor, atual Turquia.

Os cristãos dos primeiros séculos respiravam, testemunhavam e viviam o amor de Jesus em sua plenitude e aqui é retratado com muito realismo. O autor utiliza uma bibliografia que vai desde historiadores do Cristianismo Primitivo como Corbin, Rops, Chevitaese, Gibbon, Lopes, Blayney e o Patrístico Eusébio de Cesareia, formando uma ligação com autores espíritas como Léon Denis, Kardec e Chico Xavier. Este último corpo de autores é utilizado como suporte para o objetivo do trabalho que é apresentar a visão espírita do Cristianismo Primitivo.

O autor visitou muitos dos locais onde ocorreram os fatos narrados no livro e isto faz com que o trabalho consiga unir história, geografia, Evangelho e Ciência Espírita com riqueza de detalhes e muita realidade.

A proposta do livro foi bem cumprida no sentido de que o autor conseguiu narrar historicamente o cristianismo nos quatro primeiros séculos. Iniciando com os evangelistas, trazendo na sequência a importância e o papel de Paulo de Tarso, como principal divulgador da mensagem de Jesus. Analisa o papel de Simão Pedro, de Inácio de Antioquia e Clemente de Roma, como as primeiras lideranças do cristianismo, no primeiro século.

Um levantamento histórico é realizado em relação aos imperadores romanos e suas influências e perseguições aos seguidores de Jesus e mártires do cristianismo. Desde Galba (68 e 69 d.C.) até Galério Maximiano (305-311), Maximino Daia (305-313) e Constantino (306-337),

foram cerca de 30 biografias levantadas com suas importantes influências no início do cristianismo. Uma busca de fôlego e uma contribuição histórica de grande marco para os pesquisadores do cristianismo.

O trabalho ainda se estende ao período do século IV, época em que foi lançado o edito de Milão e as polêmicas que envolveram o Concílio de Niceia (325), o Arianismo e outras polêmicas, terminando com a expansão e os desvios do cristianismo.

A visão Espírita, alicerçada e projetada por entre os fatos históricos, enriquecem o livro e nos entrega uma exegese histórica de grande valor para o entendimento dos fatos.

Relembramos Kardec quando afirma em *O Evangelho Segundo o Espiritismo* capítulo I item 8 que: “A Ciência e a Religião são as duas alavancas da inteligência humana: uma revela as leis do mundo material e a outra as do mundo moral.” E acrescenta que:

“A Ciência e a Religião não puderam, até hoje, entender-se, porque, encarando cada uma as coisas do seu ponto de vista exclusivo, reciprocamente se repeliam. Faltava com que encher o vazio que as separava, um traço de união que as aproximasse. Esse traço de união está no conhecimento das leis que regem o universo espiritual e suas relações com o mundo corpóreo, leis tão imutáveis quanto as que regem o movimento dos astros e a existência dos seres.”

O Dr. Cesar Perri demonstra neste livro, que a opinião de Kardec é verdadeira, quando une Ciência e Espiritismo numa completude benéfica entre estas duas importantes alavancas da humanidade.

Conclui o autor, com esta citação benéfica da mesma obra de Kardec *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, Capítulo XI, item 8, nos fazendo refletir e compreender a nossa responsabilidade frente a necessidade de resgatar a cristalinidade do Evangelho de Jesus e procurar viver a sua essência em nossa vida cotidiana:

“[...] A história da cristandade fala de mártires que se encaminhavam alegres para o suplício. Hoje, na vossa sociedade, para serdes cristãos, não se vos faz mister nem o holocausto do martírio, nem o sacrifício da vida, mas única e exclusivamente o sacrifício do vosso egoísmo, do vosso orgulho e da vossa vaidade. Triunfareis, se a caridade vos inspirar e vos sustentar a fé.”

A literatura sobre Cristianismo e Espiritismo fica muito enriquecida com esta obra.

Desfrutem!

1. O autor é Prof. Titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Pós-doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiânia-GO; Prof. Fundador do Curso de Ciências das Religiões da UFPB; Prof. de Judaísmo e Cristianismo Primitivo no Curso de graduação a nível Bacharelado e Licenciatura em Ciências das Religiões da UFPB.

Apresentação

Historia est magistra vitae

O Império Romano e depois os albores do cristianismo, foram dois grandes temas que precocemente nos motivaram leituras e estudos.

Ao elaborarmos os livros *Epístolas de Paulo à luz do Espiritismo* (Ed. O Clarim, 2016) e ao mesmo tempo, *Centro Espírita. Prática espírita e cristã* (Ed. USE-SP, 2016), respectivamente, abordando fundamentos e aplicações práticas, em vários momentos sentíamos resvalar em situações críticas da própria história do cristianismo e éramos induzidos a refletir nas eventuais repercussões que poderiam ser percebidas até nossos dias.

Nesse contexto, pareceu-nos prioritário o foco nas ações dos cristãos até os momentos decisivos do Concílio de Niceia, do ano 325.

De início ficou claro que um estudo sobre o cristianismo nos séculos iniciais – I a IV – demanda obrigatoriamente a análise concomitante relacionada com o Império Romano.

O cristianismo surgiu e se desenvolveu no vasto território dominado por Roma e sempre ficou sujeito aos contextos da visão predominante dos romanos e de seus dirigentes a respeito das religiões.

O óleo que alimentou a chama forte dos pioneiros cristãos foi o ensino moral do Cristo, potencializado pela certeza da imortalidade da alma, propiciando continuamente que o candeeiro sempre estivesse acima do alqueire.

A simplicidade e a dedicação dos seguidores do Cristo dos primeiros séculos são nobilitantes. A história dos cristãos primitivos está cheia de heroísmos e de abnegações.

Até a liberação da prática cristã pelo imperador Constantino no século IV, os cristãos passaram por épocas com diversas intensidades de perseguições. Evidentemente que a atitude dos perseguidos e martirizados, de certa forma estimulou o interesse pela mensagem de que eles eram divulgadores.

Os exemplos marcantes vividos pelos cristãos idealistas sofreram alguns comprometimentos a partir dos momentos em que a religião cristã se ligou ao Estado Romano, tendo como marco o Concílio de Niceia.

Esses temas são desenvolvidos neste livro, procurando-se a fundamentação em textos de consagrados autores dedicados às pesquisas sobre o Império Romano, sobre o cristianismo inicial, e, principalmente, estabelecendo a relação entre ambos.

A esse conjunto acrescentamos a fundamentação espírita, notadamente com base nas obras de autoria de Allan Kardec e da produção mediúnica de Francisco Cândido Xavier.

A visão espírita contribui para a compreensão de cenários passados, sem preocupação em crítica negativa, no diapasão anotado por Allan Kardec:

“No Cristianismo encontram-se todas as verdades; são de origem humana os erros que nele se enraizaram.”¹

Esperamos trazer uma contribuição aos interessados no estudo da trajetória do cristianismo nos quatro primeiros séculos interligando

informações da História e a visão espírita.

A partir do pressuposto de que “a história é mestra da vida” (*Historia est magistra vitae*) nosso maior objetivo é estimular a análise sobre os acertos e os enganos que foram cometidos nos primeiros séculos do cristianismo, para servir de subsídio às reflexões em torno das eventuais analogias entre os momentos decisivos dos primeiros cristãos e o contexto que o Espiritismo vive no seu terceiro século de disseminação em vários Continentes.

Como consequência natural da linha de raciocínio desenvolvida no livro, ao final deste, apresentamos algumas ponderações para reflexões nos estudos e diálogos no meio espírita que possam colaborar com as ações que visem ajuste de rotas do movimento espírita, mantendo-se coerência com os delineamentos definidos pelo Codificador Allan Kardec.

Agradecemos ao filho Flávio Rey de Carvalho pela disponibilização de obras vinculadas à História e à Ciência da Religião e pela participação em um dos capítulos finais.

Para as transcrições de textos de o *Novo Testamento* padronizamos a consulta e citações da versão de Almeida Corrigida Fiel.²

Que o presente estudo possa contribuir para a compreensão do cenário atual do cristianismo em geral e para análises e eventuais revisões de rotas para o movimento espírita.

São Paulo, maio de 2017.

Antonio Cesar Perri de Carvalho

Referências:

1. KARDEC, Allan. Trad. Ribeiro, Guillon. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. 131.ed. Cap. VI, item 5. Brasília: FEB. 2013.

2. *A Bíblia Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento*. Trad. Almeida, João Ferreira. Edição Corrigida e Revisada Fiel ao Texto Original (ACF). São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil. 2016.

1. Informações introdutórias

1.1. Informações de Emmanuel inspiram viagens

Um sonho acalentado desde a infância e fortalecido com a leitura de livros sobre História e obras do Espírito Emmanuel foi se concretizando, em vários momentos, ao visitarmos várias regiões do Continente Europeu.

A primeira etapa ocorreu nos idos de 1971, quando tivemos contato com cenários e objetos ligados ao Império Romano, em Londres e Chester, na Inglaterra; no Museu do Louvre, em Paris; e, na Itália, em Roma, Pompeia e Herculano. Na oportunidade, assistimos a uma solenidade na Basílica de São Pedro, presidida pelo papa Paulo VI.

Em outras viagens turísticas ou vinculadas a compromissos profissionais ou espíritas, sempre procuramos criar momentos para conhecer e documentar fatos ou lugares ligados à história do Império Romano e do cristianismo. Em Portugal: em Lisboa, Conímbriga, Viseu e Braga; na Espanha, em Valencia, Barcelona e Toledo; na França: em Lyon, Avignon, região do Lanquedoc, Carcassone; na Alemanha, na Baviera; na Áustria: em Viena e Carnuntum; na Itália, além dos citados acima, em Milão, Florença e Assis.

Durante visita a essas cidades buscávamos inspiração em obras do Espírito Emmanuel, psicografadas por Francisco Cândido Xavier, e, inclusive, com o hábito de em cada local lermos trechos dessas obras tendo por foco os episódios ligados aos temas já citados:

No livro *A caminho da luz*, encontra-se informações históricas sobre várias épocas de Roma – do império e da igreja: Milão – ruínas do palácio onde o imperador Constantino definiu a liberação do cristianismo no ano 313 d.C. Assis: locais vinculados à epopeia de Francisco de Assis; e, em Roma: o Foro e ruínas de vários palácios do Palatino; diversos anfiteatros; as catacumbas; a Basílica de São João Latrão, então sede do papado; as basílicas de São Pedro e de São Paulo Extramuros; e a Cidade do Vaticano.

Na obra *Há dois mil anos*, em relação a Roma, Emmanuel escreve sobre a região do Aventino, ruínas do Circo Máximo; em Capri: as ruínas do palácio do imperador Tibério (*Villa Jovi*); ruínas de Pompeia, à beira do Vesúvio.

Na obra *50 anos depois*, fatos ocorridos em Roma, a região da Campânia, incluindo a Via Ápia e Nápoles.

No livro *Ave Cristo!*, o foco é a região de Lyon, antiga Gália (hoje França), com as ruínas de anfiteatros e da Igreja de São João; Nápoles e toda a Campânia; também as regiões de Roma, incluindo o Anfiteatro Flaviano (Coliseu).

No romance histórico *Paulo e Estêvão*: locais de ações e de sacrifícios de Paulo e Pedro em Roma.

Outro livro relacionado é o romance *Herculanum*, do espírito Rochester, que Emmanuel chancelou ao tradutor Manuel Quintão em 1938. Os principais episódios dessa obra se passaram na cidade de mesmo nome, destruída juntamente com Pompeia, e há citações de alguns personagens do

livro *Há dois mil anos*. Ou seja, são episódios ocorridos praticamente na sequência deste romance de Emmanuel.

Nas várias regiões e cidades citadas visitamos também os museus, repositórios de valioso acervo histórico.

Vários registros dessas viagens foram divulgados por diversos periódicos espíritas, e, a documentação tem sido utilizada em artigos, palestras e seminários.

1.2. Preparativos para a tarefa do Cristo

No dia 19 de agosto de 2014 transcorreram dois mil anos do falecimento do imperador Augusto César, na localidade de Nola, próximo a Nápoles (Itália). Na realidade, seu nome era Caio Júlio César Otávio Augusto, nascido em Roma aos 23 de setembro do ano 63 a.C. e pertencente à dinastia Júlio-Claudiana. Figura marcante na trajetória de nossa civilização tem suas ações muito bem registradas nos textos históricos como primeiro imperador romano e com o maior tempo de mandato: 41 anos (27 a.C.-14 d.C.)¹. O consagrado historiador do cristianismo, Daniel Rops, chega a afirmar que Roma foi criada por um gênio, Otávio, e que “nada há, daquilo que os homens podem pedir a Deus, que Augusto não tenha proporcionado ao povo romano e ao universo”².

Augusto iniciou o longo período de paz, conhecido como *Pax Romana*², depois de muitas décadas de guerra civil durante a fase republicana de Roma. Foi um governo de ordem e respeito à hierarquia; conservador e austero; esforçou-se para reviver as virtudes esquecidas das antigas tradições e da religião; tentou controlar a moral pública e o casamento; reorganizou a administração, inclusive das províncias, e as forças armadas; executou grandes obras e saneou as finanças do Estado; estimulou a cultura e a literatura latina.¹

Análise da historiadora Norma M. Mendes, considera que Augusto fundou a Monarquia – o Principado – idealizado pelo seu tio e pai adotivo

Júlio Cesar. Destaca que Augusto não era um tirano e era possuidor de virtudes estoicas, se encaixando no conceito de soberano como benfeitor universal³.

Durante seu reinado, sua esposa Livia exerceu muita influência política. Foi substituído por Tibério, filho de Livia e, portanto, seu enteado.

Por ocasião de sua morte, um senador propôs dar o nome de Augusto ao mês de seu nascimento e morte, daí ter surgido a designação do mês de agosto, do latim *augustus*, no [calendário gregoriano](#). Outro senador sugeriu que todo o espaço de tempo decorrido entre o seu nascimento e sua morte recebesse o nome de “século de Augusto”.

No livro *Boa Nova*, pela psicografia de Chico Xavier, o espírito Humberto de Campos confirma a visão histórica sobre o papel desempenhado pelo notável imperador e acrescenta comentários sobre sua missão na Terra:

“Uma nova era principiara com aquele jovem enérgico e magnânimo. O grande império do mundo, como que influenciado por um conjunto de forças estranhas, descansava numa onda de harmonia e de júbilo, depois de guerras seculares e tenebrosas. Por toda parte levantavam-se templos e monumentos preciosos. O hino de uma paz duradoura começava em Roma para terminar na mais remota de suas províncias, acompanhado de amplas manifestações de alegria por parte da plebe anônima e sofredora. A cidade dos césares se povoava de artistas, de espíritos nobres e realizadores. Em todos os recantos, permanecia a sagrada emoção de segurança, enquanto o organismo das leis se renovava, distribuindo os bens da educação e da

justiça. [...] Ele, que era o regenerador dos costumes, o restaurador das tradições mais puras da família, o maior reorganizador do Império, [...] seu nome foi dado ao século ilustre que o vira nascer. Seus numerosos anos de governo se assinalaram por inolvidáveis iniciativas. A alma coletiva do Império nunca sentira tamanha impressão de estabilidade e de alegria. A paisagem gloriosa de Roma jamais reunira tão grande número de inteligências. [...] É que os historiadores ainda não perceberam, na chamada época de Augusto, o século do Evangelho ou da Boa Nova. Esqueceram-se de que o nobre Otávio era também homem e não conseguiram saber que, no seu reinado, a esfera do Cristo se aproximava da Terra, numa vibração profunda de amor e de beleza. [...]”⁴

O espírito Emmanuel, no livro *A caminho da luz*, psicografado por Francisco Cândido Xavier, faz a análise sob a ótica espiritual e destacamos do item designado “O século de Augusto”:

“[...] eis que ia cumprir-se a missão do Cristo, depois de instalados os primeiros Césares do Império Romano. A aproximação e a presença consoladora do Divino Mestre no mundo era motivo para que todos os corações experimentassem uma vida nova, ainda que ignorassem a fonte divina daquelas vibrações confortadoras. Em vista disso, o governo de Augusto decorreu em grande tranquilidade para Roma e para o resto das sociedades organizadas do planeta. Realizam-se gigantescos esforços edificadores ou reconstrutivos. Belos monumentos são erigidos. O espírito artístico e filantrópico de Atenas revive na pessoa de Mecenas, confidente do imperador, cuja generosidade dispensa a mais carinhosa atenção às

inteligências estudiosas e superiores da época, quais Horácio e Vergílio, que assinalam, junto de outras nobres expressões intelectuais do tempo, a passagem do chamado *século de Augusto*, com as suas obras numerosas.”⁵

Na mesma obra, Emmanuel assinala um momento importante da evolução terrestre:

“Examinando a maioria espiritual das criaturas humanas, enviou-lhes o Cristo, antes de sua vinda ao mundo, numerosa coorte de Espíritos sábios e benevolentes, aptos a consolidar, de modo definitivo, essa maturação do pensamento terrestre.”⁵

E considera como fatores:

“[...] os pródromos do Direito Romano e a organização da família assinalavam o período da maioria terrestre. [...] A Terra não podia perder a sua posição espiritual, depois das conquistas da sabedoria ateniense e da família romana.”⁵

Era chegado o momento para a vinda do Cristo:

“[...] As legiões magnânimas do Cristo aprestam-se para as últimas preparações de seus gloriosos caminhos na face do mundo. O Evangelho deveria chegar como a mensagem eterna do amor, da luz e da verdade para todos os seres.”⁵

No tocante à “maioria terrestre” alcançada no período de Augusto, Emmanuel se refere aos progressos da família romana e lamenta a posterior decadência:

“Que gênio maldito imiscuiu-se nessa organização sublimada em seus mais íntimos fundamentos, devorando-lhe as esperanças mais nobres,

corrompendo-lhe os sentimentos, relaxando-lhes as energias?”⁵

O “século de Augusto” e o momento da “maioridade terrestre” foram períodos marcantes na história da Humanidade e como uma preparação para a atuação do Cristo.

Referências:

1. CARVALHO, Antonio Cesar Perri. Dois mil anos após Augusto. *Reformador*. Ano 132. N.2.225. Agosto 2014, p.451-455.
2. ROPS, Daniel. Trad. PINHEIRO, Eduardo. *História da igreja de Cristo. I. A igreja dos apóstolos e dos mártires*. 2.ed. Porto: Livraria Tavares Martins. 1960. 724p.
3. MENDES, Norma Musco. O sistema político do principado. *In: Silva, Gilvan Ventura; Mendes, Norma Musco (Org.). Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultura*. Cap.I. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006.
4. XAVIER, Francisco Cândido. *Boa Nova*. Pelo espírito Humberto de Campos. 36.ed. Cap. 1. Brasília: FEB. 2013.
5. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *A caminho da luz*. 38.ed. Cap.11 e 13. Brasília: FEB. 2013.

1.3. Eusébio de Cesareia e a patrística

Obra fundamental e pioneira para o conhecimento dos primeiros tempos do cristianismo – *História eclesiástica* – é de autoria de Eusébio de Cesareia, contendo relatos sobre: o desenvolvimento do cristianismo até o Concílio de Niceia; o martírio de muitos líderes cristãos; as várias heresias e ações de falsos profetas; os bispos de Roma, Jerusalém, Alexandria, Corinto, Antioquia; e, por fim, relaciona todos esses fatos com o Império Romano.¹

Eusébio de Cesareia nasceu entre 260-265 d.C. na Palestina e faleceu em 339 em Cesareia. Estudou com o douto sacerdote de Antioquia, Doroteu, e depois com o sábio Pânfilo, ardoroso seguidor do intelectual e pároco cristão Orígenes. Durante a perseguição aos cristãos determinada pelo imperador Diocleciano, entre os anos 303-311, Pânfilo foi encarcerado e Eusébio de Cesareia o acompanhou por amizade e fidelidade, e escreveram uma Apologia em favor de Orígenes. Defendeu a doutrina de Ário, outro intelectual cristão, relacionada à identificação e natureza do Cristo. Foi excomungado e depois reabilitado no Concílio de Niceia, no ano 325.

Os editores desse livro, *História eclesiástica*, comentam que nos anos 1940 desenvolveu-se na Europa, principalmente na França, um movimento com interesse voltado para os antigos escritores cristãos tradicionalmente conhecidos como “Padres da Igreja”. Esse interesse foi fortalecido com o

Concílio Vaticano II (1962-1965) quando se reavivou a necessidade de se voltar às fontes primeiras do Cristianismo.¹

Há termos e conceitos que caracterizam esses estudos:

Patrística: estudo da doutrina cristã, suas origens, relações com o meio cultural, filosófico e com a evolução do pensamento teológico dos Pais da Igreja. No século XVII criou-se a expressão “teologia patrística”, referindo-se à doutrina dos pais da Igreja, distinguindo-a de teologias bíblicas, da teologia escolástica, da teologia simbólica e da teologia especulativa.

Contemporânea do último período dos pensadores gregos, a Patrística enseja um fecundo contato com a filosofia que formou os escritores desse período. Há uma simbiose vital e surgem, a gnose (conhecimento esotérico da verdade espiritual, combinando mística, sincretismo religioso e especulação filosófica), a *Paideia* (sistema de educação e formação ética da Grécia Antiga), o culto cristão e outras manifestações da vivência cristã. A Patrística é ainda contemporânea do Império Romano, de sua ascensão, decadência e queda.²

Pais ou Padres da Igreja: escritores leigos, sacerdotes ou bispos da antiguidade cristã (no máximo os primeiros séculos), considerados como testemunhas particularmente autorizadas da fé.

Patrologia: designa o estudo sobre a vida, as obras e a doutrina dos chamados Pais ou Padres da Igreja.

Além do livro *História eclesiástica*, recorreremos também a várias obras vinculadas à história do cristianismo e de Roma.

Referências:

1. Eusébio de Cesareia, Bispo de Cesareia. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria de Cristo. *História eclesiástica*. Coleção Patrística vol. 15. São Paulo: Paulus. 2014. 508p.

2. LOPES, Geraldo. *Patrística pré-nicena*. 1.ed. São Paulo: Paulinas. 2014. 279p.

2. Século I

2.1. Públio Lentulus na Judeia

Na literatura espírita, a obra *Há dois mil anos*¹ tem espaço destacado. O personagem central deste romance, o senador Públio Lentulus Cornelius, vive no século I o início de uma trajetória espiritual, na sequência relatada em outras obras psicográficas de Francisco Cândido Xavier.

O autor espiritual Emmanuel inicia o romance focalizando o senador Públio Lentulus Cornelius, ainda moço, e que já exercia no Senado funções legislativas e judiciais, de acordo com os direitos que lhe competiam, como descendente de antiga família de senadores e cônsules da República de Roma.

Designado pelo imperador Tibério, o senador e sua família partiram para a Judeia para cumprir tarefas oficiais de fiscalização e levantamentos de dados relacionados com a gestão do governador romano Pôncio Pilatos.

Depois de alguns revezes e da doença da filha Flávia, a esposa do senador – Lívia –, acompanhada de uma serviçal procurou o Cristo. Impactada pela personagem insistiu para que o marido fosse conhecer Jesus.

O senador optou por ir conhecê-lo às escondidas, e, à sua frente surgiu a figura inconfundível e única:

“[...] um homem ainda moço, que deixava transparecer nos olhos, profundamente misericordiosos, uma beleza suave e indefinível. Longos e sedosos cabelos molduravam-lhe o semblante compassivo, como se fossem

fiões castanhos, levemente dourados por luz desconhecida. Sorriso divino, revelando ao mesmo tempo bondade imensa e singular energia, irradiava da sua melancólica e majestosa figura uma fascinação irresistível.

[...] Públio Lentulus não teve dificuldade em identificar aquela criatura impressionante, mas, no seu coração marulhavam ondas de sentimentos que, até então, lhe eram ignorados. Nem a sua apresentação a Tíbério, nas magnificências de Capri, lhe havia imprimido tal emotividade ao coração. Lágrimas ardentes rolaram-lhe dos olhos, que raras vezes haviam chorado, e força misteriosa e invencível fê-lo ajoelhar-se na relva lavada em luar. Desejou falar, mas tinha o peito sufocado e oprimido. Foi quando, então, num gesto de doce e soberana bondade, o meigo Nazareno caminhou para ele, qual visão concretizada de um dos deuses de suas antigas crenças, e, pousando carinhosamente a destra em sua fronte, exclamou em linguagem encantadora, que Públio entendeu perfeitamente, como se ouvisse o idioma patrício, dando-lhe a inesquecível impressão de que a palavra era de espírito para espírito, de coração para coração:

– Senador, porque me procuras?

E, espriando o olhar profundo na paisagem, como se desejasse que a sua voz fosse ouvida por todos os homens do planeta, rematou com serena nobreza:

– Fora melhor que me procurasses publicamente e na hora mais clara do dia, para que pudesses adquirir, de uma só vez e para toda a vida, a lição sublime da fé e da humildade... Mas, eu não vim ao mundo para derrogar as

leis supremas da Natureza e venho ao encontro do teu coração desfalecido!...

Públio Lentulus nada pôde exprimir, além das suas lágrimas copiosas, pensando amargamente na filhinha; mas o profeta, como se prescindisse das suas palavras articuladas, continuou:

– Sim... não venho buscar o homem de Estado, superficial e orgulhoso, que só os séculos de sofrimento podem encaminhar ao regaço de meu Pai; venho atender às súplicas de um coração desditoso e oprimido e, ainda assim, meu amigo, não é o teu sentimento que salva a filhinha leprosa e desvalida pela ciência do mundo, porque tens ainda a razão egoística e humana; é, sim, a fé e o amor de tua mulher, porque a fé é divina...

[...] – Não, meu amigo, não estás sonhando... – exclamou meigo e enérgico o Mestre, adivinhando-lhe os pensamentos. – Depois de longos anos de desvio do bom caminho, pelo sendal dos erros clamorosos, encontras, hoje, um ponto de referência para a regeneração de toda a tua vida. Está, porém, no teu querer o aproveitá-lo agora, ou daqui a alguns milênios...”¹

O bacharel em História, Carlos Henrique Nagipe Assunção², comenta que Chico Xavier foi criticado e ridicularizado pelo fato de o seu guia espiritual – conhecido com o pseudônimo Emmanuel – ter declarado ser um personagem romano. O personagem citado – Públio Lentulus – já era conhecido e mencionado, há muitos séculos, nas tradições cristãs por conta da famosa carta que escreveu a Tibério em que descreve fisicamente Jesus:

“Eis aqui, enfim, a resposta que com tanta ansiedade esperáveis. Ultimamente apareceu na Judeia um homem de estranho poder, cujo verdadeiro nome é Jesus Cristo, mas a quem o povo chama ‘O Grande Profeta’ e, seus discípulos, ‘O Filho de Deus’.

Diariamente contam-se dele grandes prodígios: ressuscita os mortos, cura todas as enfermidades e traz assombrada toda Jerusalém com a sua extraordinária doutrina. É um homem alto e de majestosa aparência; sua face, ao mesmo tempo severa e doce, inspira respeito e amor a quem a vê. Seu cabelo é da cor do vinho e desce ondulado sobre os ombros; e dividido ao meio, ao estilo nazareno. Sua fronte, pura e altiva, sua cútis pálida e límpida; a boca e o nariz são perfeitos; a barba é abundante e da mesma cor dos cabelos; as mãos, finas e compridas; os braços, de uma graça encantadora; os olhos azuis, plácidos e brilhantes. É grave, comedido e sóbrio em seus discursos. Repreendendo e condenando, é terrível, instruindo e exortando, sua palavra é doce e acariciadora. Ninguém o viu rir, mas muitos o têm visto chorar. Caminha com os pés descalços e a cabeça descoberta. Vendo-o à distância, há quem o despreze, mas em sua presença não há quem não estremeça com profundo respeito. Quantos se acercam dele, dizem haver recebido enormes benefícios, mas há quem o acuse de ser um perigo para Vossa majestade, porque afirma publicamente que os reis e os escravos são todos iguais perante Deus.”²

Tal carta teria sido encontrada nos arquivos do Duque de Cesadine, em Roma, e foi impressa pela primeira vez em 1474, em Colônia (Alemanha), por Ludolph the Carthusian incluindo-a no livro *Life of Christ*. Discussões,

porém, tendem a fazê-la muito mais antiga: há quem diga que é da época do imperador romano Diocleciano e outros lembram que Tertuliano, um dos Pais da Igreja Católica, faz menção a ela, no século II d.C. Para complicar ainda mais a situação, existem pelo menos quatro versões diferentes, o que indica uma provável intervenção de pessoas, modificando fatos e detalhes de acordo com seus interesses próprios.

De acordo com Assunção², esta família ocupou cargos importantes desde os anos mais remotos da República Romana. Há pelo menos uns cinquenta Cornélius Lentulus conhecidos pelos historiadores atuais e pode-se citar vários, mas apenas no século I temos: Gnaeus Cornelius Lentulus Gaetulicus e que foi Cônsul no ano 26 d.C.; Cossus Cornelius Lentulus e que também ocupou o Consulado, mas no ano 25 d.C.; Publius Cornelius Lentulus Scipio, Senador e Cônsul, cujo filho foi bastante respeitado na época do imperador Nero. Os citados nominalmente acima têm carreiras públicas bem conhecidas, o que permitiu concluir-se que nenhum deles esteve na Judeia do tempo de Jesus. Por isso, no passado, a Igreja considerou o assunto bem resolvido.

Acerca da natureza dos cargos provinciais que integravam a política administrativa do império romano, da qual Públio Lentulus fazia parte, pondera-se que entre os magistrados (altos funcionários públicos) das vastas regiões do mundo antigo dominadas por Roma (províncias), havia dois tipos de cargos: os menores (menos importantes); os maiores (mais importantes, entre os quais se incluem os Procônsules e os Propretores). Estudando os cargos provinciais maiores, chamou a atenção de Assunção²:

“Legados (*legati*) – eram magistraturas que acompanhavam o governo nas províncias, os Procônsules e Propretores, na qualidade de seus lugartenentes [...] Além de coadjuvarem e substituírem os governadores das províncias no impedimento destes, os “legados” julgavam as causas particulares, porque as públicas eram da alçada dos Procônsules e Propretores. Algumas vezes foram nomeados os legados para governarem províncias pacificadas, tornando-se tão honrosa esta magistratura, que muitos cidadãos consulares e pretórios não se dignaram [*submeter-se a algo*] de pretendê-la em Roma.”²

Portanto, Assunção conclui que Públio Lentulus foi designado para um cargo especial e de interesse particular (do latim, *Legatio libera*), e faz citação a estudo do autor Cintra de Mello, de 1944. Fica evidente também o porquê de Públio Lentulus não intervir no processo de Jesus, pois este era um caso público. Seus poderes limitam-se aos casos privados. Públio e Pilatos tinham funções diferentes. Interessante é o fato de certos cargos provinciais serem mais honrosos, a ponto de não pretenderem nada em Roma, o que justifica os anos passados pelo senador em terras judaicas.²

Prossegue Assunção³, comentando que era muito comum que o *Legatio Libera* exercesse também o *Legatio votiva* (tipo de representante honorário) o que lhe dava, conforme citado anteriormente, honras de embaixador. Públio Lentulus representaria também os interesses de Roma junto à nação conquistada, explicando-se, assim, o porquê de indivíduos do povo o procurarem para denunciar as ações violentas de Pilatos. Com seus 30 anos

de idade, Públio poderia sim ter sido senador romano, não havendo motivos para críticas em torno disso.

Mais especificamente, Assunção³ observou que os Cônsules *suffectus*, eram cônsules substitutos, em caso de morte ou renúncia dos oficiais. Verificou também que no ano 27 d.C. há citação aos nomes: *Consul suffectus* – Publius Cornelius Lentulus; *Consul suffectus* – Sallustius Crispus Passienus. Por isso em seu levantamento afirma que existiu um Públio Cornelius Lentulus na época em destaque, patricio romano que estava iniciando sua carreira política durante o reinado do imperador Tibério.

O bacharel em História citado encontrou respostas às suas perquirições em obra do século XIX, *Fasti consulares inde a Caesaris nece uesque ad imperium Diocletiani*, de autoria de Iosephus Klein, do ano de 1881. Neste livro, Klein destaca o *Cônsul suffectus*, fazendo uma pequena explicação que, segundo Assunção³, foi o motivo do senador Lentulus ter sido ignorado pela História. Está assinalado da seguinte maneira os nomes de ambos: “P. [Cornelius] Le[ntulus?], C. Sall[ustius?]”³

Comenta ainda Assunção³ que o organizador de outra obra, *Fasti Arvalium* não renega a fonte histórica, cujo conteúdo em questão aparece fragmentado: “[...] Ao lado deste trecho, há registro indicando a fonte onde fora encontrada a nota: *Fasti Arvalium*. Os *Acta* ou *Fasti Arvalium* são as atas de uma fraternidade sacerdotal da antiga religião romana dedicada à *Dea Dia*, deusa dos bosques e da fertilidade do solo, por vezes identificada com Ceres. [...] Ao colocar na nota de rodapé: ‘mas não é claro saber se, na

verdade, Lentulus existiu tal como declarado’ refere-se ao fato de não haver nenhum outro registro da vida política deste personagem que não seja o único citado. Mas isto, de maneira alguma, quer dizer que esta carreira inexistiu. Demonstra apenas que ela não chegou a nós. Forçoso é reconhecer que na parede de um templo romano foi grafado o nome de um *Consul suffectus* chamado Públio Cornelius Lentulus e que ninguém, até onde pudemos pesquisar, prestou a atenção neste homem.”³

Um dos episódios mais conhecidos da obra *Há dois mil anos* é a festividade – com sacrifícios humanos – promovida por Nero no Circo Máximo, em Roma. A esposa do senador, Lívia, está na arena sendo atacada por leões e Públio Lentulus, do alto, assiste a cena, sem saber que seria ela e sem atinar para a gravidade do momento sobre o seu próprio destino (vide Cap. 2.7). Assim, conclui Assunção³ que o senador Lentulus está na tribuna de honra, ao lado do imperador Nero, em meio aos festejos, por ser um direito dele, dada a condição de ex-cônsul, ainda que cônsul *suffectus*.

Por outro lado, em obra psicográfica de André Luiz Ruiz⁴, o autor espiritual disserta sobre momentos históricos do Cristianismo do século I, no mesmo contexto da obra *Há dois mil anos*. O enredo focaliza o personagem Pôncio Pilatos e a ação dos pioneiros cristãos Josué e Zacarias. Aparecem relatos em detalhes sobre o senador Públio Lêntulus e sua família, e sobre as tarefas para desempenhar na Judeia a ele atribuídas pelo imperador Tibério. Entre estas, a de averiguar sobre o personagem emergente de Jesus:

“[...] o taumaturgo milagroso que realizava maravilhas na longínqua Palestina [...] o Imperador estava sempre às voltas com dores e enfermidades que o incomodavam e para as quais esperava alguma solução entre os sábios e místicos que o cercavam, sempre incapazes de resolver os seus conflitos físicos que o perturbavam, o que produziu nele o interesse por todo e qualquer recurso existente cuja notícia lhe chegasse aos ouvidos. [...] Na ilha de Capri, local sede dos últimos dez anos de seu governo, o imperador se fez cercar de amigos íntimos, homens de letras e astrólogos e o isolamento a que se fizera votado permitiu a construção de inúmeras lendas sobre licenciosidades e orgias, fruto do imaginário de pessoas inescrupulosas que, não podendo lá se encontrar junto do Imperador, mais não fizeram do que levantar, contra ele e os seus favorecidos, acusações e leviandades próprias dos sentimentos e tendências que tais acusadores carregavam no íntimo de suas almas.”⁴

No livro citado⁴ há registro de que o senador escreveu relatórios ao Imperador, inclusive com a descrição sobre o Cristo. O Imperador sentiu-se profundamente contrariado com essas informações, a respeito dos desvios administrativos e morais do governador Pilatos e sobre a crucificação de Jesus, pois tinha a expectativa de levar Jesus a seu palácio para eventual tratamento e cura de seus males físicos. O Imperador convocou Pilatos a Roma, onde este foi julgado e punido com o exílio.

Referências:

1. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *Há dois mil anos*. Ed. esp. 1ª Parte, Cap. III a VII. Brasília: FEB. 2002.

2. ASSUNÇÃO, Carlos Henrique Nagipe. Existência de Públio Lentulus ao tempo do imperador Tibério. I. O cargo especial na Palestina. *Reformador*. Ano 132. N.2.221. Abril de 2014. p.215-219.

3. ASSUNÇÃO, Carlos Henrique Nagipe. Existência de Públio Lentulus ao tempo do imperador Tibério. II. O papel como senador e cônsul *suffectus*. *Reformador*. Ano 132. N.2.222. Maio de 2014. p. 268-273.

4. RUIZ, André Luiz. Pelo espírito Lúcius. *O amor jamais te esquece*. Araras: IDE, 2003. 416p.

2.2. Repercussões das aparições do Cristo e de Pentecostes

As aparições do Cristo após a crucificação representaram um marco de fundamental importância para a valorização e consolidação de seus ensinamentos e também para reanimar os discípulos e seguidores que ficaram abalados e até temerosos após a condenação e a execução do Mestre. Vários autores são unânimes na afirmação de que os episódios das aparições foram fatores impactantes para se firmar as propostas cristãs.

Nos textos dos evangelistas, de Paulo e em Atos, há registros de onze aparições do Cristo nos quarenta dias subsequentes à crucificação, e, sem dúvida a inusitada visão de Saulo de Tarso às portas de Damasco. Eis os registros que relacionamos:

1ª Aparição – Maria de Magdala

“E Maria estava chorando fora, junto ao sepulcro. Estando ela, pois, chorando, abaixou-se para o sepulcro, E viu dois anjos vestidos de branco assentados onde jazera o corpo de Jesus, um à cabeceira e outro aos pés. E disseram-lhe eles: Mulher, por que choras? Respondeu-lhes: Porque levaram o meu Senhor, e não sei onde o puseram. E, tendo dito isto, voltou-se para trás, e viu Jesus em pé, mas não sabia que era Jesus. Disse-lhe Jesus: Mulher, por que choras? Quem buscas? Ela, cuidando que era o jardineiro, disse-lhe: Senhor, se tu o levaste, dize-me onde o puseste, e eu o levarei. Disse-lhe Jesus: Maria! Ela, voltando-se, disse-lhe: Raboni, que

quer dizer, Mestre. Disse-lhe Jesus: Não me toques, porque ainda não subi para o meu Pai; mas vai para os meus irmãos, e dize-lhes que eu subo para meu Pai e vosso Pai, meu Deus e vosso Deus. Maria Madalena foi e anunciou aos discípulos que vira o Senhor, e que ele lhe dissera isto” (João 20, 11-18).

2ª Aparição – sua mãe Maria

“E, saindo elas apressadamente do sepulcro, com temor e grande alegria, correram a anunciá-lo aos discípulos. E, indo elas a dar as novas aos seus discípulos, eis que Jesus lhes sai ao encontro, dizendo: Eu vos saúdo. E elas, chegando, abraçaram os seus pés, e o adoraram. Então Jesus disse-lhes: Não temais; ide dizer a meus irmãos que vão à Galileia, e lá me verão” (Mateus 28, 8-10).

3ª Aparição – Cléofas e Tadeu

“E eis que no mesmo dia iam dois deles para uma aldeia, que distava de Jerusalém sessenta estádios, cujo nome era Emaús. E iam falando entre si de tudo aquilo que havia sucedido. E aconteceu que, indo eles falando entre si, e fazendo perguntas um ao outro, o mesmo Jesus se aproximou, e ia com eles, Mas os olhos deles estavam como que fechados, para que não o conhecessem. E ele lhes disse: Que palavras são essas que, caminhando, trocáis entre vós, e por que estais tristes? E, respondendo um cujo nome era Cleofas, disse-lhe: És tu só peregrino em Jerusalém, e não sabes as coisas que nela têm sucedido nestes dias? E ele lhes perguntou: Quais? E eles lhe disseram: As que dizem respeito a Jesus Nazareno, que foi homem profeta, poderoso em obras e palavras diante de Deus e de todo o povo. E como os

principais sacerdotes e os nossos príncipes e o entregaram à condenação de morte, e o crucificaram. E nós esperávamos que fosse ele que o que remisse Israel; mas agora, sobre tudo isso, é já hoje o terceiro dia desde que essas coisas aconteceram. É verdade que também algumas mulheres dentre nós nos maravilharam, as quais de madrugada foram ao sepulcro; E, não achando o seu corpo, voltaram, dizendo que também tinham uma visão de anjos, que dizem que ele vive. E alguns dos que estavam conosco foram ao sepulcro, e acharam ser assim como as mulheres haviam dito; porém, a ele não o viram. E ele lhes disse: Ó néscios, e tardos de coração para crer tudo o que os profetas disseram! Porventura não convinha que o Cristo padecesse estas coisas e entrasse na sua glória? E, começando por Moisés, e por todos os profetas, explicava-lhes o que dele se achava em todas as Escrituras. E chegaram à aldeia para onde iam, e ele fez como quem ia para mais longe. E eles o constrangeram, dizendo: Fica conosco; porque é tarde, e já declinou o dia. E entrou para ficar com eles. E aconteceu que, estando com eles à mesa, tomando o pão, o abençoou; e, partiu-o, e lho deu. Abriam-se-lhes então os olhos, e o conheceram; e ele desapareceu-lhes. E disseram um para o outro: Porventura não ardia em nós o coração quando, nos falava, e quando nos abria as Escrituras?” (Lucas 24, 13-32).

4ª Aparição – Pedro

“E na mesma hora, levantando-se, tornaram para Jerusalém, e acharam congregados os onze, e os que estavam com eles, os quais diziam: Ressuscitou verdadeiramente o Senhor ressurgiu, e já apareceu a Simão. E

eles lhe contaram o que lhes acontecera no caminho, e como deles fora conhecido no partir do pão” (Lucas 24, 33-35).

5ª Aparição – Dez dos onze discípulos

“Chegada, pois, a tarde, naquele dia, o primeiro da semana, e cerradas as portas onde os discípulos, com medo dos judeus, se tinham ajuntado, chegou Jesus, e pôs-se no meio e disse-lhes: Paz seja convosco. E dizendo isto, mostrou-lhes as suas mãos e o lado. De sorte que os discípulos se alegraram, vendo o Senhor. Disse-lhes, pois, Jesus outra vez: Paz seja convosco; assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós. [...] Ora, Tomé, um dos doze, chamado Dídimo, não estava com eles quando veio Jesus. Mas ele disse-lhes: Se eu não vir o sinal dos cravos em suas mãos, e não puser a mão no seu lado, de maneira nenhuma o creerei” (João 20, 19-25).

6ª Aparição – Onze discípulos com Tomé

“E oito dias depois estavam outra vez os seus discípulos dentro e com eles Tomé. Chegou Jesus, estando as portas fechadas, e apresentou-se no meio, e disse: Paz seja convosco. Depois disse a Tomé: põe aqui o teu dedo, e vê as minhas mãos; e chega a tua mão, e põe-na no meu lado; e não sejas incrédulo, mas crente. Respondeu-lhe Tomé e disse-lhe: Senhor meu, e Deus meu! Disse-lhe Jesus: Porque me viste, Tomé, creste? Bem-aventurados os que não viram e creram” (João 20, 26-29).

7ª Aparição – Sete discípulos no Mar de Tiberíades

“Depois disto manifestou-se Jesus outra vez aos discípulos junto do mar de Tiberíades; e manifestou-se assim: Estavam juntos Simão Pedro, e Tomé,

chamado Dídimo, Natanael, que era de Caná da Galileia, os filhos de Zebedeu, e outros dois dos seus discípulos. Disse-lhes Simão Pedro: Vou pescar. Dizem eles: Também nós vamos contigo. Foram, e subiram logo para o barco; e naquela noite nada apanharam. E sendo já de manhã, Jesus se apresentou na praia; mas os discípulos não conheceram que era Jesus. Disse-lhes, pois, Jesus: Filhos, tendes alguma coisa de comer? Responderam-lhe: Não. E ele lhes disse: Lançai a rede para o lado direito do barco, e achareis. Lançaram-na, pois, e já não a podiam tirar, pela multidão de peixes. Então aquele discípulo a quem Jesus amava disse a Pedro: É o Senhor. E quando Simão Pedro ouviu que era o Senhor, cingiu-se com a túnica (porque estava nu), e lançou-se ao mar; E os outros discípulos foram com o barco (porque não estavam distantes da terra senão quase duzentos côvados), levando a rede cheia de peixes. Logo que desceram para a terra, viram ali brasas, e um peixe posto em cima, e pão. Disse-lhes Jesus: Trazei dos peixes que agora apanhastes. Simão Pedro subiu e puxou a rede para terra, cheia de cento e cinquenta e três grandes peixes; e, sendo tantos, não se rompeu a rede. Disse-lhes Jesus: Vinde, comei. E nenhum dos discípulos ousava perguntar-lhe: Quem és tu? sabendo que era o Senhor. Chegou, pois, Jesus, e tomou o pão, e deu-lhes, e semelhantemente o peixe. E já era a terceira vez que Jesus se manifestava aos seus discípulos, depois de ter ressuscitado dentre os mortos. E depois de terem jantado, disse Jesus a Simão Pedro: Simão, filho de Jonas, amas-me mais do que estes? E ele respondeu: Sim, Senhor; tu sabes que te amo. Disse-lhe: Apascenta os meus cordeiros. Tornou a dizer-lhe segunda vez:

Simão, filho de Jonas, amas-me? Disse-lhe: Sim, Senhor; tu sabes que te amo. Disse-lhe: Apascenta as minhas ovelhas. Disse-lhe terceira vez: Simão, filho de Jonas, amas-me? Simão entristeceu-se por lhe ter dito terceira vez: Amas-me? E disse-lhe: Senhor, tu sabes tudo; tu sabes que eu te amo. Jesus disse-lhe: Apascenta as minhas ovelhas. Na verdade, na verdade te digo que, quando eras mais moço, te cingias a ti mesmo, e andavas por onde querias; mas, quando já fores velho, estenderás as mãos e outro te cingirá, e te levará para onde tu não queiras. E disse isto, significando com que morte havia ele de glorificar a Deus. E, dito isto, disse-lhe: Segue-me. E Pedro, voltando-se, viu que o seguia aquele discípulo a quem Jesus amava, e que na ceia se recostara também sobre o seu peito, e que dissera: Senhor, quem é que te há de trair? Vendo Pedro a este, disse a Jesus: Senhor, e deste que será? Disse-lhe Jesus: Se eu quero que ele fique até que eu venha, que te importa a ti? Segue-me tu. Divulgou-se, pois, entre os irmãos este dito, que aquele discípulo não havia de morrer. Jesus, porém, não lhe disse que não morreria, mas: se eu quero que ele fique até que eu venha, que te importa a ti?” (João 21, 1-23).

8ª Aparição – A mais de quinhentos

“Depois foi visto, uma vez, por mais de quinhentos irmãos duma vez, dos quais vive ainda a maior parte, mas alguns já dormem também” (1 Cor. 15, 6).

9ª Aparição – Tiago

“Depois foi visto por Tiago, depois por todos os apóstolos” (1 Cor. 15, 7).

10ª Aparição – Onze discípulos na Galileia

“E os onze discípulos partiram para a Galileia, para o monte onde Jesus lhes tinha designado. E, quando o viram, o adoraram; mas alguns duvidaram. E, chegando-se Jesus, falou-lhes, dizendo: É-me dado todo o poder no céu e na terra. Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; Ensinando-os a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação do mundo” (Mateus 28, 16-20).

11ª Aparição – discípulos no Monte das Oliveiras

“Estando com eles, ordenou-lhes que não se ausentassem de Jerusalém, mas que esperassem a promessa do Pai, a qual (disse ele) de mim ouvistes. Porque, na verdade, João batizou em água, mas vós sereis batizados no Espírito Santo, dentro de poucos dias. Aqueles, pois, que se haviam reunido perguntaram-lhe, dizendo: Senhor, restaurarás tu nesse tempo o reino a Israel? E disse-lhes: Não vos pertence saber os tempos ou as estações, que o Pai estabeleceu pelo seu próprio poder. Mas recebereis o poder do Espírito Santo, que há de vir sobre vós; e ser-me-eis testemunhas, tanto em Jerusalém, como em toda a Judeia e Samaria, e até os confins da terra. E, quando dizia isto, vendo-o eles, foi levado às alturas, e uma nuvem o recebeu, ocultando-o a seus olhos. E, estando com os olhos fitos no céu, enquanto ele subia, eis que junto deles se puseram dois homens vestidos de branco. Os quais lhes disseram: Homens galileus, por que estais olhando para o céu? Esse Jesus, que dentre vós foi recebido em cima no céu, há de vir assim como para o céu o vistes ir. Então voltaram para Jerusalém, do

monte chamado das Oliveiras, o qual está perto de Jerusalém” (Atos 1, 4-12).

Pentecostes

Após as onze aparições e em torno do 50º dia após a Páscoa, aconteceu a festividade de Pentecostes. Essa era uma festa judaica tradicional, comemorando a colheita dos primeiros grãos, que acontece cinquenta dias depois da Páscoa. Era uma ação de graças pelas colheitas prontas para ceifar e a apresentação dos primeiros frutos aos sacerdotes. Às vezes é também chamada a Festa das Semanas, porque ocorria sete semanas depois da Páscoa judaica. A celebração era feita no tabernáculo (tenda com santuário portátil) ou no Templo e durava apenas um dia.

Nessa festividade, logo após a crucificação do Cristo, aconteceram fatos inusitados:

“E, cumprindo-se o dia de Pentecostes, estavam todos concordemente no mesmo lugar; e de repente veio do céu um som, como de um vento veemente e impetuoso, e encheu toda a casa em que estavam assentados. E foram vistas por eles línguas repartidas, como que de fogo, as quais pousaram sobre cada um deles. E todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem. E em Jerusalém estavam habitando judeus, homens religiosos, de todas as nações que estão debaixo do céu. E, quando aquele som ocorreu, ajuntou-se uma multidão, e estava confusa, porque cada um os ouvia falar na sua própria língua. E todos pasmavam e se maravilhavam, dizendo uns aos outros: Pois quê! não são galileus todos esses homens que

estão falando? Como, pois, os ouvimos, cada um, na nossa própria língua em que somos nascidos? Partos e medos¹, elamitas e os que habitam na Mesopotâmia, Judeia, Capadócia, Ponto e Asia, e Frígia e Panfília, Egito e partes da Líbia, junto a Cirene, e forasteiros romanos, tanto judeus como prosélitos, cretenses e árabes, todos nós temos ouvido em nossas próprias línguas falar das grandezas de Deus. E todos se maravilhavam e estavam suspensos, dizendo uns para os outros: Que quer isto dizer? E outros, zombando, diziam: Estão cheios de mosto. Pedro, porém, pondo-se em pé com os onze, levantou a sua voz, e disse-lhes: Homens judeus, e todos os que habitais em Jerusalém, seja-vos isto notório, e escutai as minhas palavras. Estes homens não estão embriagados, como vós pensais, sendo a terceira hora do dia. Mas isto é o que foi dito pelo profeta Joel: E nos últimos dias acontecerá, diz Deus, Que do meu Espírito derramarei sobre toda a carne; E os vossos filhos e as vossas filhas profetizarão, Os vossos jovens terão visões, E os vossos velhos sonharão sonhos; E também do meu Espírito derramarei sobre os meus servos e as minhas servas naqueles dias, e profetizarão” ([Atos 2,1-18](#)).

Aparição a Saulo

Poucos anos depois ocorreu o episódio da visão de Saulo de Tarso:

“Saulo, porém, respirando ainda ameaças e mortes contra os discípulos do Senhor, dirigiu-se ao sumo sacerdote, e pediu-lhe cartas para Damasco, para as sinagogas, a fim de que, caso encontrasse alguns do Caminho, quer homens quer mulheres, os conduzisse presos a Jerusalém. E, indo no caminho, aconteceu que, chegando perto de Damasco, subitamente o cercou

um resplendor de luz do céu; e, caindo por terra, ouviu uma voz que lhe dizia: Saulo, Saulo, por que me persegues? E ele disse: Quem és, Senhor? E disse o Senhor: Eu sou Jesus, a quem tu persegues; duro é para ti recalcitrar contra os aguilhões” (Atos 9, 1-5).

O fato também foi também registrado por Paulo:

“E por derradeiro de todos me apareceu também a mim, como a um nascido fora de tempo. Porque eu sou o menor dos apóstolos, que nem sou digno de ser chamado apóstolo, porque persegui a igreja de Deus” (1 Cor. 15, 8-9).

Os episódios envolvendo aparições do Cristo e os fenômenos de Pentecostes merecem uma análise sob a ótica espírita.

Vários episódios do Antigo Testamento, embora tenham sido designados por outros nomes, se configuravam como manifestações espirituais. Na sua romagem terrena, o Cristo em vários momentos foi protagonista de fenômenos medianímicos.

Centralizando a atenção nos fatos após sua crucificação, há registros de várias polêmicas interpretativas sobre sua “ressurreição” e aparições. Explicações sobre o tema aparece em capítulo à frente (Cap. 5.4).

Allan Kardec comenta as aparições do Cristo:

“As aparições de Jesus após a sua morte são narradas por todos os evangelistas com detalhes circunstanciados que não permitem que se duvide da realidade do fato. Essas aparições, aliás, são perfeitamente explicadas pelas leis fluídicas e pelas propriedades do perispírito, e não apresentam nada de anormal com os fenômenos do mesmo gênero, dos quais a história

antiga e contemporânea oferece numerosos exemplos, sem deles excetuar a tangibilidade. Se observarmos as circunstâncias em que ocorreram as diversas aparições de Jesus, reconheceremos nele, nesses momentos, todas as características de um ser fluídico. Ele aparece e desaparece inopinadamente; é visto por uns e por outros não, sob aparências que não o fazem ser reconhecido, mesmo por seus discípulos; ele se apresenta em recintos fechados, onde um corpo carnal não poderia penetrar; a sua própria linguagem não tem a vivacidade característica de um ser corpóreo; fala em tom breve e sentencioso, peculiar aos espíritos que se manifestam dessa maneira; numa palavra, todas as suas atitudes têm alguma coisa que não é do mundo terreno. A sua presença causa simultaneamente surpresa e medo; ao vê-lo, seus discípulos não lhe falam com a mesma liberdade; eles sentem que esse não é mais o homem. Jesus, portanto, se mostrou com o seu corpo perispiritual, o que explica que só tenha sido visto por aqueles a quem ele quis se fazer ver. Se estivesse com o seu corpo carnal, seria visto pelo primeiro que chegasse, como quando estava vivo. Ignorando a causa primária do fenômeno das aparições, seus discípulos não se davam conta dessas particularidades que, provavelmente, não notavam. Eles viam Jesus e o tocavam, para eles aquele devia ser o seu corpo ressuscitado.”¹

A propósito da aparição aos “quinhentos da Galileia”, há oportuno registro em obra psicográfica de Francisco Cândido Xavier:

“[...] Nesse dia, como que a antiga atmosfera se fazia sentir mais fortemente. Por instinto, todos tinham a impressão de que o Mestre voltaria a ensinar as bem-aventuranças celestiais. [...] a figura do Cristo assomou no

cume iluminado pelos derradeiros raios do sol. [...] – Amados – a cada um se afigurou escutar na câmara secreta do coração –, eis que retomo a vida em meu Pai para regressar à luz do meu Reino! ... Enviei meus discípulos como ovelhas ao meio de lobos e vos recomendo que lhes sigais os passos no escabroso caminho. [...] Amados, eis que também vos envio como ovelhas aos caminhos obscuros e ásperos. Entretanto, nada temais! [...] Ide ao mundo, onde temos de vencer o mal! [...] Abandonados e desprotegidos na Terra, eles passam, edificando no silêncio as magnificências do Reino de Deus, nos países dos corações e, multiplicando as notas de seu cântico de glória por entre os que se constituem instrumentos sinceros do bem com Jesus Cristo, formam a caravana sublime que nunca se dissolverá”.²

Os fenômenos de Pentecostes são manifestações espirituais típicas de efeitos físicos (fogo, ventos e ruídos) e inteligentes (falas em línguas estrangeiras).

As notícias sobre as aparições do Cristo e dos fenômenos de Pentecostes rapidamente se espalharam para várias partes do então Império Romano. Sem dúvida, geraram curiosidade e interesse pelas ações e ensinamentos dos seguidores do Cristo. Foram fatores de enorme potencial para a difusão das ideias defendidas pelo Crucificado e seus seguidores.

Os discípulos do Cristo, o apóstolo Paulo e vários líderes cristãos primitivos foram protagonistas de fenômenos mediúnicos. Estes dons espirituais, que diferenciavam os cristãos das outras crenças, trouxeram conforto e convicção aos primeiros cristãos.³

Um dos principais divulgadores do Espiritismo na França – Léon Denis –, entre várias obras, escreveu *Cristianismo e Espiritismo*, onde destaca fatos marcantes – as relações com os espíritos dos mortos – ligados aos discípulos do Cristo.³

“O Cristianismo primitivo afeta, pois, esse caráter particular de ter aproximado as duas humanidades, terrestre e celeste; tornou mais intensas as relações entre o mundo visível e o mundo invisível.”⁴

Denis também destaca a postura do Cristo:

“Se há para nós uma imagem, entre todas veneráveis e sagrada, é a do supliciado do Calvário, do mártir pregado ao madeiro infamante, ferido, coroado de espinhos e que, ao expirar, perdoa aos seus algozes.”⁴

Destacamos também um texto do espírito Emmanuel que sintetiza as relações entre encarnados e desencarnados no seio dos primeiros cristãos:

Reuniões cristãs, segundo Emmanuel:

“Chegada, pois, a tarde daquele dia, primeiro da semana, e cerradas as portas da casa onde os discípulos, com medo dos judeus, se tinham ajuntado, chegou Jesus e pôs-se no meio deles e disse-lhes: Paz seja convosco.” (João, 20: 19)

Desde o dia da ressurreição gloriosa do Cristo, a Humanidade terrena foi considerada digna das relações com a espiritualidade.

O Deuteronômio proibira terminantemente o intercâmbio com os que houvessem partido pelas portas da sepultura, em vista da necessidade de afastar a mente humana de cogitações prematuras.

Entretanto, Jesus, assim como suavizara a antiga lei da justiça inflexível com o perdão de um amor sem limites, aliviou as determinações de Moisés, vindo ao encontro dos discípulos saudosos.

Cerradas as portas, para que as vibrações tumultuosas dos adversários gratuitos não perturbassem o coração dos que anelavam o convívio divino, eis que surge o Mestre muito amado, dilatando as esperanças de todos na vida eterna.

Desde essa hora inolvidável, estava instituído o movimento de troca, entre o mundo visível e o invisível.

A família cristã, em seus vários departamentos, jamais passaria sem o doce alimento de suas reuniões carinhosas e íntimas.

Desde então, os discípulos se reuniram, tanto nos cenáculos de Jerusalém, como nas catacumbas de Roma.

E, nos tempos modernos, a essência mais profunda dessas assembleias é sempre a mesma, seja nas igrejas católicas, nos templos protestantes ou nos centros espíritas.

O objetivo é um só: procurar a influência dos planos superiores, com a diferença de que, nos ambientes spiritistas, a alma pode saciar-se, com mais abundância, em voos mais altos, por se conservar afastada de certos prejuízos do dogmatismo e do sacerdócio organizado.”⁵

Referências:

1. KARDEC, Allan. Trad. Sêco, Albertina Escudeiro. *A Gênese*. 3.ed. Cap. XV. Item 61. Tradução da 4ª edição francesa, de 1868. Rio de Janeiro: Ed. CELD. 2010.
2. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Humberto de Campos. *Boa Nova*. 36.ed. Cap. 29. Brasília: FEB. 2013.

3. GIBBON, Edward. Trad. Paes, José Paulo. *Declínio e queda do Império Romano. Edição abreviada*. 6.ed. Cap. VIII. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

4. DENIS, Léon. Trad. Cirne, Leopoldo. *Cristianismo e Espiritismo*. 17.ed. Cap. Relações com os espíritos dos mortos. Rio de Janeiro: FEB. 2013.

5. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo Espírito Emmanuel. *Caminho, verdade e vida*. Pelo Espírito Emmanuel. 16.ed. Cap. 9. Rio de Janeiro: FEB. 2012.

1. Nota do autor: habitantes da Média; pronuncia-se “médo”.

2.3. Homens do “caminho”

O livro *Atos dos Apóstolos* é considerado o principal registro sobre os primeiros tempos da sementeira cristã.¹

Logo após o dia de Pentecostes os discípulos do Cristo, sentiram-se espiritualmente mais fortalecidos, convictos dos ensinamentos do Crucificado e saíram a campo para o atendimento dos deserdados de toda sorte e daqueles que se sentiam “órfãos” do Mestre. Passaram a ser chamados “homens do caminho”. Logo depois, surgiu um posto de atendimento nos arredores de Jerusalém, conhecido como Casa do Caminho, sob a orientação de Pedro, Tiago e João e com várias ações registradas no livro *Atos* (6, 1-7).

Interessante que Herculano Pires comenta que muitas pessoas imaginam que seria uma casa à beira do caminho ou de pessoas que atuavam nos caminhos, e, esclarece que o sentido correto é de “ser a igreja que propunha a orientação espiritual do evangelho que era chamado não só Boa Nova, mas também o Caminho”.²

A palavra “cristão” surgiu algum tempo mais à frente: “*E foi em Antioquia que os discípulos, pela primeira vez, receberam o nome de ‘cristãos’*” (Atos, 11, 26).

Na Casa do Caminho atuou Estêvão que veio a ser o primeiro mártir do movimento cristão, incriminado pelo doutor Saulo de Tarso.³

Os seguidores e o próprio Cristo enfrentaram intensas perseguições que partiam do Sinédrio. E foram vários os Sumo sacerdotes que atuaram nos

tempos em que Jesus pregou, conforme relação feita pelo historiador Eusébio de Cesareia⁴: Anás; Ismael; Eleazar (filho de Anás); Simão; José, também denominado Caifás.

Também surgiram dificuldades e pontos de vista diferentes entre os próprios discípulos do Cristo, que são comentadas por Celestino⁵ em seu estudo sobre o cristianismo. Este autor também traz informações muito ricas sobre os locais em que o Cristo atuou, sobre os discípulos e todas as pessoas que estiveram relacionadas com o Mestre e que são citadas nos textos dos evangelistas.

Nos tempos iniciais da Casa do Caminho nasceram controvérsias entre suas lideranças, o que ficou registrado com a posição firme do ex-doutor da Lei Saulo de Tarso que não aceitou propostas judaizantes aventadas no seio do citado núcleo de trabalho. Esse contexto mereceu destaque no romance mediúnico histórico *Paulo e Estêvão*, de Francisco Cândido Xavier.³

Sem dúvida, não se pode olvidar que o cristianismo teve a sua origem direta no judaísmo; à sua volta e no seu caminho, encontrou o helenismo – muito forte na região; e se desenvolveu nos territórios do Império Romano⁶. No início, sua propagação era relativamente mais fácil, face a não identificação clara dos cristãos que eram vistos como um grupo dissidente do judaísmo na Judeia, e este último grupo tinha permissão de praticar a religião sob o jugo provincial romano.

O historiador Gibbon⁷ analisa as crenças e a superstição popular no contexto daqueles tempos do Império Romano e admite que não era acirrada por nenhuma mescla de rancor teológico nem acorrentada

tampouco pelas cadeias de qualquer sistema especulativo. O politeísta devoto, embora afetivamente apegado aos seus ritos nacionais, admitia as diferentes religiões. Com exceção dos judeus os demais religiosos respeitavam as superstições umas das outras.

No Império Romano, havia um conceito muito próprio de religião – palavra originária do latim *religio* –, e este termo entre os romanos tinha uma aceitação diferente da nossa. Meslin⁸ entende como um conjunto de crenças e práticas tradicionais próprias a uma sociedade humana particular, que assim honra seus deuses. Então *religio* qualifica um sistema coerente de crenças e práticas enraizadas na cultura particular de um povo, e esse conceito nada tem de exclusivo. Apenas a partir de Constantino, é que se definiu o cristianismo, não como uma *religio* entre outras, mas como a única religião verdadeira. Quando o cristianismo se expandiu amplamente em todas as faixas sociais do mundo romano, quando lhe assimilou a cultura e encontrou uma situação privilegiada no Estado é que se entendeu o cristianismo com ideias de exclusividade, de religião verdadeira.

Uma tradição antiga assevera que os Apóstolos deixaram Jerusalém e se dispersaram doze anos após a crucificação do Cristo.¹

Interessante é que a emergência do cristianismo acabaria sendo a mudança de longo prazo mais significativa para a Humanidade, com origem na história da Roma Antiga⁹.

Alguns pensadores entendem que Jesus de Nazaré não teria o projeto de criar uma religião à parte. Sua ambição era reformar a fé de Israel, o que é simbolizado pelo círculo dos doze discípulos que o seguem. Lembram

também que o judaísmo da época estava longe de ser monolítico, haja vista as divisões do judaísmo da Judeia: saduceus, fariseus e essênios. As tensões entre fariseus e saduceus desempenharam um grande papel na querela entre membros da família dos reis da Judeia¹⁰. Outro aspecto considerado pelo historiador Corbin¹⁰, é que como as outras religiões de salvação do Império, o cristianismo se dirige a indivíduos, independentemente da sua origem étnica; na vida das comunidades paulinas, não há mais diferença entre judeus e gregos, homens e mulheres, livres e escravos, habitantes do Império e estrangeiros.

Allan Kardec, na obra *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, tece considerações significativas sobre os ensinamentos de Cristo dentro do contexto da época:

“Jesus vinha proclamar uma doutrina que solaparia pela base os abusos de que viviam os fariseus, os escribas e os sacerdotes do seu tempo. Imolaram-no, portanto, certos de que, matando o homem, matariam a ideia. Esta, porém, sobreviveu, porque era verdadeira; engrandeceu-se, porque correspondia aos desígnios de Deus e, nascida num pequeno e obscuro burgo da Judeia, foi plantar o seu estandarte na capital mesma do mundo pagão, em face dos seus mais encarniçados inimigos, daqueles que mais porfiavam em combatê-la, porque subvertia crenças seculares a que eles se apegavam muito mais por interesse do que por convicção. Lutas das mais terríveis esperavam aí pelos seus apóstolos; foram inumeráveis as vítimas; a ideia, no entanto, avolumou-se sempre e triunfou, porque, como verdade, sobrelevava as que a precederam.”¹¹

Por outro lado, há uma série de outros fatores típicos do cenário do local e da época.

Havia também uma evidente dificuldade idiomática e o historiador Blainey¹² lembra que o Cristo transmitiu os seus ensinamentos em uma língua semítica chamada aramaico. Na maior parte das primeiras igrejas cristãs da Palestina a pregação, os cânticos e orações eram proferidos em hebraico. Os judeus cristãos que se reuniam fora da Palestina rezavam em grego, que era a principal língua da metade oriental do Império Romano. Em Roma, a língua falada pelos primeiros cristãos era o grego¹¹. Estudiosos bíblicos opinam que o uso do grego-*koiné* tornava mais fácil a divulgação da Boa Nova, e se abria para o mundo dos gentios que não conheciam o aramaico. Este grego-*koiné* era usado pela população como linguagem comercial e de comunicação entre as pessoas. Foi o conhecido fenômeno da helenização que causou esta divulgação do grego-*koiné* ou popular. A cultura grega se impunha à cultura dos dominadores romanos¹³.

O sociólogo Stark¹⁴ assevera de que para a maioria dos historiadores e sociólogos do século XX, o cristianismo foi um movimento, em seus primeiros dias, dos despossuídos, um céu para os escravos de Roma e para as massas empobrecidas. Porém, essa visão se alterou depois de revisão de pontos de vista de estudiosos, como o pesquisador contemporâneo Edwin A. Judge, que questionaram a visão proletária da Igreja primitiva, e desenvolveu-se entre os historiadores do Novo Testamento um consenso de que o cristianismo baseava-se na classe média e na classe alta.

Daí a pertinência do registro de Paulo: “Todos os santos vos saúdam, mas principalmente os que são da casa de César” (Filipenses 4, 22). Trata-se de clara referência do Apóstolo de que nos ambientes oficiais do Império Romano também havia cristãos.

Porém, além de analisar textos do Novo Testamento, o pesquisador Lopes¹⁵ identifica os primeiros missionários como simples fiéis, sejam artesãos, comerciantes, soldados, escravos, mestres, mulheres e jovens.

O historiador Blainey considera que, de início, para facilitar a expansão do cristianismo, os cristãos aproveitaram uma ligação com o judaísmo para alcançar terras distantes, por meio da rede de sinagogas. Também colaborou para isso a disposição que tinham para ajudar os pobres e os famintos, os doentes e os órfãos. A crença na vida após a morte também era um fator de atração para a busca pelo cristianismo. Outro aspecto considerado como um fator inesperado, foi a ocorrência de epidemias. Os cristãos se dispunham a cuidar e alimentar os enfermos e os moribundos sem exceção, qualquer que fosse a religião professada por eles. Assim, os cristãos conquistaram amigos e simpatizantes.⁸

O desenvolvimento do cristianismo no século I foi paulatino. Citações em *Atos dos Apóstolos* informam de que vários meses após a crucificação de Jesus “a multidão junta era de quase cento e vinte pessoas” (Atos 1, 15); mais à frente há o registro de quase cinco mil adeptos (Atos 4,4); e, por volta da década de 60 d.C., havia milhares de judeus em Jerusalém que haviam aceito o cristianismo (Atos 21,20). O progresso foi lento no século I e, por volta do ano 100, havia registros em torno de 7.530 cristãos.¹⁴

O espírito Emmanuel no romance *Paulo e Estêvão* se refere à simplicidade dos grupos primitivos:

“A instituição de Antioquia era, então, muito mais sedutora que a própria igreja de Jerusalém. Vivia-se ali num ambiente de simplicidade pura, sem qualquer preocupação com as disposições rigoristas do judaísmo.”³

O mesmo autor espiritual faz um interessante comentário sintético:

“A história da Igreja cristã nos primitivos séculos está cheia de heroísmos santificantes e de redentoras abnegações. Nas dez principais perseguições aos cristãos, de Nero a Diocleciano, vemos, pelo testemunho da História, gestos de beleza moral, dignos de monumentos imperecíveis. Foi assim que, contando com a animadversão² das autoridades da filosofia em voga na época, os seguidores de Cristo sentiram forte amparo na voz esclarecida de Tertuliano, Clemente de Alexandria, Orígenes e outras sumidades do tempo.”¹⁶

Uma curiosidade é que a palavra “Cristo”, sendo adjetivo, tornou-se nome próprio devido ao seu uso no Evangelho. É tradução do vocábulo “Messias”, que no hebraico significa “ungido”.¹⁷

Referências:

1. ROPS, Daniel. Trad. Pinheiro, Eduardo. *História da igreja de Cristo. I. A igreja dos apóstolos e dos mártires*. 2.ed. Porto: Livraria Tavares Martins. 1960. 724p.

2. PIRES, José Herculano. Org. Arribas, Célia. *O evangelho de Jesus em espírito e verdade*. 1.ed. Cap. 88. São Paulo: Editora Paideia. 2016.

3. XAVIER, Francisco C. Pelo espírito Emmanuel. *Paulo e Estêvão*. Ed.esp. 2ª Parte, Cap. 4. Brasília: FEB. 2012.

4. Eusébio de Cesareia, Bispo de Cesareia. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria de Cristo. História eclesiástica. Coleção Patrística vol. 15. São Paulo: Paulus. 2014. 508p.

5. SILVA, Severino Celestino. *O evangelho e o cristianismo primitivo*. 6.ed. João Pessoa: Ideia. 2013. 293p.

6. BAUMGARTNER, Mireille. Trad. Morão, Artur. *A igreja no ocidente. Das origens às reformas no século XVI*. Cap. I. Lisboa: Edições 70. 2015.

7. GIBBON, Edward. Trad. Paes, José Paulo. *Declínio e queda do império romano. Edição abreviada*. 6.ed. Cap. VIII. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

8. MESLIN, Michel. Trad. Reis, Orlando. *A experiência humana do divino*. Parte I. Cap. I. Petrópolis: Vozes, 1992.

9. MARTIN, Thomas R. Trad. Abreu, Iuri. *Roma antiga. De Rômulo a Justiniano*. Cap. 8. Porto Alegre: L&PM, 2014.

10. CORBIN, Alain (Org.); Lemaitre, Nicole; Thelamon, Françoise; Vincent, Catherine. Trad. Brandão, Eduardo. *História do cristianismo: para compreender melhor nosso tempo*. 1ª Parte, cap. I e II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

11. KARDEC, Allan. Trad. Ribeiro, Guillon. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. 131.e. Cap. XXIII, item 13. Brasília: FEB. 2013.

12. BLAINEY, Geoffrey. Trad. Capelo Traduções. *Uma breve história do cristianismo*. 1.ed. Cap. 3 e 5. São Paulo: Editora Fundamento Educacional. 2012.

13. Página eletrônica: <http://www.abiblia.org/ver.php?id=4323>; acesso em 6/2/2017.

14. STARK, Rodney. Trad. Santos, Jonas Pereira. *O crescimento do cristianismo: um sociólogo reconsidera a história*. 1.ed. Cap. 1 e 2. São Paulo: Paulinas. 2006.

15. LOPES, Geraldo. *Patrística pré-nicena*. 1.ed. São Paulo: Paulinas. 2014. 279p.

16. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *Emmanuel*. 28.ed. Cap. 3. Brasília: FEB. 2013.

17. CHAMPLIN, Russel Norman. *O Novo Testamento Interpretado: versículo por versículo*. Vol. 1. São Paulo: Hagnos, 2014.

2. Nota do autor: censura, advertência ou repreensão.

2.4. Os evangelistas

Eusébio de Cesareia¹ comenta que, em geral, os apóstolos não tinham conhecimento elementar da língua escrita e não sabiam transmitir de forma clara os ensinamentos do Mestre. Empregavam a divulgação oral e utilizavam a manifestação do “Espírito Divino”. Os apóstolos não tinham a preocupação em escrever livros e Paulo só transmitiu breves cartas.

Eusébio de Cesareia destaca algumas distinções entre os textos dos evangelistas e opina que somente Mateus e João deixaram memória dos ensinamentos do Mestre.

O historiador acima citado anota que os ouvintes de Pedro solicitavam a Marcos que escrevesse o que o Apóstolo transmitia oralmente e cita que Pedro aprovou o livro preparado por seu discípulo. Em seguida Marcos teria partido para Alexandria, onde fundou núcleos cristãos tão admiráveis na doutrina e na exemplificação de vida, que passou o seu exemplo aos seguidores de Cristo²; foi martirizado no ano 68 d.C.¹

Logo depois do Evangelho de Marcos surge o de Lucas e Eusébio de Cesareia lembra a origem antioquena do autor, médico de profissão, que viveu longo tempo com Paulo e também conviveu com outros apóstolos. O seu Evangelho teria sido escrito com depoimentos de testemunhas oculares e divulgadores (Lucas 1, 2-3). Lucas enfatizou fatos de que ele apreendeu com segurança e veracidade, pela convivência e conversas com Paulo e pelo diálogo com os outros apóstolos e no livro Atos anotou também que

testemunhou. O apóstolo Paulo se refere ao Evangelho de Lucas como “meu Evangelho” (Romanos 2,16; 2 Timóteo 2,8).

O estudioso bíblico Champlin³ reproduz a opinião de Ernest Renan de que o evangelho de Lucas é o mais belo livro que jamais foi escrito. Por outro lado, comenta que, considerados juntamente, o evangelho de Lucas e Atos dos Apóstolos representam pouco mais do que um quarto do volume total do Novo Testamento. Significa que Lucas contribuiu para o conjunto do Novo Testamento com mais material do que qualquer outro autor, e, que o Evangelho de Lucas juntamente com Atos dos Apóstolos tem mais material do que as epístolas de Paulo.

O evangelista Mateus pregou primeiramente aos hebreus, divulgando o Evangelho em hebraico para a comunidade judaica na [Judeia](#) durante um período de quinze anos. Como devia também partir para anunciar a palavra do Mestre para outras províncias do Império Romano, deixou o evangelho por escrito na língua pátria. Há registros de que depois teria viajado e teria sido morto na Etiópia no ano 72 d.C.

Eusébio de Cesareia comenta que os evangelistas Mateus e Lucas registraram diferentes genealogias de Cristo.¹

O Evangelho de João (10-103 d.C.) é o registro de significado mais espiritual sobre a epopeia do Cristo. Provavelmente pelas condições ímpares da sua longa existência, esse Evangelho mereceu distinções de vários estudiosos bíblicos⁴ além da já citada observação de Eusébio de Cesareia.

Ainda jovem e acompanhando o Mestre, João – chamado “filho do trovão” (Marcos, 3.17) –, segundo Jesus, passou a ser o “discípulo amado”; corajosamente, seguiu-o na noite da prisão e o acompanhou até a crucificação, quando foi designado para cuidar de Maria. É aceito que a mãe de João era irmã de Maria. João conduziu Maria à cidade de Éfeso no ano 37 d.C. e ela desencarnou com 64 anos de idade no ano 46 d.C., naquela região, na montanha de Bilbul.⁵ A convivência com a mãe de Jesus foi uma oportunidade ímpar para a compreensão dos valores cristãos.

O historiador da Patrística destaca os momentos em que João viveu na Ásia Menor e orientava as igrejas dessa região, depois do retorno do exílio após a morte do imperador Domiciano. João atuou principalmente na igreja de Éfeso, fundada por Paulo, e o evangelista ali permaneceu até o tempo do imperador Trajano. Eusébio de Cesareia considera que João é testemunha genuína da tradição dos Apóstolos. Ao ser convidado comparecia às regiões vizinhas dos gentios para definir bispos e para organizar igrejas, para escolher como clérigo um dos designados pelo “Espírito Santo”.¹

Nos seus relatos, Eusébio de Cesareia registra que João se pôs a escrever porque, mesmo atestando a veracidade dos três evangelhos precedentes, entendia que careciam da história das primeiras ações do Cristo e do anúncio da essência dos ensinamentos do Mestre. Os três primeiros evangelhos registram as obras do Cristo após a prisão e encarceramento de Batista e praticamente durante um ano apenas. Por isso João transmitiu em seu evangelho os eventos que os evangelistas precedentes haviam omitido e várias ações do Mestre nesse espaço de tempo. Isso é assinalado na frase:

“Este foi o início dos sinais que Jesus fez” (Jo 2,11). Ciente de que o lado humano havia sido exposto nos evangelhos precedentes, escreveu impelido pelos discípulos e divinamente inspirado pelo “Espírito Santo”, um evangelho espiritual. Eusébio de Cesareia considera o Evangelho de João mais completo.¹

Eusébio de Cesareia discute a autenticidade do Apocalipse e também contesta as cartas atribuídas a Tiago, Judas, 2ª carta de Pedro e a 2ª e 3ª cartas de João.¹

João, o único discípulo que não foi executado pelos adversários, residiu em Éfeso até sua desencarnação – já nonagenário –, no início do Século II. Na sua longa existência, João conviveu com Paulo que, em uma de suas viagens passou três anos em Éfeso⁶ e depois delegou atribuições a Timóteo e Tito para atuarem na cidade. Teve contatos com cristãos pioneiros de várias partes e que receberam sua influência e são incluídos na chamada patrística, ou seja, a filosofia cristã dos primeiros séculos, elaborada pelos chamados “pais da igreja”. Conheceu também as dificuldades e as influências negativas que eram vividas pelos primeiros grupos cristãos.⁴

O estudioso bíblico Champlin cita o líder reformista do século XVI, Lutero, e este costumava dizer que se pudéssemos preservar somente o evangelho de João e a Epístola aos Romanos, o cristianismo seria salvo.³

Léon Denis, conhecido escritor espírita, sintetiza que:

“Os primeiros apóstolos limitavam-se a ensinar a paternidade de Deus e a fraternidade humana. [...] Os três Evangelhos sinóticos acham-se fortemente impregnados do pensamento judeu-cristão, dos apóstolos, mas já

o evangelho de João se inspira em influência diferente. Nele se encontra um reflexo da filosofia grega, rejuvenescida pelas doutrinas da escola de Alexandria. [...] O Cristianismo nascente sofria pouco a pouco as influências gregas, que o levava a fazer do Cristo o verbo, o Logos de Platão.”⁷

No romance histórico *50 anos depois*, Emmanuel registra uma observação significativa:

“Paulo e João nos revelaram o Cristo Divino, Filho do Deus Vivo, na sua sublimada missão universalista, a redimir o mundo.”⁸

Com relação à época do aparecimento dos Evangelhos, registramos que a 1ª Epístola aos Tessalonicenses, escrita por Paulo em Corinto no ano 51 d.C., seria o primeiro texto de autoria do Apóstolo e também o texto pioneiro do Novo Testamento⁶. Em realidade os Evangelhos surgiram após a redação de todas Epístolas de Paulo. É aceita a seguinte cronologia de aparecimento dos Evangelhos: Marcos, provavelmente no ano 64 d.C.; Lucas, logo em seguida; Mateus, no ano 70 d.C., e, João, no período entre 90 e 100 d.C.³

Eusébio de Cesareia afirma que Mateus teria escrito “na língua pátria”, porém, posteriormente desenvolveram-se polêmicas sobre essa opinião. O historiador Blainey⁹, por exemplo, é de opinião de que os textos de todos evangelistas teriam sido redigidos em grego.

Todavia, em geral, os estudiosos bíblicos¹⁰ aceitam que todos os livros do Novo Testamento (Evangelhos, Atos dos Apóstolos, Epístolas e Apocalipse), à exceção do Evangelho de Mateus, foram redigidos

primeiramente em grego (*koiné*). Já anotamos no capítulo 1.5 que o grego-*koiné* era um idioma popular e tornava mais fácil a divulgação da Boa Nova, e se abria para o mundo dos gentios que não conheciam o aramaico.

Referências:

1. Eusébio de Cesareia, Bispo de Cesareia. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria de Cristo. História eclesiástica. Coleção Patrística vol. 15. São Paulo: Paulus. 2014. 508p.
2. LOPES, Geraldo. *Patrística pré-nicena*. 1.ed. São Paulo: Paulinas. 2014. 279p.
3. CHAMPLIN, Russel Norman. *O Novo Testamento Interpretado: versículo por versículo*. Vol. 1, 2, 3. São Paulo: Hagnos. 2014.
4. CARVALHO, Antonio Cesar Perri. João em prosa e verso. *Revista Internacional de Espiritismo*. Ano XCII. N.1. Fevereiro de 2017. p. 12 e 13.
5. SILVA, Severino Celestino. *Comunidades do Caminho. História do Cristianismo Nascente*. 1.ed. Cap. 20, 22 e 23. João Pessoa: Ideia, 2014.
6. CARVALHO, Antonio Cesar Perri. *Epístolas de Paulo à luz do Espiritismo*. 1.ed. Cap.12 e 15. Matão: O Clarim. 2016.
7. DENIS, Léon. Trad. Cirne, Leopoldo. *Cristianismo e Espiritismo*. 17 ed. Cap. Origem dos Evangelhos. Rio de Janeiro: FEB. 2013.
8. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *50 anos depois*. 1.e.esp. 1ª. parte, cap.VI. Rio de Janeiro: FEB. 2002.
9. BLAINY, Geoffrey. Trad. Capelo Traduções. *Uma breve história do cristianismo*. 1.ed. Cap. 3. São Paulo: Editora Fundamento Educacional. 2012.
10. Página eletrônica: <http://www.abiblia.org/ver.php?id=4323>; consulta em 6/2/2017.

2.5. O papel de Paulo de Tarso

Na monumental obra *Paulo e Estêvão*, psicografada por Francisco Cândido Xavier, o autor espiritual Emmanuel aprofunda os registros de Atos e das Epístolas de Paulo detalhando as lutas e humilhações do doutor Saulo de Tarso, autoridade na Lei Mosaica perante seu povo. Paulo que renunciou às suas prerrogativas de doutor da Lei ao iniciar seu processo de transformação no Apóstolo do Cristo, foi submetido pelos seus antigos pares e até por seguidores do Cristo, a constrangimentos e dificuldades acerbadas.¹

Paulo de Tarso, como principal divulgador da mensagem do Mestre, fundou em muitos locais as chamadas igrejas cristãs (*ecclesia* – local de reunião, atualmente significando “igreja”). Outra ação importante foram as epístolas, com características de carta redigida por um autor antigo e de crônicas a respeito de determinados assuntos, com muitas orientações aos grupos cristãos pioneiros.

O papel e proeminência de Paulo é discutida pelo historiador e teólogo, ligado ao catolicismo, Joseph Ernest Renan (1823 – 1892). Para esse autor, Paulo é um homem eminente e, na fundação do cristianismo, desempenhou um dos papéis de mais relevo. Renan admite que “Paulo deixou escrituras valiosas; as dos outros apóstolos não podem ombrear com elas em importância ou em autenticidade.”²

Emmanuel, no livro *Paulo e Estêvão*, relata também que Paulo estava preocupado por não poder atender a todas as solicitações das “igrejas” nascentes. Em uma meditação noturna, recebe a seguinte orientação: “Não te atormentes com as necessidades do serviço. É natural que não possas assistir pessoalmente a todos, ao mesmo tempo [...] Poderás resolver o problema escrevendo a todos os irmãos em meu nome; os de boa vontade saberão compreender, porque o valor da tarefa não está na presença pessoal do missionário, mas no conteúdo espiritual do seu verbo, na sua exemplificação e na sua vida. Doravante, Estêvão permanecerá mais aconchegado a ti, transmitindo-te meus pensamentos...”³ Daí o título da obra de Emmanuel, destacando o Apóstolo e o primeiro mártir do Cristianismo, espiritualmente na posição de seu orientador para a difusão do Cristianismo.

Paulo percorreu as capitais provinciais do Oriente romano: Antioquia, capital da Síria; Pafos, capital de Chipre; Tessalônica, capital da Macedônia; Corinto, capital da Acaia; Éfeso, capital da província da Ásia Menor. E chegou a Roma, capital do Império Romano.

Para o filósofo espírita Herculano Pires:

“Paulo, que exemplifica o drama da transição da consciência judaica para a cristã, adverte que Deus não deseja cultos externos, semelhantes aos dedicados às divindades pagãs, mas “um culto racional”, em que o sacrifício não será mais de plantas ou animais, mas da animalidade, ou seja, do ego inferior do homem. A religião se depura dos resíduos tribais, despe-se dos ritos agrários e da complexidade que esses ritos adquiriram no horizonte civilizado. Torna-se espiritual. Os próprios apóstolos do Cristo

não compreendem de pronto essa transição. Pedro chefia o movimento que Paulo chamou “judaizante”, tendendo a fazer do Cristianismo uma nova seita judaica. Mas Paulo é a flama que mantém o ideal do Cristo. Inteligente e culto, é um dos poucos homens capazes de compreender a nova hora que surge, e por isso o Cristo o retira das hostes judaicas, para colocá-lo à frente do movimento cristão.”⁴

As Epístolas de Paulo, com algumas diferenças entre autores, foram escritas na seguinte ordem cronológica nos anos iniciais da Era Cristã^{1,5,6,7}:

1ª e 2ª Epístolas aos Tessalonicenses (51 e 52);

1ª e 2ª Epístolas aos Coríntios (52-55 e 55-56);

Epístola aos Gálatas (final de 48 ou entre 54-57);

1ª e 2ª Epístola a Timóteo (56 ou entre 65-68);

Epístola a Tito (56 ou antes de 65);

Epístola aos Romanos (55-57);

Epístola aos Colossenses (61-62);

Epístola a Filemon (58-62);

Epístola aos Efésios (61-62);

Epístola aos Filipenses (62-63);

Epístola aos Hebreus (62-64);

Segundo o autor espiritual Emmanuel, a primeira Epístola foi dirigida aos Tessalonicenses. O orientador espiritual de Chico Xavier também define claramente a autoria de Paulo e a destinação da Epístola aos Hebreus e é taxativo em suas colocações. Interessante anotarmos que há polêmicas religiosas quanto à autoria dessa carta¹. No entanto há um ponto comum

que, embora o autor da Epístola não tenha se identificado pelo nome, ele conhecia Timóteo e possuía um profundo conhecimento do Velho Testamento³.

Na redação das Epístolas identificam-se palavras meigas e enérgicas e dirigidas às comunidades na posição de quem as conheceu e as acompanha, com temas e público-alvo definido. No geral, Paulo está preocupado com a divulgação da mensagem do Cristo, de uma religião espiritual, combatendo a idolatria, a circuncisão, a luxúria, os sacrifícios religiosos, os divisionismos; descreve acerca da diversidade dos dons espirituais; exalta a justiça pela fé, a humildade, a caridade, a fidelidade a Deus, a submissão a uma autoridade moral, a tolerância para com os fracos da fé, o amor fraternal e a hospitalidade; orienta sobre as polêmicas religiosas; esclarece que a Lei de Moisés é impotente para salvar, mas conduz a Cristo e à fé; registra seus sofrimentos na luta pela implantação da Boa Nova.¹

Deve-se destacar que a designação de epístola pastoral é empregada por ser dirigida a pessoas que tinham responsabilidades de coordenação e orientação, como para Timóteo (duas), Tito, e, para alguns autores, também a dirigida a Filemon. As demais epístolas paulinas se destinam a um grupo de agremiações cristãs, de uma cidade ou região. Na introdução da *Bíblia Judaica Completa*, há a designação de epístolas dirigidas às comunidades judaicas messiânicas, pois na grande maioria os integrantes eram judeus que se converteram ao Cristianismo; inclusive considera-se que a Epístola aos Hebreus era destinada a “um grupo de judeus messiânicos”.^{1,8}

O apóstolo Paulo gozava de condições e características ímpares: nasceu em família judia, com boas condições financeiras; sua terra natal Tarso, era importante centro da cultura grega, onde ele passou sua infância e adolescência; herdou do pai a cidadania romana; estudou em Jerusalém com o conhecido mestre Gamaliel, tornando-se doutor da Lei, ou seja, foi um fariseu ortodoxo. Portanto, era culto, conhecia a cultura grega e o judaísmo e o contexto do Império Romano. Era enérgico e aguerrido. Paulo era portador da chamada “autonomia intelectual”.

Destacamos que um conjunto de condições fez de Paulo um fiel e ardoroso divulgador das propostas do Cristo e com autoridade para combater e esclarecer sobre as chamadas heresias, infiltrações de ideias confusas e os oportunismos que ameaçavam os primeiros grupos cristãos. Em função dessas situações ele registrou muitas recomendações em suas Epístolas dirigidas a grupos e lideranças cristãs. Se antes ele era o fiel fariseu ortodoxo, ele se transformou no fiel e ardoroso seguidor do Cristo.

O historiador Corbin⁶ destaca que há alguns conflitos de interpretações, pois Paulo considera que somente a crença no Messias basta para a salvação. Outros estimam que a observância e a crença conjuntas na Lei de Moisés e no Messias são necessárias (Tiago e, em menor medida, Pedro).

De fato, Paulo continuamente registrava em suas Epístolas sua posição de não aceitar mais a Lei de Moisés e de se antepor aos chamados legalistas. O ex-doutor da Lei se insurgia contra as regras e normas típicas de sua antiga religião tradicional.

Rops⁹, pesquisador do cristianismo, comenta os aspectos paternos e de generosidades de Paulo, tendo demonstrado singular delicadeza ao redigir a Epístola a Filemon, mas também tinha posições firmes. Inclusive no ano 49, provavelmente a seu pedido, se reuniu o concílio de Jerusalém, porque Paulo não aceitava a exigência de alguns apóstolos de que os pagãos antes de se converterem ao cristianismo abraçassem primeiramente o judaísmo. Rops é taxativo: “Lendo o Novo Testamento, ficamos com a impressão de que a sementeira cristã se resume em São Paulo. [...] Um arauto do Espírito – eis o que foi São Paulo.”⁸

Acadêmico e pároco anglicano Wright¹⁰ é autor de profundos estudos sobre Paulo e opina que a ação do Apóstolo tem “uma dimensão política, entrelaçada num tecido único da teologia e de sua vida”, porém destaca que a história vivida e narrada por Paulo “é uma história de amor e não de poder”. Wright pondera que, na atualidade, Paulo “pode muito bem vir a ser outra vez uma questão não tanto de compreensão, mas de coragem”¹⁰.

Entendemos que as Epístolas de Paulo, abstraindo-se algumas discussões do contexto da época, devem merecer o estudo dos espíritas e destacamos que na chamada série “Fonte Viva” e demais livros em que Emmanuel comenta versículos do Novo Testamento, de um total de cerca de 1.300 capítulos, mais de um terço dos capítulos se referem a citações de Paulo.¹

Entre as obras psicográficas de Francisco Cândido Xavier, *Paulo e Estêvão*² tem papel de relevo e tem sido considerada sua obra prima. Na apresentação escrita por Emmanuel no dia 8 de julho de 1941, há algumas

observações importantes que definem o objetivo da obra e oferecem rápida visão sobre a tarefa do apóstolo e do primeiro mártir do Cristianismo:

“Nosso escopo essencial não poderia ser apenas rememorar passagens sublimes dos tempos apostólicos, e sim apresentar, antes de tudo, a figura do cooperador fiel, na sua legítima feição de homem transformado por Jesus Cristo e atento ao divino ministério. [...] Entre perseguições, enfermidades, apodos, zombarias, desilusões, deserções, pedradas, açoites e encarceramentos, Paulo de Tarso foi um homem intrépido e sincero, caminhando entre as sombras do mundo, ao encontro do Mestre que se fizera ouvir nas encruzilhadas da sua vida. [...] Sem Estêvão, não teríamos Paulo de Tarso. O grande mártir do Cristianismo nascente alcançou influência muito mais vasta na experiência paulina, do que poderíamos imaginar tão só pelos textos conhecidos nos estudos terrestres. A vida de ambos está entrelaçada com misteriosa beleza. A contribuição de Estêvão e de outras personagens desta história real vem confirmar a necessidade e a universalidade da lei de cooperação. E, para verificar a amplitude desse conceito, recordemos que Jesus, cuja misericórdia e poder abrangiam tudo, procurou a companhia de doze auxiliares, a fim de empreender a renovação do mundo.”³

Nos textos do autor espiritual Emmanuel, Paulo foi considerado “o agricultor humano que conseguiu aclimatar a flor divina do Evangelho sobre o mundo.”¹¹

Sem dúvida, o apóstolo Paulo foi o maior divulgador e o principal consolidador do cristianismo. Concordamos com a opinião de muitos

autores de que sem Paulo não teríamos o movimento cristão.

Referências:

1. CARVALHO, Antonio Cesar Perri. *Epístolas de Paulo à luz do Espiritismo*. 1.ed. Matão: O Clarim. 2016. 188p.
2. RENAN, Ernesto. Trad. Salgado, Eduardo Augusto. *Os apóstolos*. Introdução. 4. ed. Porto: Lello & irmão. 1964.
3. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *Paulo e Estêvão*. Brasília: Ed. FEB. 2012. 488p.
4. PIRES, José Herculano. *O espírito e o tempo*. 1ª Parte, Cap. V. São Paulo: Ed. Pensamento. 1964.
5. WALKER, Peter. *Pelos caminhos do apóstolo Paulo*. Trad. Mariz, Andréa. Cap. Introdução. São Paulo: Rosari. 2009.
6. CHAMPLIN, Russel Norman. *O Novo Testamento Interpretado: versículo por versículo*. Vol. 3, 4, 5. São Paulo: Hagnos, 2014.
7. CORBIN, Alain (Org.); Lemaitre, Nicole; Thelamon, Françoise; Vincent, Catherine. Trad. Brandão, Eduardo. *História do cristianismo: para compreender melhor nosso tempo*. 1ª Parte, cap. I e II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
8. STERN, David H. Trad. Portella, Rogério; Fernandes, Celso Eronides. *Bíblia Judaica Completa*. 1.ed. Cap. Introdução. São Paulo: Vida. 2010.
9. ROPS, Daniel. Trad. Pinheiro, Eduardo. *História da igreja de Cristo. I. A igreja dos apóstolos e dos mártires*. 2.ed. Porto: Livraria Tavares Martins. 1960. 724p.
10. WRIGHT, Nicolas Thomas. Trad. Soares, Joshua de Bragança. *Paulo. Novas perspectivas*. 1ª Parte, cap. 2 e 4; 2ª Parte, cap. 8. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
11. TAVARES, Clóvis. *Amor e sabedoria de Emmanuel*. 12.ed. Cap. 4 e 5. Araras: IDE, 2007.

2.6. Lideranças cristãs

Além dos discípulos e evangelistas – citados em capítulos anteriores (2.3 e 2.4) – devemos destacar o papel exponencial do apóstolo Pedro.

Simão Pedro é muito citado nos Evangelhos. Jesus encorajou-o a segui-lo dizendo que o tornaria “pescador de homens”.

Eusébio de Cesareia dá destaque à atuação de Pedro, galileu de nascimento, e que veio a ser “o primeiro [pontífice](#) dos [cristãos](#)“.¹

Anteriormente, já nos referimos à atuação dele na Casa do Caminho, nos arredores de Jerusalém (Cap.2.3). De acordo com a tradição e história desenvolvida pela Igreja Católica, depois de ter sido bispo em [Antioquia](#), Pedro teria se tornado o primeiro [bispo de Roma](#). Segundo esta tradição, depois de ser milagrosamente [solto da prisão](#) em [Jerusalém](#), o apóstolo teria viajado até [Roma](#) e ali permanecido até a expulsão dos [judeus](#), determinada pelo [imperador Cláudio](#), época em que teria voltado a Jerusalém. Embora haja alguma polêmica quanto à data, aceita-se que no ano 48 ou 49 d.C. ocorreu o chamado Concílio de Jerusalém, convocado por Pedro e Tiago e um dos assuntos principais era definir se os [gentios](#), ao se converterem ao [cristianismo](#), teriam que adotar algumas das práticas antigas da [Lei Mosaica](#) para poderem ser salvos, como a circuncisão. Após esta reunião, Pedro ficou em Jerusalém. Paulo, Barnabé, Judas (Barsabás) e Silas seguiram para Antioquia.

Na mesma época Pedro foi a Antioquia, onde ocorreu uma discussão entre ele e Paulo, conhecida como o “incidente em Antioquia”, reunião que caracterizou uma disputa, nos [primeiros anos da Igreja](#), entre [Paulo](#) de Tarso e [Pedro](#), registrada na Epístola aos Gálatas:

“E, chegando Pedro a Antioquia, lhe resisti na cara, porque era repreensível. Porque, antes que alguns tivessem chegado da parte de Tiago, comia com os gentios; mas, depois que chegaram, se foi retirando, e se apartou deles, temendo os que eram da circuncisão. E os outros judeus também dissimulavam com ele, de maneira que até Barnabé se deixou levar pela sua dissimulação. Mas, quando vi que não andavam bem e diretamente conforme a verdade do evangelho, disse a Pedro na presença de todos: Se tu, sendo judeu, vives como os gentios, e não como judeu, por que obrigas os gentios a viverem como judeus?” ([Gálatas 2,11-14](#)).

Eusébio de Cesareia reproduz informações de Orígenes, de que Pedro teria ido muito cedo para Roma e também visitou regiões da Ásia Menor, como o Ponto, a Bitínia, a Capadócia e a região da Macedônia.²

O historiador da Igreja Pierre Pierrard destaca o papel de Pedro, escutado sobretudo pelos judeus da Diáspora, e considera o apóstolo “o chefe incontestado da igreja palestina”.³

Pedro escreveu duas Epístolas. Foi martirizado em [Roma](#) no ano 67 d.C. Pelo fato de ter sido bispo em Roma, posteriormente a Igreja Católica considerou-o como o primeiro papa.

A propósito, em obra psicográfica de Francisco Cândido Xavier, o espírito Emmanuel tece considerações sobre o papado:

“A igreja de Roma, que antes da criação oficial do Papado considerava-se a eleita de Jesus, ao arvorar-se em detentora das ordenações de Pedro, não perdia ensejos de firmar a sua injustificável primazia junto às suas congêneres de Antioquia, de Alexandria e dos demais grandes centros da época. Herdando os costumes romanos e suas disposições multisseculares, procurou um acordo com as doutrinas consideradas pagãs, pela posteridade, modificando as tradições puramente cristãs, adaptando textos, improvisando novidades injustificáveis e organizando, finalmente, o Catolicismo sobre os escombros da doutrina deturpada. Os bispos de Roma, abusando do fácil entendimento com as autoridades políticas do Estado, impunham suas inovações arbitrárias, contrariando as sublimes finalidades do ensinamento d’Aquele que preconizara a humildade e o amor como os grandes caminhos da redenção. É assim que aparecem novos dogmas, novas modalidades doutrinárias, o culto dos ídolos nas igrejas, as espetaculosas festas do culto externo, copiados quase todos os costumes da Roma anticristã.”⁴

Em outra obra do citado médium brasileiro, há um diálogo com o espírito Pedro registrado por Humberto de Campos (espírito), referindo-se aos preparativos de um Congresso Eucarístico:

“Foi quando, então, lhe mostrei o rico monumento festivo, as igrejas enfeitadas de ouro, os movimentos de recepção aos prelados, exclamando ele, afinal: – Não, meu filho!... Esperam-me longe destas ostentações mentirosas os humildes e os desconsolados. O Reino de Deus ainda é a promessa para todos os pobres e para todos os aflitos da Terra. A Igreja romana, cujo chefe se diz possuidor de um trono que me pertence, está

condenada no próprio Evangelho, com todas as suas grandezas bem tristes e bem miseráveis. A cadeira de São Pedro é para mim uma ironia muito amarga... Nestes templos faustosos não há lugares para Jesus, nem para os seus continuadores... – E que sugeris, Mestre, para esclarecer a verdade? Mas, nesse momento, o Apóstolo venerando enviou-me um gesto compassivo e piedoso, continuando o seu caminho, depois de amarrar, resignadamente, o cordão das sandálias.”⁵

O historiador Pierrard cita o destino de alguns apóstolos: André para o sul da Rússia; Bartolomeu para a Índia; Tomé para a Pártia; Mateus para a Etiópia. Aponta também os principais centros do cristianismo nascente: Antioquia, Éfeso, Tessalônica, Corinto e Roma.³

Entre os vultos cristãos que também se notabilizaram no século I, destacamos Inácio de Antioquia e Clemente.

Inácio de Antioquia (35-107 d.C.) conheceu Paulo de Tarso; é considerado discípulo do apóstolo [João](#) e foi sucessor de [Pedro](#) na igreja em [Antioquia](#). Segundo [Eusébio de Cesareia](#)¹, Inácio foi o terceiro bispo de Antioquia da [Síria](#), entre os anos 68 e 100 ou 107. Foi preso por ordem do imperador [Trajano](#) (98-117 d.C.) e condenado a ser lançado aos leões no Coliseu em Roma. As autoridades romanas esperavam fazer dele um exemplo e, assim, desencorajar os cristãos. Durante sua viagem a Roma teve a oportunidade de ensinar os conceitos cristãos e também de escrever cartas para as igrejas da região, as chamadas Epístolas de Inácio, e outras que há dúvidas na sua autenticidade.

Clemente (35-100 d.C.) é também conhecido como Clemente Romano, por ter nascido em Roma. Discípulo de [Pedro](#), é considerado, pela Igreja Católica, o quarto papa (entre [88](#) e [97](#) d.C.), sendo conhecido como Clemente I. Restabeleceu o uso da “crisma” e iniciou o uso da palavra “[amém](#)” nas cerimônias religiosas. A única obra genuína de Clemente ainda existente é uma carta dele para igreja de [Corinto](#), geralmente chamada de *Clemente I*. Foi preso no reinado de [Trajano](#) e viveu uma segunda [perseguição aos cristãos](#), na época do imperador [Domiciano](#). Após ser detido e condenado ao exílio, com trabalhos forçados nas minas de cobre de [Galípoli](#), no ano [97](#), decidiu que os cristãos não podiam ficar sem um guia espiritual, renunciando em favor de [Evaristo](#). Converteu muitos presos e por isso, no ano 100 foi atirado ao mar com uma pedra amarrada ao pescoço, tornando-se num [mártir cristão](#).

Rops² considera que os primeiros tempos da sementeira cristã foram calmos e que as perseguições iniciais foram esporádicas e não apresentando qualquer característica de sistema. Este mesmo autor se refere ao início das catacumbas, como cemitérios gigantescos e prodigiosos, onde gerações de cristãos enterraram seus mortos e também representavam o símbolo da existência perigosa e semiclandestina da prática cristã. Em Roma estão as mais importantes, mas existem catacumbas em várias outras cidades. Em séculos futuros passaram a ser frequentadas como lugares de reuniões litúrgicas e de culto aos mártires e também surgiu a arte cristã das catacumbas.

Referências:

1. Eusébio de Cesareia, Bispo de Cesareia. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria de Cristo. História eclesiástica. Coleção Patrística vol. 15. São Paulo: Paulus. 2014. 508p.
2. ROPS, Daniel. Trad. Pinheiro, Eduardo. *História da igreja de Cristo. I. A igreja dos apóstolos e dos mártires*. 2.ed. Porto: Livraria Tavares Martins. 1960. 724p.
3. PIERRARD, Pierre. Trad. Cunha, Álvaro. *História da igreja*. 1. ed. São Paulo: Ed. Paulus. 2012.
4. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *A caminho da luz*. Cap. 16. 38.ed. Brasília: FEB. 2013.
5. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Humberto de Campos. *Crônicas de além-túmulo*. 13.ed. Cap. 20. Brasília: FEB. 2009.

2.7. Festividade e martírio no Circo Máximo de Roma

Há deturpações intencionais na análise das perseguições aos cristãos nos primeiros tempos. Em realidade, segundo o historiador Chevitarese – que discute a relação cristianismo e império romano –, do ponto de vista romano “as controvérsias entre cristãos e judeus eram pertencentes estritamente ao âmbito da lei judaica”¹. Em princípio, os seguidores do Cristo eram considerados como integrantes de uma das seitas da Palestina e muitos foram perseguidos por esta razão, sem distinção em serem ou não cristãos. Com relação especificamente aos cristãos, em muitos casos, as denúncias partiam do Sinédrio de Jerusalém, órgão máximo de decisão do judaísmo.

Nos albores do cristianismo, no âmbito da administração central do império romano não ocorriam apenas perseguições, o que levou Emmanuel – a partir de versículo de epístola de Paulo: “Todos os santos vos saúdam, mas principalmente os que são da casa de César” (Filipenses, 4, 22) –, fazer o seguinte comentário: “Muito comum ouvirmos observações descabidas de determinados irmãos na crença, relativamente aos companheiros chamados a tarefas mais difíceis, entre as possibilidades do dinheiro ou do poder. [...] Paulo de Tarso, humilhado e perseguido em Roma, teve ocasião de conhecer numerosas almas nessas condições, e o que é mais de admirar – conviveu com diversos discípulos de semelhante posição, relacionados com

a habitação palaciana de César. Deles recebeu atenções e favores, assistência e carinho.”²

Porém, há um registro na literatura espírita – sempre muito lembrado – e deve ficar claro que o fato não se caracterizou, especificamente, como perseguição aos cristãos. Numa festividade no Circo Máximo, em Roma, em homenagem ao imperador Nero, no ano 58 d.C. foram sacrificadas várias pessoas que haviam sido aprisionadas em atividades caracterizadas como desrespeito à legislação romana, inclusive em práticas cristãs. Entre os detidos se encontrava a patrícia romana Lívia, esposa do senador Públio Lentulus, que juntamente com a serva Ana frequentava cultos cristãos às escondidas. Eis trechos do relato do espírito Emmanuel:

“[...] Lívia enchera-se de uma coragem que nunca havia possuído. Diante da sua figura nobre e da sua indumentária de patrícia detiveram-se, longamente, os olhares significativos dos verdugos. [...] O Circo Máximo ficava situado justamente no vale que separa o Palatino do Aventino, erguendo-se, ali, como uma das mais belas maravilhas da cidade invicta. [...] A maioria dos historiadores do Império Romano assinala as primeiras perseguições ao Cristianismo somente no ano de 64; entretanto, desde 58 alguns dos favoritos de Nero conseguiram iniciar o criminoso movimento, salientando-se que os cristãos da época, antes do grande incêndio da cidade, eram levados aos sacrifícios, na qualidade de escravos misérrimos, para divertimento do povo tão logo os poderes imperiais estejam mais fortemente centralizados.”

Nos momentos finais, Lívia diz à sua fiel serviçal:

“Ana, fica-me apenas este pequeno colar, em que trago o camafeu com o perfil de Públio, em alto relevo, e que é um presente dele no dia longínquo das nossas núpcias. Morrerei com esta joia, como se ela fora um símbolo de união entre os meus dois amores, que são meu marido e Jesus-Cristo...”

Em seguida, inicia-se a festividade:

“A gigantesca procissão penetra o Grande Circo com grande recolhimento, em observância às mais elevadas solenidades. [...] Bela homenagem aos senadores! – glosou Nero, sarcasticamente. [...] Ingressando na arena, Lúvia ajoelhou-se defronte do grande e suntuoso pavilhão do Imperador, onde buscou lobrigar o vulto do esposo, pela derradeira vez, a fim de guardar no fundo d’alma a dolorosa expressão daquele último quadro, junto da imagem íntima de Jesus Crucificado, que inundava de emoções serenas o seu pobre coração dilacerado no minuto supremo. Pareceu-lhe divisar, confusamente, na doce claridade do crepúsculo, a figura ereta do senador coroado de rosas, como os triunfadores e, quando seus lábios se entreabriram numa última prece misturada de lágrimas ardentes que lhe borbulhavam dos olhos, viu-se repentinamente envolvida pelas patas selvagens de um monstro. [...] Naquele instante, dentro do camarim de honra do Imperador, Públio Lentulus sentiu no coração inexprimível angústia. No turbilhão daquele ensurdecido vozerio, o senador nunca sentira tão fundo desalento e tão amargo desencanto da vida. Horrorizavam-lhe agora aqueles tremendos espetáculos homicidas, de pavor e morte. Sem que pudesse explicar o motivo, seu pensamento voltou à Galileia longínqua, figurando-se-lhe

divisar, novamente, a suave figura do Messias de Nazaré, quando lhe afirmava: Todos os poderes do teu Império são bem fracos e todas as suas riquezas bem miseráveis! Inclinando-se para o seu amigo Eufanilo Drusus, Públio desabafou a penosa impressão, discretamente: – Meu amigo, este espetáculo de hoje me apavora! ... Sinto, aqui, emoções de angústia, como jamais experimentei em toda a vida... Serão escravos destinados à última pena os que ora sucumbem, sob a crueldade das feras violentas e rudes? – Não creio – respondeu o senador Eufanilo, segredando-lhe ao ouvido. – Corre o boato de que estes míseros condenados são pobres cristãos inofensivos, aprisionados nas catacumbas! ... Sem saber explicar a razão do seu profundo desgosto, Públio Lentulus lembrou-se repentinamente de Lívia, mergulhando-se, aflito, nas mais penosas conjeturas.’

Ao retornar à sua residência no bairro Aventino, em Roma, o Senador ouviu o relato da serva Ana, confirmando o sacrifício da esposa Lívia:

“O senador atendeu imediatamente à velha serva de sua casa, tomado de indefinível surpresa. [...] Ana expôs todos os fatos, sem omitir nenhum detalhe dos trágicos incidentes, enquanto o senador, de olhos arregalados, tudo fazia por compreender aquelas confidências dolorosas, na sua incredulidade e no seu pavoroso espanto. Ao fim do terrível depoimento, álgido suor lhe corria da fronte atormentada, enquanto as têmperas lhe batiam assustadoramente.”

Referências:

1. CHEVITARESE, André Leonardo. Cristianismo e império romano. *In*: Silva, Gilvan Ventura; Mendes, Norma Musco (Org.). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política*

e cultura. Cap. VII. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES, 2006. p. 161-174.

2. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *Caminho, verdade e vida*. 16.ed. Cap. 75. Brasília: FEB. 2012.

3. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *Há dois mil anos*. Ed.esp. 2ª. Parte, Cap. V. Brasília: FEB. 2002.

2.8. Ação dos imperadores romanos e suas relações com os cristãos

Em obras sobre a história do Império Romano, vários autores tratam das relações entre o cristianismo e os imperadores¹.

Neste capítulo, vamos nos ater aos imperadores romanos do século I:

Tibério (período de 14 a 37 d.C.):

Foi o imperador contemporâneo às tarefas do Cristo. O historiador cristão Eusébio de Cesareia² registra que o governador Pôncio Pilatos comunicou a Tibério sobre a ação de Jesus e sobre as notícias de sua ressurreição. O Imperador tendo recebido da Palestina, as notícias sobre a nova doutrina, comunicou-as ao Senado, mostrando que ela era do seu agrado e propôs a divinização do líder ressuscitado. O Senado Romano rejeitou porque um decreto antigo estabelecia que sem a permissão do Senado ou dos tribunos da plebe, ninguém fosse divinizado e proibindo a consagração de templo ou altar. Tibério aceitou a posição, mas manteve sua ideia de não prejudicar a doutrina do Cristo. Eusébio de Cesareia anota que Tertuliano narrou este fato em sua *Apologia em favor dos cristãos*, escrita em latim e vertida para o grego, e registra que, também sob o reinado de Tibério surgiu no mundo o nome de cristãos, por proposta de Lucas².

Os historiadores Silva e colaboradores¹, comentam que o legado da Síria e enviado especial de Tibério, L. Vitélio, depôs o sumo sacerdote Caifás no ano 36 ou 37 por estar diretamente envolvido nos atos que culminaram no

apedrejamento de Estêvão no ano 34 d.C.. Embora esta decisão fosse aceitável, como também localmente era legal, a atitude do Sinédrio efetivada no ano 34 era completamente ilegal aos olhos das autoridades romanas.

Esses registros históricos relacionados com o imperador Tibério são compatíveis com o enredo de obras mediúnicas ligados a episódios ocorridos na Judeia. A clássica e mais antiga – *Há dois mil anos*³ – psicografada por Francisco Xavier e publicada no ano de 1939, já mereceu análises em capítulos anteriores (Capítulos 2.1 e 2.7), na parte do enredo que trata das relações entre o personagem central, o senador Públio Lentulus, e o imperador Tibério, inclusive a tão divulgada carta em que o Senador descreve o Cristo ao Imperador.

Em outra obra psicográfica, do médium André Luiz Ruiz⁴, sobre episódios do cristianismo nascente e no mesmo contexto da obra *Há dois mil anos*, já focalizada anteriormente (Cap.2.1) –, um dos focos do livro é o governador Pôncio Pilatos, com relatos detalhados sobre o senador Públio Lentulus. Entre as tarefas a ele atribuídas pelo imperador Tibério era de averiguar sobre o personagem emergente de Jesus. O Imperador tinha expectativas de levar para seu palácio o líder judeu que curava pessoas, evidentemente para ser tratado de problemas de sua saúde. E teria ficado muito contrariado quando soube da sua execução na cruz. Em função de seus desmandos como governador da Judeia, Pilatos foi destituído, punido e exilado pelo imperador Tibério.

No citado livro de Ruiz há comentários sobre o Imperador que conferem com opiniões de historiadores recentes:

“Tibério, diferentemente do que se espalhou a seu respeito com o decorrer de seu governo, principalmente depois que se retirou para Capri a fim de se isolar das influências nocivas e aviltantes de que era objeto, tinha um senso de justiça elevado e desejava sempre fazer o melhor, ainda que as más línguas desvirtuassem as suas deliberações, nos vitupérios naturais dos que têm os seus interesses contrariados”.⁴

Fato vinculado a práticas religiosas e anterior ao período de atuação do Cristo, Gibbon⁵ registra que Tibério aboliu os sacrifícios humanos, adotados no território celta, e também com o objetivo de comprometer a autoridade de seus sacerdotes, os druidas. Este Imperador também proibiu por lei o sacrifício de animais nos anfiteatros romanos.

Calígula (período de 37 a 41 d.C.):

Período sem registros sobre ações relacionadas com os cristãos.

Cláudio (período de 41 a 54 d.C.):

A expulsão dos judeus da cidade de Roma determinada por Cláudio afetou indiretamente os grupos cristãos na capital. O pioneiro historiador de Roma, Caio Suetônio Tranquilo (anos 69 – 121 ou 122 d.C.)⁶, cita que Cláudio expulsou os judeus, “sublevados constantemente por incitamento de *Cresto*”. Seria “*Chréstos*” – do grego, primitiva forma gnóstica de Cristo? Os historiadores Silva & Mendes¹ afirmam que não há fundamento para se relacionar com os cristãos. Deve-se lembrar que os integrantes de grupos cristãos eram, principalmente, de origem judaica. Entre outros, por

serem judeus, precisaram sair de Roma o apóstolo Pedro e o casal Áquila e Prisca, amigos de Paulo de Tarso.

Nero (período de 54 a 68 d.C.):

Historiadores do Império¹ trazem várias informações sobre o reinado de Nero, e destacam que os cristãos viveram em paz em Roma até o ano 62. Isso pode explicar não apenas as ações de Paulo em Roma, mas também as conversões ao cristianismo de romanos influentes: Sérgio Paulo, pró-cônsul romano em Chipre (46-48 d.C.) e toda a sua família; Pompônia Grecina, mulher de Aulos Plautios, ex-cônsul e vitorioso comandante militar na Bretanha, no ano 42; e possivelmente Tito Flávio Clemente e sua esposa Domitila. Eusébio de Cesareia se refere às *Atas de Pedro* que registram o apoio de duas famílias senatoriais – Marcellus e Pudens – a Pedro, possivelmente envolvendo as suas hospitalidades ao referido apóstolo em Roma.¹

Os mesmos autores¹ destacam que houve mudança na política romana entre a crucificação de Jesus e a morte de Tiago e de outros cristãos em Jerusalém no ano 62, ocorridas por ordem do sumo sacerdote Anás e do Sinédrio. A nova política do Império impõe, de forma clara, limites à ação do Sinédrio na Judeia. O governo de Roma reconhece os seguidores de Cristo como uma das muitas seitas judaicas presentes na Palestina. A sua atitude em relação à pregação cristã na diáspora judaica do Mediterrâneo oriental era geralmente neutra e algumas vezes até benevolente. A única exceção parece ter sido em Filipos, uma colônia romana na Macedônia, onde Paulo e Silas foram flagelados e colocados na prisão por um dia.

A alteração de comportamento de Nero em relação aos cristãos coincide com sua mudança geral de política. Membros estoicos da classe dirigente romana foram julgados e condenados nos anos 65 e 66 d.C., um pouco depois das perseguições aos cristãos. Há muitas controvérsias sobre a razão de Nero incriminar os cristãos pelo incêndio de Roma. Pesquisadores da atualidade e mesmo o pioneiro historiador Suetônio⁵ não fazem qualquer associação entre o grande incêndio de Roma e o início da perseguição aos cristãos. Estes autores e inclusive Eusébio de Cesareia, associam Nero como sendo o primeiro perseguidor dos cristãos, mas não mencionam o incêndio de Roma como uma possível razão para a perseguição. Admite-se que Nero passaria a perseguir os cristãos por uma motivação fundamentalmente religiosa – a *superstitio nova* –, por causa do agressivo proselitismo dos cristãos e pelas suas duras críticas aos deuses politeístas. Ao responsabilizarem os cristãos pelo incêndio em 64 d.C., as autoridades romanas estariam reconhecendo que os cristãos formavam um grupo religioso separado do judaísmo, e pertenceriam a uma nova e perniciosa superstição.¹

Lembramos que Paulo de Tarso foi julgado e absolvido pessoalmente por Nero. Já na fase de mudança da política de Nero, num segundo momento de aprisionamento, é que Paulo foi rapidamente executado, e logo depois, o apóstolo Pedro.

Em capítulo anterior (Cap. 2.7) comentamos sobre uma festividade e martírio no Circo Máximo de Roma, que teria ocorrido no ano de 58 d.C.,

com base na obra *Há dois mil anos*³, e com a ressalva de que não se tratava de perseguição específica a cristãos.

Nero, no ano 67 enviou Vespasiano, um hábil general, para a Judeia e que chegou nas planícies da Galileia com sessenta mil soldados, preparando o cerco de Jerusalém. Vespasiano retornou a Roma e o desfecho com a destruição da cidade, com cenas de horror, morte e fome indescritíveis⁷, afetou profundamente os cristãos do local, mas já ocorreu após o citado general ter assumido o reinado.

Galba, Otão e Vitélio (período 68 e 69 d.C.):

O período conturbado e de curta duração dos três imperadores, não apresenta registros significativos relacionados com os cristãos.

Vespasiano (período 69 a 79 d.C.):

Os historiadores do Império Romano, Silva e colaboradores¹, observam que Vespasiano teve oportunidade de conhecer os cristãos na própria Palestina judaica, quando lá atuou como general, a pedido de Nero. A sua família – conhecida como dinastia Flávia – teve cristãos entre seus membros, particularmente o ramo ligado a Flávio Sabino, irmão de Vespasiano. Citam anotações antigas de um cronista bizantino, Georgius Sincellus, de que Vespasiano recebeu informações de Apolônio de Tiana, sobre o reino de Cristo.

Suetônio⁵ comenta que Vespasiano sempre “agiu com brandura e clemência”.

Durante seu reinado ocorreu a destruição do Templo de Jerusalém, como consequência da “[Grande Revolta Judaica](#)” contra o domínio romano, no

ano [70](#) d.C., Jerusalém foi tomada pelas forças de [Tito](#), comandante romano e filho do Imperador. As muralhas e o [Templo](#) foram destruídos e a cidade ficou em ruínas. A ação, embora específica contra os judeus, indiretamente também afetou comunidades cristãs.

Até a destruição do Templo, as palavras cristão e cristianismo eram entendidas pelos romanos como uma seita dentro do judaísmo. Somente após tal episódio é que começou a ocorrer a distinção entre duas grandes tradições judaicas: o judaísmo e o cristianismo primitivo¹.

Construiu em Roma o Anfiteatro Flaviano (Coliseu) – inaugurado no ano seguinte à sua morte (80 d.C.).

Tito (período de 79 a 81 d.C.):

Filho e sucessor de Vespasiano. Consta que durante o período de sua permanência na Palestina, também teria conhecido cristãos¹. Embora tenha sido marcado na História pela violência de sua ação já citada em Jerusalém, como general romano, não há registros de ações específicas contra os cristãos. Anteriormente, já anotamos vinculações de sua família com o cristianismo nascente. Autor da frase “*Diem perdidit*” (“meu dia foi perdido”), proferida quando não realizava uma boa ação.⁵

No início de seu reinado ocorreu a erupção do Vesúvio (79 d.C.).

Domiciano (período de 81 a 96 d.C.):

Também filho de Vespasiano. No início do seu reinado foi benevolente com os cristãos. Porém, com o tempo se altera a relação e a visão sobre os cristãos, e, no final de seu reinado houve uma intensa perseguição aos cristãos. Domiciano era um amante das tradições romanas e passou a ver no

cristianismo, que em algumas regiões do Império havia ganhado muitos seguidores, como uma ameaça para estas tradições. As perseguições no seu período contribuíram para identificar o cristianismo, antes confundido como um ramo do judaísmo. Nessa condição gozava dos conceitos do estatuto de *religio licita*, e, em seguida o cristianismo foi enquadrado como *superstitio illicita*¹, ou seja, religião lícita, enquanto confundida com o judaísmo, passou a ser enquadrada como superstição ilícita.

Simultaneamente havia a cristianização do alto estrato social romano, inclusive de membros da família Flávia¹. E na ação anticristã de Domiciano os primeiros atingidos pertenciam à aristocracia romana⁷.

A perseguição não atingiu todo o Império, mas a cidade de Roma e a Ásia Menor. Em Roma mandou executar seu parente Flávio Clemente e sua esposa Flávia Domicilia, acusando-os de ateísmo, de costumes judaicos, e, provavelmente por serem cristãos. O apóstolo João foi condenado e exilado na Ilha de Patmos.

Nerva (período 96 a 98 d.C.):

Durante esse reinado os cristãos viveram uma temporada de paz. O Imperador suspendeu os exílios, inclusive do apóstolo João em Patmos.

Trajano (período 98 a 117 d.C.):

Promulgou um edito proibindo “a caça dos cristãos”, mas se fossem denunciados seriam culpados e condenados à prisão ou à morte.^{1,2}

Clemente, considerado o quarto papa, foi preso e executado no início do reinado de Trajano, no ano 100 d.C.² (vide Cap.2.6).

Referências:

1. CHEVITARESE, André Leonardo. Cristianismo e império romano. *In: Silva, Gilvan Ventura; Mendes, Norma Musco (orgs.). Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural.* Cap. VII. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES. 2006.
2. Eusébio de Cesareia, Bispo de Cesareia. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria de Cristo. História eclesiástica. Coleção Patrística vol. 15. São Paulo: Paulus. 2014. 508p.
3. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *Há dois mil anos.* Ed.esp. 1ª Parte, Cap. I a V; 2ª Parte, Cap. V. Brasília: FEB. 2002.
4. RUIZ, André Luiz. Pelo espírito Lúcius. *O amor jamais te esquece.* Araras: IDE, 2003. 416p.
5. GIBBON, Edward. Trad. Paes, José Paulo. *Declínio e queda do império romano. Edição abreviada.* 6.ed. Cap. 2. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.
6. SUETÔNIO. Trad. Sady-Garibaldi. *A vida dos doze Césares.* 4.ed. Rio de Janeiro: Prestígio Editorial. 1998. 527p.
7. ROPS, Daniel. Trad. Pinheiro, Eduardo. *História da igreja de Cristo. I. A igreja dos apóstolos e dos mártires.* 2.ed. Porto: Livraria Tavares Martins. 1960. 724p.

3. Século II

3.1. Ações e lideranças cristãs

No capítulo anterior situamos o ponto de vista de historiadores de que a maior clareza na distinção entre judaísmo e cristianismo começou a ocorrer após a sufocação da “[Grande Revolta Judaica](#)”¹.

O historiador Corbin² considera que “é difícil falar de cristianismo, como religião constituída e mais ou menos aceita, se não reconhecida, antes da segunda metade do século II”.

O autor atribui aos apóstolos Tadeu e Tomás a evangelização da Mesopotâmia, em particular a cidade de Edessa (atualmente na Turquia), e até da Índia, e em decorrência justifica a existência comprovada de comunidades cristãs nas regiões citadas, na segunda metade do século II.

Esse autor comenta que, no mesmo período, surgem os concílios, que consistem na reunião dos chefes de Igreja numa base geográfica mais ou menos ampla para debater problemas a que são confrontados na prática do cristianismo.²

O estudioso da Patrística, Lopes³, entende que o final do século I e até meados do século II foi dominado pela ação dos chamados Padres Apostólicos (vide Cap. 1.2).

O cristianismo precisou superar sérios desafios para se tornar uma nova religião, separada do judaísmo, conforme entende o historiador Martin⁴: “Para os imperadores, os cristãos eram instáveis e irritantes. Já que, diferentemente dos judeus, os cristãos seguiam uma nova fé, em vez de uma

religião tradicional transmitida pelos ancestrais, não gozavam de tratamento especial sob o Direito romano. Por tradição, os romanos respeitavam costumes e crenças diferentes se fossem antigos, mas tinham uma desconfiança enorme de qualquer credo novo. Eles também menosprezavam os cristãos porque Jesus, o salvador divino, fora crucificado como criminoso pelo governo.”

O papel desempenhado por comunidades de Antioquia e Roma é destacado pelo pesquisador Lopes³ designando-as de “rota da conquista cristã”. Este autor considera que Antioquia era o centro propulsor desde a primeira geração cristã. O autor justifica que Antioquia era a capital do reino helenístico da Síria e uma das cidades mais importantes do império romano. Lembra que havia uma ligação com a igreja de Jerusalém, graças à atuação de Bernabé, e que naquela cidade Lucas utilizou pela primeira vez o nome “cristãos”³.

Justamente nessa cidade houve a liderança marcante de Inácio – o terceiro bispo de Antioquia –, já destacado como uma das lideranças do século I –, pois foi neste período que executou seu maior trabalho cristão (vide Cap.2.6). O historiador da Patrística, Eusébio de Cesareia⁵, esclarece que Policarpo (69-155 d.C.) foi discípulo dos apóstolos e conviveu com muitos dos que haviam conhecido o Cristo, e, por indicação de apóstolos é que foi designado bispo da Igreja de Esmirna, na Ásia Menor. Quando da passagem de Inácio por Esmirna, seu bispo era Policarpo, e ambos se tornaram amigos. Há informações de que os dois líderes teriam sido discípulos ou ouvintes do apóstolo João³. Com idade avançada – aos 86

anos de idade –, sofreu martírio. Há o relato de que três dias antes da ocorrência, Policarpo teve um sonho sobre seu sacrifício: viu um travesseiro em fogo; o fogaréu formou uma abóboda e não queimou. O aviso prévio se concretizou, pois foi apunhalado e o seu sangue apagou o fogo. Depois o soldado colocou o corpo no meio da arena, como nos costumes romanos, e o queimou⁵. O sacrifício de Policarpo foi considerado um momento especial de glorificação para a Igreja antiga³.

O cristianismo chegou cedo às Gálias. O missionário cristão Ireneu foi obrigado a falar a língua celta para se fazer compreender, pois o latim não era ainda a língua comum⁶.

Eusébio de Cesareia⁵ faz referência às perseguições nas Gálias, em Lyon e Vienne (cidade próxima a Lyon), e relatos de martírio de muitos líderes cristãos, como Blandina, Sancto, Fotino, Maturro, Átalo, Alexandre, Pôntico e Potino. Também detalha muitas heresias e ações de falsos profetas que ocorreram no século II.

Fato interessante está relacionado com Irineu, que teve atuação contra heresias. Uma delas, que teve muita intensidade no século II foi a proposta por Montano que veio trazer uma grande dissensão às igrejas das Gálias e da Frígia. O montanismo seria um retorno ao profetismo e com proposta de forte ascetismo. Lopes³ comenta que se tem notícia de que Irineu por volta do ano 177, foi escolhido para levar cartas ao papa Eleutério, quando eclodiu a perseguição de Lyon, que vitimou um grande número de cristãos daquela comunidade, entre os quais o seu velho amigo, bispo Potino, e Irineu escapou do referido martírio coletivo.

No auge dos sacrifícios de Lyon, no ano 177, em um dia macabro, a jovem Blandina foi a última vítima; as feras já estavam satisfeitas e demonstraram desdém com a presença dela na arena; então, os algozes impuseram o chicote e a grelha; como ela continuava a viver, colocaram-na numa rede que foi atirada várias vezes por um touro. Mesmo inanimada ainda respirava e então Blandina foi degolada.⁶

O historiador do cristianismo, Rops, sintetiza sobre o laço que liga as comunidades iniciais ao Cristo: Irineu de Lyon conheceu pessoalmente Policarpo de Esmirna, e este teve relações com Inácio de Antioquia, o qual conheceu o apóstolo João.⁶

A propósito desse período, a obra psicográfica de Francisco Cândido Xavier – *Ave Cristo!*⁷ – focaliza episódios desenrolados, mais à frente, principalmente em Lyon e Roma, e destaca a importância da igreja de São João, de Lyon:

“Durante a matança, Irineu, o grande bispo e orientador da coletividade evangélica da cidade, foi torturado, com todos os requintes da violência perversa, até ao último suspiro. Nascido na Ásia Menor, fora aprendiz de Policarpo, o abnegado e mui venerado sacerdote de Esmirna, que, por sua vez, havia recebido a fé por intermédio do apóstolo João, o evangelista. A igreja de Lião³, em razão disso, sentia-se depositária das mais vivas tradições do Evangelho. Possuía relíquias do filho de Zebedeu e de outros vultos do Cristianismo nascente, que lhe fortaleciam o ânimo na fé. Em seu círculo de profunda iluminação espiritual achava-se quase intacto o espírito piedoso da comunidade de Jerusalém. Enquanto Roma fora iniciada por

batismos de sangue, ao tempo de Nero, a comunidade lionesa começara o serviço de evangelização em relativa calma. Emissários da Palestina, da Frígia, da Síria, da Acaia e do Egito visitavam-na, incessantemente. As epístolas enviadas da Ásia clareavam-lhe a marcha. Por esse motivo, era o centro de porfiados estudos teológicos, no campo das interpretações. Ireneu dedicara-se a minuciosas observações da Escritura. Manejando o grego e o latim com grande mestria, escreveu expressivos trabalhos, refutando os adversários da Boa Nova, preservando as tradições apostólicas e orientando os diversos serviços da edificação cristã. Mas a coletividade não se caracterizava tão somente pelas realizações intelectuais. Fazendo do santuário consagrado a São João o centro dos seus trabalhos de ordem geral, a igreja primava pelas obras de assistência. [...] A igreja de São João era, pois, acima de tudo, uma escola de fé e solidariedade, irradiando-se em variados serviços assistenciais.”⁷

Para o historiador do cristianismo Corbin, foi na África do Norte que nasceu o cristianismo ocidental latino: “Desde a segunda metade do século II, desenvolveu-se em todos os meios sociais a comunidade cristã ocidental mais abundante e mais dinâmica, logo de início de língua latina.”²

Durante o século II o papa Vítor (período 189-199 d.C.), tunisiano de nascimento, resolveu abandonar o grego e escrever os textos em latim, que veio a ser adotado como idioma dos cristãos ocidentais.⁸

Ao longo do século II, o cristianismo vivia uma situação especial marcada por dois fatores: iniciava-se o período das perseguições devidas à condenação pelas autoridades romanas, que consideravam a adesão à fé

cristã como um crime gravíssimo, e, também ocorria um aumento dos cristãos, mesmo em meio a um desconhecimento de sua doutrina.³

Rops cita frase marcante do cristão Tertuliano: “o sangue dos mártires foi a semente do cristianismo.”⁶

É sabido que no desenvolvimento inicial do cristianismo, houve grande disseminação da “Boa Nova”, de maneira mais intensa na chamada Ásia Menor (atual Turquia) e no norte da África.

O sociólogo Rodney Stark, que estuda a expansão do cristianismo, aponta que o maior incremento ocorreu em meados do século II, com estimativa de 40 mil cristãos.⁹

Referências:

1. CHEVITARESE, André Leonardo. Cristianismo e império romano. *In: Silva, Gilvan Ventura; Mendes, Norma Musco (orgs.). Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural.* Cap. VII. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES. 2006.

2. CORBIN, Alain (Org.); Lemaitre, Nicole; Thelamon, Françoise; Vincent, Catherine. Trad. Brandão, Eduardo. *História do cristianismo: para compreender melhor nosso tempo.* 1ª Parte, Cap. I e II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

3. LOPES, Geraldo. *Patrística pré-nicena.* 1.ed. São Paulo: Paulinas. 2014. 279p.

4. MARTIN, Thomas R. Trad. Abreu, Iuri. *Roma antiga. De Rômulo a Justiniano.* Cap. 8. Porto Alegre: L&PM, 2014.

5. Eusébio de Cesareia, Bispo de Cesareia. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria de Cristo. *História eclesiástica. Coleção Patrística vol. 15.* São Paulo: Paulus. 2014. 508p.

6. ROPS, Daniel. Trad. Pinheiro, Eduardo. *História da igreja de Cristo. I. A igreja dos apóstolos e dos mártires.* 2.ed. Porto: Livraria Tavares Martins. 1960. 724p.

7. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *Ave Cristo!* Ed.esp. 1ª Parte, Cap III e VI. Brasília: FEB. 2012.

8. BLAINEY, Geoffrey. Trad. Capelo Traduções. *Uma breve história do cristianismo*. 1.ed. Cap. 3. São Paulo: Editora Fundamento Educacional. 2012.

9. STARK, Rodney. Trad. Santos, Jonas Pereira. *O crescimento do cristianismo: um sociólogo reconsidera a história*. 1.ed. Cap. 1. São Paulo: Paulinas. 2006.

3. O autor espiritual emprega o nome da cidade de forma aportuguesada.

3.2. Império Romano: posição dos imperadores sobre os cristãos

O século I se encerra durante o reinado de Trajano. De início tolerante, em função do conceito de *religio* – já comentado –, depois alterado com o enquadramento do cristianismo em religião ilícita, o Imperador proibiu a busca e perseguição aos cristãos, mas permitindo a prisão e morte caso fossem denunciados.

Essas dubiedades e oscilações levaram a muitas perquirições. Uma equipe de estudiosos do cristianismo – Corbin e colaboradores¹ – levantaram um questionamento:

“Por que perseguir os cristãos num Império Romano reputado como ‘tolerante’ em relação a tantos cultos diferentes? A palavra de Jesus ‘dai a Cesar...’ (Mateus 22, 21) era o fundamento da lealdade política dos cristãos e da sua submissão ao Estado, mas também da separação entre os domínios político e religioso.”¹

Por outro lado, os cristãos sentem-se perfeitamente à vontade porque consideram-se súditos absolutamente fiéis e como tal se portam, com base no “Daí a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus!”. Paulo fez colocações nessa linha em suas Epístolas.²

Porém esses pesquisadores apontaram uma questão crucial que caracterizava uma desobediência civil por parte dos cristãos:

“Por professarem um monoteísmo exclusivo e recusarem o culto aos deuses, os cristãos são vistos como maus cidadãos, perigosos para a salvação do Império. Os cristãos se submetem aos governantes porque todo poder vem de Deus e, embora perseguidos, oram a Deus pelo imperador e seus representantes, mas rejeitam o culto imperial. Os cristãos, punidos pelo que são e não pelo que fazem, são muito mais vítimas dos ódios que anima a opinião pública e do zelo dos governadores do que de uma vontade política de repressão.”¹

Os mesmos autores dessa obra sobre o cristianismo destacaram também que as perseguições aos cristãos foram pontuais e locais e relacionaram as principais ocorrências ao longo do século II:

“[...] em Bitínia e em Antioquia, sob Trajano; na província da Ásia sob Adriano; no reinado de Antonino; no reinado de Marco Aurélio, que desprezava profundamente os cristãos; ocorrem os sacrifícios em Lyon; em 180, pela primeira vez na África do Norte, cristãos são decapitados.”¹ Ainda lembraram que o imperador Cômodo soltou cristãos, sob influência de seus próximos, porque o cristianismo havia penetrado em todos os meios, inclusive na corte.¹

Eis um registro sintético sobre o papel dos imperadores romanos do século II com relação aos cristãos:

Trajano (período 98 a 117 d.C.):

Promulgou edito proibindo praticar-se a caça aos cristãos, mas castigá-los se fossem descobertos³. Em capítulo anterior já comentamos o sacrifício

de Clemente, no início do reinado de [Trajano](#), no ano 100 d.C. (vide Cap.2.6).

O cristão Tertuliano, segundo Rops, fez a seguinte apreciação sobre a recomendação de Trajano: “O cristão é punível, não porque seja culpado, mas porque foi descoberto, embora não devessem persegui-lo”. Ainda anotou que o rescrito de Trajano serviu de base a toda a política cristã dos seus sucessores². Entenda-se por rescrito como a resposta do imperador às questões propostas por governadores das diversas províncias, juízes, ou outras figuras da administração.

Adriano (período 117 a 138 d.C.):

Sob seu reinado houve um assédio aos judeus e ele, então, elaborou carta ordenando que os cristãos não fossem perseguidos sem julgamento prévio.³

Adriano resolveu reedificar Jerusalém e reergueu-a como uma cidade pagã. Algum tempo depois, entre os elementos greco-romanos apareceu uma comunidade nova, sob a direção de bispos cristãos com nomes helênicos.²

Porém nesse reinado ocorreu mais uma complicação na relação com os judeus; o levante liderado pelo líder judeu Bar Kochba entre os anos 132 e 135 foi fator determinante para a evacuação da Judeia.⁴

O autor espiritual Emmanuel, em obra psicográfica de Francisco Cândido Xavier, tece algumas considerações:

“O reinado de Adriano, embora liberal e justo, de início, caracterizou-se pela perseguição e pela crueldade, depois dos terríveis acontecimentos da

guerra civil da Judeia. Posteriormente a 131, todos os cristãos se viram compelidos a buscar novamente o refúgio das catacumbas, para as suas preces. Perseguição tenaz e implacável era movida pela autoridade imperial a todos os núcleos de ideias ou de personalidades israelitas. Os adeptos de Jesus apenas se reconheciam, entre si, na cidade, por um vago sinal da cruz, que os identificava fraternalmente onde quer que se encontrassem. [...] Élio Adriano nunca procedeu como Nero, que ordenava o extermínio dos cristãos sem cogitar da culpa de cada indivíduo, de conformidade com os dispositivos legais, conforme a evolução jurídica do Estado Romano; mas também não perdoou, jamais, aos adeptos do Cristo que tivessem a coragem moral de não trair a sua fé, perante a sua autoridade, ou de seus prepostos.”⁵

Antonino, o Pio (período 138 a 161 d.C.):

Elaborou carta que recomenda que o cristão acusado seja libertado da incriminação.³

Marco Aurélio (período 161 a 180 d.C.):

Em estudo sobre o Império Romano, Chevitarese⁴ faz apreciações interessantes:

“Com os antoninos, a adoração do imperador é oficialmente desencorajada, mas a natureza sagrada do próprio Império é tomada como garantia para todos e a classe dirigente está agora preparada para tomar parte em várias atividades religiosas, o que era incompatível no primeiro século. [...] Quando Marco Aurélio assumiu o trono (início dos anos 160) tinham ocorrido grandes transformações e o governo havia se mudado de um principado civil para um governo centrado numa dinastia militar. Neste

contexto que os cristãos passam a ser vistos como responsáveis pelos problemas que afetavam o Império, em particular pela sua tendência em rejeitar as formas tradicionais da religião imperial e a seu ‘ateísmo’”.⁴

Esse historiador aponta a questão crucial que afligia a oficialidade romana:

“Os crimes associados aos cristãos eram de ordem religiosa: *impietas* (ateísmo), *superstitio illicita* (superstição ilícita) e a falta de reverência ao imperador.”⁴ Entenda-se ateísmo porque não aceitavam os deuses romanos.

Prossegue o estudioso citado em suas apreciações:

“Marco Antonio e Cômodo marcam o ponto de virada nas relações entre cristãos e o Império romano. Há três distintas fases na política imperial:

1ª fase (161-169) – quando Lúcio Vero se tornou corregente (divisão de atribuições) com Marco Aurélio. Um edito sobre os sacrifícios, uma ordem, que foram medidas como respostas aos problemas do Império.

2ª fase (ao redor de 177) – quando Marco Aurélio adota seu filho Cômodo como seu corregente. O imperador consente na busca e nas investigações oficiais na Ásia, na Grécia, e no famoso julgamento de Lyon (177). As comunidades cristãs passam a ser consideradas politicamente suspeitas e a razão era a disseminação do montanismo (vide cap. 3.1), com sua atitude intransigente em relação ao Estado, sua identificação com o espírito antirromano das revoltas judaicas, seu comportamento abertamente provocativo, suas reivindicações carismáticas e proféticas e sua sede por martírio. Todavia o grupo cristão majoritário era dos denominados cristãos apostólicos.”⁴

O mesmo historiador, Chevitarese, afirma:

“No decorrer do Principado, a repressão oficial aos cristãos dependia muito mais de uma iniciativa da população local do que propriamente da vontade do poder imperial. É o que ocorreu em 177 quando da perseguição aos cristãos sob Marco Aurélio, a execução dos ‘mártires de Lyon’ pelo governador da Gália Lugdnensis.”⁴

Essa apreciação tem relação com as observações do autor espiritual Emmanuel:

“O próprio Marco Aurélio, cuja elevada estatura espiritual recebera do Alto a missão de paralisar semelhantes desatinos, não conseguiu deter a corrente de forças trevosas, mas o sangue dos cristãos era a seiva da vida lançada às divinas sementes do Cordeiro, e os seus sacrifícios foram bem os reflexos da amorosa vibração do ensinamento do Cristo, atravessando os séculos da Terra para ser compreendido e praticado nos milênios do porvir.”⁶

O imperador filósofo – autor de interessante obra, em português conhecida como *Meditações de Marco Aurélio* – foi citado em função da histórica perseguição ocorrida durante seu reinado, na obra *Ave Cristo!*, psicografada por Francisco Cândido Xavier⁶:

“Corvino achava-se, desse modo, à disposição dos amigos para um entendimento familiar. Não havia, porém, outro assunto mais fascinante para o grupo que as reminiscências das perseguições de 177. Os tormentos dos cristãos lioneses eram narrados minuciosamente pelo nobre visitante. Enquanto o círculo ouvia, extático, o ancião das Gálias recordava, com

prodigiosa memória, os mínimos acontecimentos. Repetia os interrogatórios efetuados, incluindo as respostas inspiradas dos mártires. Reportava-se às preces ardentes dos companheiros da Ásia e da Frígia que, piedosamente, haviam socorrido as comunidades de Lião e Viena. [...] o heroísmo da débil escrava Blandina, cuja fé confundira o ânimo dos carrascos. Pintou a alegria de Potino, o chefe da Igreja de Lião, cruelmente ultrajado e espancado na rua, sem uma palavra de revolta, aos noventa anos de idade.”⁷

Cômodo (período 180 a 192 d.C.):

O reinado do filho de Marco Aurélio é registrado pelo historiador Chevitarese⁴, incluindo-o também numa 3ª fase do final do reinado de seu pai.

Estabelece-se uma nova relação entre igreja cristã e Estado:

“Com o governo de Cômodo, a igreja começa a sair do limbo, passando a ser reconhecida abertamente, se não oficial, pelo Estado. Há registro da intervenção de Márcia, esposa de Cômodo, em favor de Vitor, bispo de Roma, pedindo-lhe que perdoasse os cristãos que tinham sido exilados na Sardenha. [...] A igreja passa a ser proprietária legítima dos lugares de culto e dos cemitérios, graças às regulamentações pela força dos *collegia* cultural e fúnebre. Já era desejo de Marco Aurélio integrar a forte minoria cristã na vida do Estado. Durante o governo de Cômodo, os cristãos deixam de lado o princípio excessivamente cuidadoso em não querer assumir cargos públicos, um tipo de comportamento que os caracterizou durante todo o período Antonino.”⁴

Séptimo Severo (período 193 a 211 d.C.):

De acordo com o historiador Gibbon, inicialmente o imperador Severo revelou boa vontade com os cristãos⁸.

Porém, um rescrito (resposta a uma consulta) imperial interditou a propaganda cristã e as conversões ao cristianismo e também o proselitismo judaico³. Promoveu grande perseguição aos cristãos, já no início do século III, no ano 202.

O autor espiritual Emmanuel faz uma síntese sobre o século II:

“Quase duzentos anos de Cristianismo começavam a modificar a paisagem do mundo. De Nero aos Antoninos, todavia, as perseguições aos cristãos haviam recrudescido.”⁵

Referências:

1. CORBIN, Alain (Org.); Lemaitre, Nicole; Thelamon, Françoise; Vincent, Catherine. Trad. Brandão, Eduardo. *História do cristianismo: para compreender melhor nosso tempo*. 1ª Parte, Cap. I e II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
2. ROPS, Daniel. Trad. Pinheiro, Eduardo. *História da igreja de Cristo. I. A igreja dos apóstolos e dos mártires*. 2.ed. Porto: Livraria Tavares Martins. 1960. 724p.
3. Eusébio de Cesareia, Bispo de Cesareia. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria de Cristo. *História eclesiástica*. Coleção Patrística vol. 15. São Paulo: Paulus. 2014. 508p.
4. CHEVITARESE, André Leonardo. Cristianismo e império romano. In: Silva, Gilvan Ventura; Mendes, Norma Musco (orgs.). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Cap. VII. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES. 2006.
5. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *50 anos depois*. Ed.esp. Cap. III. Rio de Janeiro: FEB. 2002.
6. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *A caminho da luz*. 38.ed. Cap. 15. Brasília: FEB. 2013.

7. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *Ave Cristo!* Ed.esp. Cap. II. Brasília: FEB. 2012.

8. GIBBON, Edward. Trad. Paes, José Paulo. *Declínio e queda do império romano. Edição abreviada.* 6.ed. Cap. VIII. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

3.3. Relatos de Emmanuel sobre cristãos em Roma, Campânia, Alexandria e Gálias

Há obras psicográficas de Francisco Cândido Xavier muito relacionadas com momentos do cristianismo primitivo, nas quais o autor espiritual Emmanuel dá sequência a trajetórias espirituais de Públio Lentulus, personagem central do livro *Há dois mil anos*.

O antigo senador romano, cinquenta anos após a trágica morte durante erupção do Vesúvio, ressurge no cenário físico, pelo mecanismo da reencarnação, na figura do escravo Nestório.¹

Numa praça de Esmirna, numa manhã do ano 131 da nossa era, estabelece-se diálogo entre um aristocrata de Roma com um escravo:

“– Como te chamas? – perguntou solícito. – Nestório. – Onde nasceste? Na Grécia? – Sim – respondeu o interpelado com um doloroso sorriso. [...] – Senhor, sou de origem judia, apesar de nascido em Éfeso. [...] Meu pobre filho, ainda criança, caiu, como seu pai, na dolorosa noite do cativo. Apartado de mim, que o vi partir com o coração lacerado de dor e de saudade, foi vendido a poderosos mercadores do sul da Palestina.”

Nestório tornou-se um escravo liberto e cidadão culto e independente, com formação helenística e foi levado para trabalhar junto à família de Helvídio Lucius, em Roma. Foi tutor da jovem Célia Lúcius, mas posteriormente transmitiu a ela algumas informações que tinha conhecimento sobre os ensinamentos de Jesus. Reencontrou seu filho Ciro, que

também havia aceito as ideias cristãs. Quando a família, ligada por amizade e trabalhos ao imperador Adriano, soube das crenças dos ex-escravos e das influências sobre Célia, ambos passaram a ser interrogados, foram incriminados e sacrificados, tendo o seguinte relato do autor espiritual:

“Nestório e Ciro também cantavam, dirigindo os olhos para o céu, onde o Sol dourava as derradeiras nuvens crepusculares. As primeiras setas foram atiradas ao peito dos mártires com singular mestria, abrindo-lhes rosas de sangue que se transformavam, imediatamente, em grossos filetes de sofrimento e morte.”

O espírito-autor também registra que o imperador Adriano nunca procedeu como Nero, e ordenava o extermínio dos cristãos, de conformidade com os dispositivos legais, conforme a evolução jurídica do Estado Romano. Mas também não perdoou os adeptos do Cristo que tivessem a coragem moral de não trair a sua fé.

A jovem também perdeu o apoio do avô, que faleceu, e vítima de uma série de tramas, foi expulsa de seu lar. Peregrina pela Campânia, onde ela encontra o ancião de Minturnes, ouvindo-o com carinhoso interesse:

“– Filha, tua condição de cristã e a candidez que se irradia de tua alma obrigam-me a maior sinceridade para contigo! ... Nesta cidade ninguém me conhece, tal como sou! ... Desde o dia em que me consagrei à instituição cristã da qual participo no Egito longínquo, chamo-me Marinho para todos os efeitos. [...] Banidos de Roma e humilhados, dirigimo-nos à África, onde fundamos um pouso solitário, não longe de Alexandria, a fim de

cultivarmos o estudo dos textos sagrados e conservar, simultaneamente, os tesouros espirituais dos apóstolos.”

A jovem seguiu a orientação do ancião, que logo falece. Camuflada em trajes masculinos para prosseguir em sua jornada, adota a identificação de “Irmão Marinho” e inicia uma vida nova, singular e desconhecida. Chega ao mosteiro da região de Alexandria:

“[...] onde se reuniam mais de quatro dezenas de cristãos ricos, desiludidos dos prazeres do mundo, era bem um dos pontos de partida do segundo século para o Catolicismo e para o sacerdócio organizado sobre bases econômicas, eliminativas de todas as florações do messianismo. Reparou que ali não mais havia a simplicidade das catacumbas. A simbologia pagã parecia invadir todos os departamentos da casa. Aqueles romanos convertidos não dispensavam as fórmulas de oração aos seus antigos deuses. Por toda parte pendiam cruzes grandes e pequenas, talhadas em mármore ou madeira, esculpidas em moldes diversos. Havia salas de preces em que repousavam imagens do Cristo, de marfim e de cera prateada, dormindo inertes entre verdadeiros tufos de rosas e violetas. O culto exterior do politeísmo parecia redivivo, indestrutível e inelutável.”

A antiga patrícia romana – agora “irmão Marinho” –, se isola na área de cultivo que foi designada como “Horto de Célia”:

“Nos arredores de Alexandria, a filha de Helvídio havia granjeado a melhor e merecida fama de amor e bondade. Transferida para aquela região de gente pobre e humilde, convertera todas as recordações mais queridas,

bem como as suas dores mais íntimas, em hinos de caridade pura, que se evolavam ao Céu entre as bênçãos de todos os sofredores infelizes.”

Em outra obra psicografada por Francisco Cândido Xavier e que se segue às anteriormente comentadas – *Há dois mil anos e 50 anos depois* –, em *Ave Cristo!*² o autor espiritual Emmanuel faz referências a episódios ocorridos em Lyon ainda no século II.

No início de *Ave Cristo* Emmanuel comenta o progresso do cristianismo e também que haviam recrudescido as perseguições aos cristãos.

Nesse livro focaliza-se uma liderança cristã daquela cidade:

“Ápio Corvino, o velho pregador de Lião⁴ que se despede dos cristãos de Roma. No tempo da dominação de Roma, nas Gálias, o nome da cidade de Lião era Lugdunum. Na mocidade foi contemporâneo de Átalo de Pérgamo, admirável herói entre os mártires gauleses. Corvino conta mais de setenta anos, mas, segundo as impressões gerais, é portador de um espírito juvenil. Corvino achava-se, desse modo, à disposição dos amigos para um entendimento familiar. Não havia, porém, outro assunto mais fascinante para o grupo que as reminiscências das perseguições de 177. Os tormentos dos cristãos lioneses eram narrados minuciosamente pelo nobre visitante. Enquanto o círculo ouvia, extático, o ancião das Gálias recordava, com prodigiosa memória, os mínimos acontecimentos. Repetia os interrogatórios efetuados, incluindo as respostas inspiradas dos mártires. Reportava-se às preces ardentes dos companheiros da Ásia e da Frígia que, piedosamente, haviam socorrido as comunidades de Lião e Viena.” Esclarecemos que se trata de Vienne, cidade romana próxima a Lyon.

Lembramos que no ano acima citado ocorreu o martírio da jovem cristã Blandina, depois canonizada pela Igreja Católica.

Lyon, pela sua posição geográfica nas Gálias, era entroncamento de diversas estradas importantes, estimulando a fixação de residências de personalidades da nobreza romana, como a família de Quinto Varro.

Referências (Sínteses):

1. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *50 anos depois*. Ed.esp. Rio de Janeiro: FEB. 2002. 336p.

2. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo Espírito Emmanuel. *Ave Cristo!* Ed.esp. Brasília: FEB. 2012. 311p.

4. O autor emprega o nome da cidade de forma aportuguesada.

4. Século III

4.1. Expansão quantitativa e intelectual do cristianismo

No século III ocorreu um grande crescimento numérico de adeptos do cristianismo.

Interessante o raciocínio do historiador Lopes¹ de que o movimento cristão ocidental não nasceu na Europa, mas ao sul do Mediterrâneo, e, inclusive a literatura cristã latina nasceu na África. Lembra que nos séculos II e III, no norte do mar Mediterrâneo, escrevia-se em grego. Alexandria era um grande centro cultural e com grande número de hebreus. Foi evangelizada por Marcos, que faleceu no oitavo ano de Nero, tendo sido sepultado em Alexandria.¹

A questão linguística prossegue na obra de Lopes¹, reunindo dados de que na passagem do século I para o II, falavam-se três línguas em Lyon: os nativos falavam o céltico; as pessoas cultas e os empregados do Estado falavam o latim; comerciantes provenientes do Oriente falavam o grego. No século I o grego se torna também uma língua mediterrânea falada na Itália, Espanha, Gália e África. O grego é a língua da comunicação normal dos cristãos e a língua na qual celebram os seus ritos. O latim somente foi oficializado no pontificado do papa Damaso (366-384), que estabelece tal idioma como língua da igreja no ano 382.

Lopes¹ demonstra que as mais antigas obras da teologia cristã em latim provêm de Cartago (África). Em função do regime de perseguições e

martírio, Roma não contribuiu eficazmente no campo da produção teológica. Nela não nasceu uma Escola teológica, como a de Alexandria. A partir do século II, a teologia ocidental, comum na igreja, era escrita em grego e seus mestres eram Irineu e Hipólito.¹

Em Alexandria foi fundada uma escola para catequistas, o *Didaskaleion*, no ano 190 d.C., e era um lugar para o treinamento de teólogos cristãos e padres em Alexandria. Aplicava o método racional-filosófico aos textos evangélicos. Desenvolve-se como escola de ciência teológica e exegese bíblica, tornando-se a primeira universidade teológica da antiguidade cristã. Além da catequese ensinava-se também a gramática, a filosofia e, para os mais instruídos, lecionava-se também teologia e exegese bíblica. Foram seus mestres principais: Panteno, Clemente, Orígenes, Héracles; e também Atanásio, Dídimo e Cirilo.¹

Entre os líderes cristãos do período, destacam-se como os principais personagens que iniciaram atuações no final do século II e outros que se notabilizaram no transcorrer do III: Policarpo (vide Cap.3.1), Hipólito de Roma (importante teólogo na Igreja antiga em Roma, 170-235 d.C.), Clemente de Alexandria e, sem dúvida, Orígenes e Eusébio de Cesareia.

Clemente de Alexandria (150-215 d.C.), nasceu na Grécia e foi um erudito numa época em que os cristãos eram geralmente pouco letrados. Elaborou argumentos, baseados nas escrituras e na [filosofia](#), a favor do cristianismo e contra os [gnósticos](#), que estavam em expansão em [Alexandria](#). Defendeu a fraternidade, respeitando o livre arbítrio e a divisão das riquezas entre os homens.

Orígenes viveu entre os anos 185-254 d.C.; foi um [teólogo](#), [filósofo neoplatônico](#) [patrístico](#) e foi um dos [padres gregos](#). Não deve ser confundido com o filósofo [Orígenes, o Pagão](#) (210-280 d.C.), também integrante da Escola de Alexandria, porém discípulo de [Plotino](#). Orígenes tinha 18 anos quando começou a dirigir a escola de catequese. Adotava a extrema pobreza, insistia em viver no frio e na nudez, andava descalço. Querendo tirar dos infiéis todo pretexto de calúnias, e pedindo que sua ação ficasse oculta, tornou-se eunuco. Possuía alto renome de virtude e sabedoria². Autor muito disseminado, e conhecido pelo apelido Adamânio (homem de aço). Residia em Alexandria, mas viajava muito^{1,2}. Banido pelo concílio de bispos de Alexandria (ano [231](#)) foi para Cesareia da Palestina. Ali iniciou uma escola missionária para jovens pagãos que se simpatizam com o cristianismo. Desenvolveu uma versão cristã dos problemas filosóficos. Durante a perseguição encetada no reinado do imperador Décio, no ano 250, foi preso e torturado. Com a morte de Décio, foi libertado, mas faleceu aos 69 anos de idade, em 254. Teve amigos, inimigos e contradições, mas sempre se definiu em ser um cristão crente e ortodoxo.

Eusébio de Cesareia viveu na transição do século III para o IV. Nasceu entre 260-265 d.C. em Cesareia na Palestina e faleceu no ano 339. Estudou com o douto sacerdote de Antioquia, Doroteu, e depois com o sábio Pânfilo, ardoroso seguidor de Orígenes. No século II se destaca pelo dedicado trabalho em Cesareia. Sua atividade intelectual e política se desenrolou mais intensamente no século IV.

Para o estudioso de patrística Lopes¹, o século III teve uma característica peculiar. O cristianismo começa a desenvolver uma filosofia e teologia que demonstravam uma essência doutrinal, e, partindo principalmente de Cartago e Alexandria, contando com pensadores como Panteno, Clemente e Orígenes. Do embate entre cristianismo e filosofia, surgem desvios, dos quais os mais significativos são as heresias. Desenvolvem-se duas formas de se conceber a fé cristã. Uma no estilo de Alexandria, intelectualizada, teórica, especulativa e metafísica. E outra de caráter prático, jurista e moralista, de fala latina, da África ocidental, cujo centro era Cartago. A escola de Alexandria influenciou toda a Igreja, principalmente nos ambientes da África e da Ásia Menor e devido à ação comum de seu fundador, Orígenes, influenciou também a escola de Cesareia.¹

Em estudo sobre ascensão do cristianismo, Peter Brown³ comenta que no século III a Igreja sofreu uma profunda transformação, passando de uma vivência eminentemente comunitária, nos primeiros três séculos, para uma vida tutelada pelo Estado, nos séculos seguintes. Assumiu uma característica fortemente hierarquizada, herdeira das grandes instituições jurídicas do Império Romano. O citado autor opina que de uma Igreja de opção pelos pobres e mais carismática (espiritualidade centrada na comunidade), com tolerância religiosa, caminhou para a fase de uma Igreja mais política, atrelada ao poder com predomínio das funções estatais sobre as religiosas, e um poder monárquico. Eusébio de Cesareia registra que no final do século III e início do IV, o número de fiéis instruídos cresceu muito na Igreja.²

A organização desenvolvida pela Igreja foi assunto também tratado por Peter Brown³, fazendo uma analogia com a sociedade politeísta – constituída por um imenso número de pequenas células –, e que, apesar de apoiada em costumes ancestrais, era tão delicada e quebradiça como uma colmeia. Já a nova configuração da Igreja cristã reunia atividades que se tinham mantido separadas no antigo sistema romano de *religio*, criando uma constelação maciça, compacta e de compromissos. Para o citado autor, as igrejas do final do século III transformaram-se em instituições notavelmente coesas e solventes. Os cristãos eram conhecidos como gente capaz de tratar de si. As igrejas tinham criado sistemas de proteção aos cristãos aflitos e desamparados, que cresciam “como espessas camadas de cortiça” à volta de cada comunidade cristã.³

O crescimento quantitativo foi assinalado desde Eusébio de Cesareia². Ao comentar sobre a realização de um concílio de caráter regional em Roma, para se discutir algumas heresias, fornece algumas informações que mostram a quantificação de cristãos, pois compareceram 60 bispos². Em nota de rodapé da Editora do livro *História Eclesiástica*, acrescenta-se a informação que por volta da metade do século III havia 100 bispos na Itália; cita também que na cidade de Roma havia cerca 30 mil cristãos ou até 50 mil, para uma população de um milhão de habitantes.²

Levantamentos bibliográficos do sociólogo Rodney Stark⁴, mostram que até meados do século III, Orígenes admitia que os cristãos constituíssem “uma pequena parcela” da população. Aumentou no início do século III, e

chegou no ano 250 com 1,9% da população. Este número disparou até o final do século III.

O concílio de caráter regional de Roma, efetivado em meados do século III, foi planejado para tratar de heresias, como “os puros” de Novato, sacerdote da Igreja de Roma, que não aceitava a possibilidade da esperança para quem errasse após o batismo². Sabe-se que Novato também estaria envolvido com postulações de um antipapa chamado Novaciano. Este último foi considerado por Rops como o campeão da intransigência.⁵

Mas também havia outras polêmicas e a heresia de Cerinto, que defendia a ideia de que o reinado de Cristo seria terrestre¹. Esclarecemos que Cerinto teria nascido no ano 100 d.C. e foi um dos primeiros líderes do antigo movimento chamado Gnosticismo. Este defende um forte dualismo espírito-matéria, ou seja, o espírito é “bom” e a matéria é essencialmente “má”.

Entre as heresias havia a divulgação de uma doutrina com forte sentido na palavra do mal, o chamado [maniqueísmo](#), também uma [religião gnóstica](#)⁶. O fundador, Manes ou Maniqueu, nasceu na Pérsia no ano 215. Sua doutrina seria um sincretismo, com elementos cristãos – heréticos –, provenientes do judaico-cristianismo, uma forte dose de gnosticismo sírio-cristão e do budismo. E tudo isto tinha como base o antigo dogma dualista iraniano, da oposição entre o Deus do Bem e o Deus do Mal. Manes integra o Cristo nesse conjunto e o proclama Deus.⁵

Outra proposta herética foi criada por Tertuliano (160-220 d.C.), tunisiano, que teve períodos católico, semimontanista e eminentemente

montanista. No final ele rompe com a igreja e passou a lutar contra ela. Ele entendia o cristianismo com uma revelação que deve ser defendida contra os pagãos e judeus. Seu cristianismo é heroico, mas não pode ser vivido pelas massas. Um convite sem tréguas para a santidade, para a luta e para o martírio. Gostava dos paradoxos. O historiador Lopes¹ chama-o de “pai da cristologia” e chega a citar um teólogo contemporâneo, o papa Bento XVI, opinando que Tertuliano “ofereceu uma contribuição grande ao pensamento cristão, mas no final lhe falta a simplicidade, a humildade para integrar-se na igreja, para aceitar suas fraquezas...”

O autor espiritual Emmanuel comenta alguns desses pensadores:

“Tertuliano apresenta a sua apologia do Cristianismo, provocando admiração e respeito gerais. Clemente de Alexandria e Orígenes surgem com a sua palavra autorizada, defendendo a filosofia cristã, e com eles levanta-se um verdadeiro exército de vozes que advogam a causa da verdade e da justiça, da redenção e do amor.”⁷

A expansão do cristianismo também deu margem para o aparecimento de várias heresias, dissidências, movimentos de oposição às decisões dos bispos e algumas transformações na organização e funcionamento da igreja.

Referências:

1. LOPES, Geraldo. *Patrística pré-nicena*. 1.ed. São Paulo: Paulinas. 2014. 279p.
2. Eusébio de Cesareia, Bispo de Cesareia. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria de Cristo. *História eclesiástica*. Coleção Patrística vol. 15. São Paulo: Paulus. 2014. 508p.
3. BROWN, Peter. Trad. Nogueira, Eduardo. *A ascensão do cristianismo no ocidente*. 1.ed. 1ª Parte, cap. II. Lisboa: Editorial Presença. 1999.

4. STARK, Rodney. Trad. Santos, Jonas Pereira. *O crescimento do cristianismo: um sociólogo reconsidera a história*. 1.ed. Cap. 1. São Paulo: Paulinas. 2006.

5. ROPS, Daniel. Trad. Pinheiro, Eduardo. *História da igreja de Cristo. I. A igreja dos apóstolos e dos mártires*. 2.ed. Porto: Livraria Tavares Martins. 1960. 724p.

6. BLAINEY, Geoffrey. Trad. Capelo Traduções. *Uma breve história do cristianismo*. 1.ed. Cap. 3. São Paulo: Editora Fundamento Educacional. 2012.

7. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *A caminho da luz*. 38.ed. Cap. 11. Brasília: FEB. 2013.

4.2. Imperadores romanos: impasses e intensas perseguições

No curso do século III, o Império estava sendo confrontado com duas vicissitudes, as invasões dos godos e as catástrofes naturais¹. Vários imperadores eram militares e estiveram presentes em campos de batalha para a defesa do território do Império.

O historiador Rops² considera que essa crise foi violenta entre os anos 192 e 193. Sobre esta época, lembra que o Imperador é todo-poderoso, e indaga: quem o designa? O Senado? Este não teria como tomar tal posição. O povo? Há dois séculos que o povo não tinha voto na matéria. Então restava a força bruta, representada pelos soldados.

Para o pesquisador Peter Brown, o Império romano constituía uma sociedade abalada, ansiosa pelo retorno da lei e da ordem. As palavras da época eram *reparatio* (reparação de um mal) e *renovatio* (renovação). O imperador e os seus auxiliares passaram a assumir responsabilidades que tinham sido nos séculos anteriores delegadas a grupos locais.³

Em função dessas intempéries, todos os cidadãos que apresentassem algum indício de insubordinação à legislação, inclusive, em função das idiossincrasias de ordem religiosa eram severamente punidos.

Ao analisar o final do “mundo antigo”, o historiador Lot lembra que a tolerância de Roma para com as religiões estrangeiras é um fato bem conhecido. A única religião que, a par do cristianismo foi objeto de

perseguições, o judaísmo, é devida às imprudências e às fanáticas provocações dos seus adeptos.⁴

Em realidade estabeleciam-se novas relações entre as duas potências da época: o Império, em decadência, e, a Igreja, que apesar das dificuldades externas e internas, se encontrava em pleno desenvolvimento.²

Ao mesmo tempo Gibbon comenta um aspecto curioso, o gosto dos primeiros cristãos pelo martírio, que seria tão grande que eles por vezes “supriam pela sua própria confissão espontânea a falta de um acusador, perturbando rudemente a celebração pública do culto pagão”; pediam ao magistrado “que pronunciasse e aplicasse a sentença da lei” e então “pulavam prazerosamente dentro do fogo aceso para consumi-los”.⁵

Por outro lado, Martin⁶ faz uma outra apreciação: “porque negavam a existência dos antigos deuses e as associações divinas do imperador, parecia certo que provocariam os deuses do mundo com catástrofes naturais.” Tertuliano (160 a 220 d.C.), erudito cristão da África do Norte, desenvolveu o raciocínio que se tornou bem conhecido: “Se o Tibre transborda ou se o Nilo não inunda; se ocorre uma seca ou um terremoto ou uma escassez de comida, uma peste, uma guerra então todos imediatamente gritam: Cristãos às feras! À morte os cristãos!”^{2,6}

Num momento complexo e difícil para o Império Romano seus dirigentes optaram por posições muito duras. O verdadeiro objetivo dos imperadores seria restaurar as tradições e a coesão nos territórios romanos.

Daí a colocação feita pelo historiador do cristianismo, Peter Brown: “A Grande Perseguição assinalou a chegada à idade adulta tanto do novo

Império como da Igreja cristã.”²

Em função desse contexto do Império e fatores diversos, sintetizamos as dificuldades e opções dos imperadores com relação aos cristãos, ao longo do século III, vários deles com reinado bem curto:

Séptimo Severo (período 193 a 211 d.C.):

Parcialmente citado em capítulo do Século II, promoveu grande perseguição aos cristãos já no início do século III, no ano 202. Um rescrito imperial (resposta a uma consulta) interditava a propaganda cristã, as conversões ao cristianismo e também o proselitismo judaico.⁷

Marco Aurélio Antonino Bassiano – “Caracala” (período 211 a 217 d.C.):

Houve oscilações de atitude, pois sua ama era uma cristã⁵. Caracala estendeu o direito de cidadania a todas as províncias, o que indiretamente modificou a situação legal dos cristãos², mas ocorreram algumas perseguições.

O autor espiritual Emmanuel resume: “O governo de Caracala, conquanto fosse um tanto benigno para os cristãos situados em posição favorável na vida pública, permitiu a perseguição metódica aos escravos e plebeus dedicados ao Evangelho, então considerados inimigos da ordem política e social.”⁸

Macrino (217-218) e **Heliógabalo** (218-222):

Período sem registros marcantes sobre os dois imperadores.

Alexandre Severo (período 222 a 235 d.C.):

Consta que revelou boa vontade para com os [cristãos](#).⁵

De acordo com os historiadores Silva & Mendes⁹: “Júlia Memeia, mãe de Severo Alexandre, encontrando-se em Antioquia por volta de 230, determinou que enviados imperiais trouxessem à sua presença Orígenes (da Cesareia) porque desejava ouvir os ensinamentos do célebre erudito cristão.” E também anotam que o próprio Alexandre Severo venerava as imagens de Orfeu, Apolônio de Tiana e Jesus.⁹

Relata o autor espiritual Emmanuel:

“Alexandre Severo fora assassinado cruelmente, desaparecendo com ele a influência das mulheres piedosas que amparavam o Cristianismo no trono imperial.”⁸

Maximino (período 235 a 238 d.C.):

Por ódio a seu predecessor – Alexandre –, cuja administração foi constituída por muitos cristãos, Maximino promulgou a perseguição aos cristãos. O líder cristão Orígenes deixa a cidade e passa dois anos, de 235 a 237, em Cesareia da Capadócia.⁷

Há o registro dos historiadores Silva & Mendes⁹ de que durante os primeiros anos da Anarquia Militar, o próprio Maximino teria participado de uma vigília pascal como penitente, e havia certa benevolência para com o cristianismo.

Depoimento do autor espiritual Emmanuel:

“Caio Júlio Vero Maximino subira ao trono romano. [...] O novo César assemelhava-se a um monstro que se apoderara da púrpura, sedento de sangue e de poder. Fortaleceu, à pressa, os tiranos da administração e do exército e vasta perseguição aos prosélitos do Cristo foi reiniciada, com

impulso avassalador. [...] Com os cultivadores do Evangelho reconduzidos aos tribunais, aos calabouços e aos anfiteatros, recomeçou vasta efusão de sangue em toda a parte. Em Lião, a igreja de São João foi interditada e os objetos sagrados passaram às mãos irreverentes de autoridades inescrupulosas. O corpo eclesiástico e os religiosos de obrigações definidas foram expulsos desapiadadamente, mas alguns deles, dentre os quais o irmão Corvino, resistiram à situação e permaneceram na cidade velando pelo rebanho aflito. Os seguidores de Jesus, nas Gálias, não obstante todos os reveses da imensa luta, persistiram na fé, valorosos e invictos.”⁸

Pupieno (238 d.C.), Balbino (238 d.C.), Gordiano I e II (238 d.C.), Gordiano III (238-244 d.C.):

Período de crises e instabilidades sucessórias e de governo e sem registros marcantes.

Marco Júlio Filipe (período de 244 a 249 d.C.):

Filipe era tão afeiçoado aos cristãos que surgiu o boato que ele teria se convertido.⁵ Pela tradição católica, teria sido o primeiro imperador cristão, batizado pelo papa [Fabiano](#).

Caio Mécio Quinto Trajano Décio (período de 249 a 251 d.C.):

Décio odiava seu antecessor Filipe e suscitou perseguição contra as Igrejas. O edito apareceu no início do ano 250. O verdadeiro objetivo seria restaurar as tradições romanas.⁷ Daí Rops ter afirmado que Décio que encarnou a ressurreição do espírito romano, com todas as suas virtudes e todos os seus defeitos.²

Estudiosos do cristianismo reunidos por Corbin¹ descrevem a situação crítica do Império. Com o objetivo de restaurar a estabilidade geral, o imperador Décio ordena uma súplica geral aos deuses no ano 250. Neste ano muitos cristãos abjuraram e outros foram torturados e condenados à morte.

Os historiadores Silva & Mendes comentam que no reinado de Décio, “o cristianismo se converte em uma questão política de primeira ordem na agenda do governo, instalando-se a intolerância religiosa no mundo greco-romano. Provavelmente em 249 Décio lançou um edito que determina que todos os habitantes do império comparecessem diante dos magistrados para honrar os deuses romanos por meio de sacrifícios e libações. A aplicação da lei foi mais rigorosa na África e no Egito. O número dos que abjuraram a fé cristã em obediência à ordem imperial, suplantou e muito o de mártires e confessores. Tal fato gerou discórdias para as comunidades cristãs em torno da reintegração dos *lapsi* nas assembleias cristãs.”⁹ Entenda-se por *lapsi*, os cristãos que renegaram a fé durante a perseguição.

Em obra psicográfica de Francisco Cândido Xavier há o registro:

“Décio promulgou um edito de perseguição. Autoridades inescrupulosas, depois de senhorearem o patrimônio de todos os cidadãos contrários à política dominante, realizaram tremenda carnificina de cristãos, dentro da cidade de Lião e nas localidades vizinhas. Milhares de seguidores do Cristo haviam sido flagelados e conduzidos à morte. Por vários dias perdurou a perseguição, com assassínios em massa. Postes de martírio, espetáculos de feras, cruzes, machados, fogueiras, lapidações, chicotes e

punhais, sem nos reportarmos às cenas de selvageria para com mulheres e crianças indefesas, foram postos em prática por tropas inconscientes. Durante a matança, Ireneu, o grande bispo e orientador da coletividade evangélica da cidade, foi torturado, com todos os requintes da violência perversa, até ao último suspiro.

[...] Desde a subida de Décio ao poder, a metrópole romana e as províncias atravessavam enormes inquietações. O novo Imperador odiava os postulados do Cristianismo e, por isso, desencadeara terrível e sistemática perseguição contra os prosélitos do novo ideal religioso. Editos sanguinolentos, ordens rigorosas e missões punitivas foram expedidas em variadas direções. Ameaças, buscas, inquéritos e prisões espalharam-se em toda a parte. Fogueiras, feras, espadas, unhas de ferro em brasa, ecúleos, tenazes e cruces foram trazidos fartamente aos processos de flagelação. Prêmios foram estabelecidos para quem inventasse novos gêneros de tortura. E os magistrados, quase todos dados ao culto do temor e da bajulice, primavam na execução dos desejos do novo César.”⁸

Caio Víbio Treboniano Galo (período de 251 a 253 d.C.):

Este imperador manteve a mesma situação de perseguições instalada pelo antecessor Décio⁷. O imperador Galo ordenou sacrifícios públicos de cristãos com a ideia de que poderia pôr fim a uma epidemia de peste.⁹

Emiliano (253 d.C.):

Reinado sem registros relacionados com o cristianismo.

Públio Licínio Valeriano (período de 253 a 260 d.C.):

Eusébio de Cesareia anotou que Valeriano, de início amável e benévolo, depois influenciado por seu mestre – chefe das sinagogas dos magos do Egito –, passou às perseguições nos anos 257 e 258⁷. O historiador do cristianismo Corbin¹ esclarece que em razão da situação grave do Império, o imperador Valeriano determinou uma perseguição geral aos cristãos e um edito do ano 257 proibiu reuniões e acessos a cemitérios e os padres e bispos deveriam oferecer sacrifícios aos deuses romanos. Em edito do ano de 258 condenou à morte clérigos e pessoas de elevada posição social.^{7,9}

Públio Licínio Inácio Galiano (período de 260 a 268 d.C.):

Esse Imperador suspendeu as perseguições no ano 260 que haviam sido implementadas por seu pai, Valeriano. Por meio de um edito afrouxou as perseguições, liberou as celebrações religiosas e determinou a devolução dos lugares de culto, confiscados aos cristãos⁹; não se tratava de reconhecimento oficial, mas da existência de fato e tolerando as práticas cristãs. A partir daí os cristãos usufruíram de quatro décadas de paz e desenvolvimento ininterruptos.⁵

Cláudio II (268-270) e **Quintilo** (270):

Período sem registros significativos relacionados com o cristianismo.

Lúcio Domício G. Aureliano (período de 270 a 275 d.C.):

Aureliano, de início foi simpático e depois promoveu perseguições, movido por conselhos de auxiliares⁷. Proclamou o deus-sol como o principal padroeiro do Império e dedicou um templo a ele no [Campo de Marte](#). Destacamos que, mais à frente, a comemoração do Natal se originou numa época em que o culto do sol era particularmente forte em Roma.

Tácito (275-276 d.C.), **Floriano** (276 d.C.), **Probo** (276-282 d.C.), **Caro** (282-283 d.C.), **Carino** (283-285 d.C.) e **Numeriano** (283-284 d.C.):
Período sem registros relacionados ao cristianismo.

Caio Aurélio Valério Diocles Diocleciano (período de 284 a 305 d.C.):

Os historiadores Silva & Mendes⁹ consideram que entre os anos 260 e 303, instaura-se a denominada “Pequena Paz da Igreja”. Muito embora tenham ocorrido martírios sob os governos de Cláudio e de Aureliano, os mesmos devem ser atribuídos ao zelo excessivo de alguma autoridade provincial ou às retaliações movidas pelas comunidades locais.

A esposa do imperador Diocleciano, Prisca, e a filha Valéria teriam adotado o cristianismo.⁵

Eusébio de Cesareia o define como pagão fervoroso e comenta: “No 19º ano do reinado dele o edito de perseguição chega a Palestina, com ordem de se arrasar igrejas até os alicerces e jogar as Escrituras ao fogo. Seguiram-se outros ordenando prisões dos chefes das igrejas e forçando sacrifícios. A exclusão de cristãos do exército começou por volta de 295, sendo mortos os que se recusavam a se incorporar às tropas. Os cárceres se tornaram lotados por dirigentes cristãos. Eusébio de Cesareia registra as principais perseguições e sacrifícios nas várias regiões do império. Chefes da Igreja comprovaram com o próprio sangue a autenticidade da religião de que eram embaixadores”.⁷

No seu reinado foi estabelecido o regime da Tetrarquia, com o poder repartido entre quatro titulares, cada um com uma capital própria, mas a unidade do colégio imperial era mantida pela ascendência do *Augustus*

senior. Diocleciano, com o sistema tetrárquico, trabalhou para unificar e centralizar o Império, mas surgiram fendas políticas e de poder por todas as partes.²

Diocleciano ficou responsável pelo Oriente e Egito; Galério – Grécia e províncias danubianas; Maximiano – Itália e África; Constâncio – províncias ocidentais e Alpes Gálicos. Diocleciano, na qualidade de *Augustus Senior*, detinha a primazia dentro do colégio eleitoral. O sistema tetrárquico baseava-se em três princípios: hierarquia fixada pela antiguidade no cargo; a cooptação entre os Césares no reconhecimento da preeminência dos Augustos e os vínculos familiares de adoção e casamento.⁹

O equilíbrio de poder estabelecido por Diocleciano somente subsistiu enquanto foi mantido pela mão firme e destra do fundador. À abdicação de Diocleciano e Maximiano sucederam-se dezoito anos de discórdia e confusão.⁵

Todavia, à medida que progredia no caminho da organização política e centralizadora, o sistema tetrárquico tolerava cada vez menos qualquer espécie de não conformismo. Intensificam-se perseguições não apenas a cristãos, mas também a intelectuais, filósofos e judeus.²

Há um episódio nesse reinado que é lembrado pela Igreja Católica e pela Cruzada dos Militares Espíritos¹⁰, a execução de um grupo de soldados cristãos comandados por Maurício, também conhecida como os mártires de Agauno. Trata-se da Legião Tebana – uma [legião romana](#) inteira, com seis mil, seiscientos e sessenta e seis homens –, que teria se convertido em massa para o [cristianismo](#) e foi [martirizada](#) em 286 d.C. Depois da Legião

suprimir a “revolta dos bagaudos”, povos germânicos que habitavam, então, a Gália, em território da atual Suíça, e no seu retorno para [Agauno](#) (agora [Saint-Maurice-en-Valais](#)) na [Suíça](#), o coimperador Maximiano deu ordem para que todo exército praticasse sacrifícios aos [deuses romanos](#) em agradecimento ao sucesso da campanha. Como parte da celebração, o [imperador](#) também ordenou a execução de vários prisioneiros cristãos. A Legião Tebana recusou-se a obedecer a ordem e se retirou dos [ritos](#), deixando o acampamento e se distanciando bem longe do resto do exército para não ser impelida a praticar o que eles entendiam como terrorismo contra suas crenças. Maximiano repetidamente ordenou que a Legião Tebana obedecesse suas ordens, e como eles continuassem recusando, ele ordenou que a unidade fosse [dizimada](#), uma prática na qual um de cada dez homens era morto.¹⁰

Calcula-se em cerca de dois mil o número total de cristãos executados no período de perseguições impostas por Diocleciano.⁵

Outros episódios sobre o imperador Diocleciano e a Tetrarquia serão analisados em capítulos referentes ao século IV.

Referências:

1. CORBIN, Alain (Org.); Lemaitre, Nicole; Thelamon, Françoise; Vincent, Catherine. Trad. Brandão, Eduardo. *História do cristianismo: para compreender melhor nosso tempo*. 1ª Parte, cap. I e II. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

2. ROPS, Daniel. Trad. Pinheiro, Eduardo. *História da igreja de Cristo. I. A igreja dos apóstolos e dos mártires*. 2.ed. Porto: Livraria Tavares Martins. 1960. 724p.

3. BROWN, Peter. Trad. Nogueira, Eduardo. *A ascensão do cristianismo no ocidente*. 1.ed. 1ª Parte, Cap. 2. Lisboa: Editorial Presença. 1999.

4. LOT, Ferdinand. Trad. Godinho, Emanuel. *O fim do mundo antigo e o princípio da idade média*. 1ª Parte, Cap. II. Lisboa: Edições 70. 1991.
5. GIBBON, Edward. Trad. Paes, José Paulo. *Declínio e queda do império romano. Edição abreviada*. 6.ed. Cap. VIII. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.
6. MARTIN, Thomas R. Trad. Abreu, Iuri. Roma antiga. *De Rômulo a Justiniano*. Cap. 8. Porto Alegre: L&PM, 2014.
7. Eusébio de Cesareia, Bispo de Cesareia. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria de Cristo. História eclesiástica. Coleção Patrística vol. 15. São Paulo: Paulus. 2014. 508p.
8. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *Ave Cristo!* Ed.esp. 2ª Parte, Cap. I. Brasília: FEB. 2012.
9. SILVA, Gilvan Ventura; Mendes, Norma Musco (orgs.). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Cap. IX e XI. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES. 2006.
10. Página eletrônica: <http://www.cme.org.br/>; acesso em 10/02/2017.

4.3. Relatos de Emmanuel sobre as Gálias e Roma

A obra psicografada por Francisco Cândido Xavier *Ave Cristo!*¹, no tocante a registros sobre o século II já foi referida (Cap. 3.3). Na sequência, da mesma obra, sintetizamos registros ocorridos no século III.

O foco é a cidade de Lyon, nas Gálias, e personagens cristãs relacionadas com descendentes da família aristocrata de Quinto Varro.

Esse século se inicia tendo como imperador Sétimo Severo e durante sua governança aconteceram perseguições e sacrifícios no ano 202:

“Autoridades inescrupulosas, depois de senhorearem o patrimônio de todos os cidadãos contrários à política dominante, realizaram tremenda carnificina de cristãos, dentro da cidade de Lião e nas localidades vizinhas. Milhares de seguidores do Cristo haviam sido flagelados e conduzidos à morte. Por vários dias perdurou a perseguição, com assassinios em massa. Postes de martírio, espetáculos de feras, cruzes, machados, fogueiras, lapidações, chicotes e punhais, sem nos reportarmos às cenas de selvageria para com mulheres e crianças indefesas, foram postos em prática por tropas inconscientes. Durante a matança, Ireneu, o grande bispo e orientador da coletividade evangélica da cidade, foi torturado, com todos os requintes da violência perversa, até ao último suspiro. Nascido na Ásia Menor, fora aprendiz de Policarpo...”

A igreja de São João de Lyon era uma escola de fé e solidariedade, irradiando-se em variados serviços assistenciais e “o mais jovem integrante do conjunto era o Irmão Corvino, que advogava a causa dos enfermos abandonados e infelizes.”

No ano 235, com o imperador Maximino, “[...] os tiranos da administração e do exército, vasta perseguição aos prosélitos do Cristo foi reiniciada, com impulso avassalador. [...] Em Lião, a igreja de São João foi interdita e os objetos sagrados passaram às mãos irreverentes de autoridades inescrupulosas. O corpo eclesiástico e os religiosos de obrigações definidas foram expulsos desapiadadamente, mas alguns deles, dentre os quais o irmão Corvino, resistiram à situação e permaneceram na cidade velando pelo rebanho aflito.”

Mais à frente, no ano 250: “Desde a subida de Décio ao poder, a metrópole romana e as províncias atravessavam enormes inquietações. O novo Imperador odiava os postulados do Cristianismo e, por isso, desencadeara terrível e sistemática perseguição contra os prosélitos do novo ideal religioso.”

Nessa época aportava na região de Lyon, Basílio, nascido em Roma, e filho de escravos gregos. Havia adotado a filha de antigos patrões falecidos: “Lívia surgira-lhe no justo momento em que se via mais infortunado e mais só.” Ambos atuaram como dedicados cristãos, mas vieram a ser perseguidos. Basílio foi sacrificado e Lívia foi torturada. Adoentada e com restrições físicas, conseguiu fugir, chegando em uma vila, na Campânia (Itália). Apoiada por cristãos foi amparada por conhecido amigo de

Neápolis (hoje Nápoles), o panificador Lúcio Agripa, que se dispunha a ouvi-la e auxiliá-la, no que lhe fosse possível. Ela adota o pequeno Quinto Celso, que seria a reencarnação de Quinto Varro – que viveu escondido na condição do cristão Irmão Corvino –, pai de Taciano. Este administrava as propriedades de Lyon e havia causado malefícios aos cristãos, inclusive Basílio e Lívia.

Nesse ínterim o patrício Taciano, filho de Quinto Varro, viajava a lazer com as filhas, chegando a ilha de Capri: “[...] demoravam-se horas a fio, junto ao soberbo e impressionante Palácio de Tibério (Villa Jovis), que o tempo estragava, impiedoso, multiplicando adoráveis passeios pelas grutas, pelos cimos de Anacápri ou pelas outras belas vilas construídas ao tempo do famoso imperador.”

Lívia expira em Nápoles. Taciano veio a ter contato com o garoto Quinto Celso, adota-o e retorna a Lyon. O menino, já havia sido iniciado por Lívia, na arte da leitura e era, aos onze anos, um prodígio de memória e discernimento: “Francamente cristão, despendia longas horas com Blandina contando-lhe as histórias dos mártires do Evangelho e comunicando-lhe a fé ardente em Jesus.” A pequena Blandina era filha de Taciano, homônima da mártir cristã lionesa.

Depois de vários reveses, Taciano ficou apenas com o filho adotivo Quinto Celso, e resolveu vender seus bens, transferindo-se com o filho para Roma, na esperança de conviver com a filha mais velha Lucila.

Era o período dos editos dos anos 257 e 258, que geraram tremenda e cruel repressão aos serviços do Evangelho e os cárceres jaziam repletos.

Taciano, malvestido, face as dificuldades, procurou contato com a filha, em Roma. Não foi recebido e ao tentar se identificar com os servidores dos portões da mansão, ele e o jovem Quinto Celso foram mal-entendidos e confundidos:

“– Serão presos. O anfiteatro, nas grandes festas, é a nossa máquina de limpeza.”

Presos por soldados e identificados como cristãos foram levados ao Anfiteatro Flaviano (Coliseu), onde vieram a ser sacrificados. Taciano, ao se sentir vivo após o ataque mortal de animais ferozes, procurou Quinto Celso, e, surpreso viu que:

“[...] do poste de martírio emergia, não o filho adotivo, mas seu próprio pai, Quinto Varro, que lhe estendia os braços, murmurando: – Taciano, meu filho, agora poderemos trabalhar, em louvor de Jesus, para sempre! ... [...] Deslumbrado, reparou que as almas dos heróis abandonavam os despojos, envolvidas em túnicas de luz por entidades que mais se assemelhavam a formosos arcanjos aéreos. Beijou as mãos paternas como alguém que saciava saudades terrivelmente sofridas e tentava algo dizer, quando viu Blandina, Basílio, Lívia e Rufo, cantando de alegria no grupo de Espíritos venturosos em que formavam Corvino, Lucano, Hortênsia, Silvano e outros paladinos da fé, todos a lhe dirigirem sorrisos de confiança e de amor! Por cima do corpo negro do anfiteatro, desafiando-lhe as trevas, centenas de almas radiantes seguravam lírio estandarte, em que brilhava a saudação tocante e sublime: – Ave, Cristo! os que vão viver para sempre te glorificam e saúdam!”

Referência (Síntese):

1. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo Espírito Emmanuel. *Ave Cristo!* Ed.esp. Brasília: FEB. 2012. 311p.

5. Século IV

5.1. Contextos prévios para a liberação do culto cristão

No final do século III, o Império romano caminhava para a sua decadência, e a proposta da Tetrarquia que poderia ser a solução imaginada para atender à grandiosidade e diversidade do vasto território, provavelmente, pode ter comprometido um pouco mais a ideia de unidade do grande Império.

O imperador Diocleciano, hierarquicamente com ascendência sobre os outros imperadores, fortaleceu o culto imperial mediante a reverência à pessoa sagrada do imperador. Obrigou os cristãos que serviam nas fileiras do exército a abjurarem sua fé sob ameaça de expulsão, o que resultou em alguns martírios. Os cristãos que possuíssem cargos e/ou dignidades oficiais deveriam ser destituídos e seus bens confiscados. Determinou a destruição das igrejas e que os líderes eclesiásticos fossem detidos. Impôs a todos cristãos que praticassem o tradicional sacrifício aos deuses do Império e os que resistissem seriam mortos^{1,2,3}.

Ainda no período de Diocleciano, surgiram muitos impasses e oscilações nas relações com os cristãos. Em continuidade ao exposto no século III, apresentamos mais algumas informações e fatos sobre a Tetrarquia.

Com a abdicação de Dioclesiano, ocorreu um período de conturbações entre os integrantes da Tetrarquia, com disputas e substituições entre eles.

Numa nova divisão do Império e da Tetrarquia em quatro regiões, ficaram responsáveis pelas administrações: Galério – na região do Ilírico e Ásia Menor; Maximiano com o resto do Oriente; Constâncio: na Gália e Bretanha; Severo – na Itália, Espanha e África¹.

Para superar a “anarquia militar” e para a reorganização do Império, a Tetrarquia de imperadores determinou estrita coesão religiosa nos marcos da religião tradicional, acarretando perseguições aos que se recusassem à obediência aos cultos romanos, inclusive aos cristãos a partir de 303². É chamada “a Grande Perseguição”. A aplicação destas medidas foi duríssima no Oriente até 311; brutal na Espanha, África e Índia até 306; restrita na Gália, sob domínio do imperador Constâncio, que era tolerante e até simpatizante do cristianismo.

Para [Eusébio de Cesareia](#), Caio Flávio Valério Constâncio (293-305 d.C.), pai de Constantino, era um cristão que fingia ser pagão, mas oficialmente adotava o culto ao Sol Invicto. Durante a perseguição aos cristãos, em [303](#), destacou-se pela sua humanidade.²

Na concepção de Tetrarquia havia uma hierarquia entre eles. Surge uma nova constituição da Tetrarquia:

Galério Maximiano (período de 305 a 311 d.C.) se mantém e ocorrem outras substituições. Surgem os imperadores: [Maximino Daia](#) (305-313), [Constantino](#) (306 a 337) e [Licínio](#) (308-324). Maximino também abdicou em favor de seu filho **Maxêncio** ou Magêncio (306 e 312), que se portou como um tirano e fingia estimar os cristãos.^{1,2,3}

Os historiadores Silva & Mendes¹ destacam que, em geral, a Grande Perseguição foi mais efetiva nos territórios orientais colocados sob o controle direto de Diocleciano, Galério e Maximino. No Ocidente, com a renúncia de Maximiano, houve a usurpação de seu filho Maxêncio ou Magêncio, que passou a governar a Península Itálica e o norte da África, a partir do ano 306. Maxêncio não deu continuidade à política religiosa da Tetrarquia, tendo adotado algumas medidas restritivas contra os cristãos apenas por conta da insurreição Lúcio Domício Alexandre, vigário do norte da África e que tentou usurpar o trono romano da região. Maxêncio determinou a devolução das propriedades que haviam sido confiscadas dos cristãos.

No Oriente, nas províncias controladas por Maximino Daia implantou-se um projeto de reestruturação do culto pagão nos moldes das instituições cristãs. Daia renovou a legislação que obrigava o sacrifício aos deuses de Roma e proibiu as assembleias de fiéis. Ocorreram vários martírios de lideranças cristãs¹.

Também surgiu a ascensão meteórica de Constantino após a morte de seu pai Constantino, o que favoreceu os cristãos. Constantino absteve-se de atormentar os cristãos.¹

Galério foi pressionado cada vez mais por Constantino e por Licínio e acabou reconhecendo o fracasso das perseguições e decidiu proclamar em Sérдика (região da Dácia, atual Bulgária), o “edito de tolerância”. Registra Eusébio de Cesareia³ que o edito foi publicado na Nicomédia (Ásia Menor, atual Turquia) aos 30 de abril de 311 – subscrito pelos imperadores Galério,

Constantino e Licínio, com “o propósito de que também os cristãos, os quais haviam abandonado a religião de seus antepassados, tivessem a oportunidade de voltar a melhores disposições. Mas, em consequência de certa mentalidade, tamanho orgulho apossou-se deles que não seguiram as normas outrora estabelecidas, nem mesmo as primitivas instituições de seus antepassados, mas segundo peculiar propósito e o que entendia cada qual, estabeleceram leis próprias que observavam, e reuniam várias assembleias em determinados lugares. Por este motivo, seguiu-se novo edito, visando a que eles voltassem às instituições de seus maiores. Muitos cederam diante do perigo de morte; outros, porém, em grande número, após grande agitação, foram submetidos a vários tipos de morte.”

Esse edito concedeu o direito de ser cristão, de reconstruir locais de reunião e que “os cristãos deverão orar a seu Deus por nossa salvação, a do Estado e a deles”². Tal edito encerrou oficialmente a “Grande Perseguição”. Porém, no Oriente do Império, Maximino Daia, renovou a legislação contra os cristãos, numa afronta evidente a Constantino e Licínio.

Poucos anos depois, Constantino e Licínio, reunidos em Milão, em março de 313, definem um acordo, conhecido como “Edito de Milão”. Portanto, transcorreram dez anos de perseguições desde o edito de Diocleciano (303) até as decisões dos imperadores citados, em 313, embora em várias regiões, já ocorressem amenizações, com o edito do ano de 311.

Eusébio de Cesareia³ comenta que no final do século III e início do IV, o número de cristãos havia aumentado muito e, inclusive de “fiéis instruídos”. Este é um fato importante que os governantes devem ter considerado

durante todo o processo de mudança de posição oficial com relação aos cristãos.

A propósito, ao analisar o crescimento do cristianismo, o sociólogo Rodney Stark⁴ comenta que o número de cristãos disparou entre os anos 250 e 300. Esse autor admite que “a conversão de Constantino poderia ser mais bem encarada como uma resposta à maciça onda exponencial em avanço, e não como uma causa” e este ainda especula que os cristãos poderiam ter atingido metade da população aproximadamente em meados do século IV.

Outro registro interessante de Stark, coerente com a observação de Eusébio de Cesareia, é que “desenvolveu-se entre os historiadores do Novo Testamento um consenso de que o cristianismo baseava-se na classe média e na classe alta”.⁴

O historiador do cristianismo, Rops⁵, cita a existência de um hino relacionado com a ideia de triunfo após os martírios: *Tu vincis inter Martyres* (por entre as provas, Cristo triunfava), que a Igreja Católica canta ainda nas laudes (início de orações) dos mártires.

Por outro lado, depois de nos referirmos às perseguições e execuções que vitimaram milhares e milhares de cristãos nesses períodos do Império, torna-se interessante a transcrição de trecho de mensagem espiritual sobre a questão dos martírios de cristãos:

“Quando Jesus pronunciou a divina palavra – amor –, os povos sobressaltaram-se e os mártires, ébrios de esperança, desceram ao circo.”⁶

Referências:

1. SILVA, Gilvan Ventura; Mendes, Norma Musco (orgs.). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Cap. XI. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES. 2006.
2. CORBIN, Alain (Org.); Lemaitre, Nicole; Thelamon, Françoise; Vincent, Catherine. Trad. Brandão, Eduardo. *História do cristianismo: para compreender melhor nosso tempo*. 1ª Parte, cap. II e III. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
3. Eusébio de Cesareia, Bispo de Cesareia. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria de Cristo. *História eclesiástica*. Coleção Patrística vol. 15. São Paulo: Paulus. 2014. 508p.
4. STARK, Rodney. Trad. Santos, Jonas Pereira. *O crescimento do cristianismo: um sociólogo reconsidera a história*. 1.ed. Cap. 1 e 2. São Paulo: Paulinas. 2006.
5. ROPS, Daniel. Trad. Pinheiro, Eduardo. *História da igreja de Cristo. I. A igreja dos apóstolos e dos mártires*. 2.ed. Porto: Livraria Tavares Martins. 1960. 724p.
6. KARDEC, Allan. Trad. Ribeiro, Guillon. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. 131.ed. Cap. XI, item 8. Brasília: FEB. 2013.

5.2. Os momentos da “esquina de pedra”

O intelectual e militante espírita paulista, Wallace Leal Valentim Rodrigues escreveu a obra *A esquina de pedra* (Ed. Clarim, 1975)¹, contendo relatos históricos e descrições inspiradas sobre fatos que se passam no período do imperador Constantino, em momentos próximos ao Concílio de Niceia. Focalizou situações em que ocorreram as descaracterizações do Cristianismo primitivo e puro, época de muitos sacrifícios de cristãos e tendo como pano de fundo a benquerença da cristã Galla e do romano Prisco, em Sebaste, na região da Capadócia da Ásia Menor (atual Turquia).

O título do livro é muito sugestivo. Para o autor, “pedra de esquina” é a pedra fundamental ou angular das antigas construções, ou seja, a primeira a ser assentada na montagem da esquina de um edifício. Seria uma guia, uma referência indispensável numa construção antiga.

Sobre a “pedra de esquina”, “a cabeça da esquina” e a “pedra preciosa de esquina”, cita passagem registrada em Atos (4, 11):

“Ele é a pedra que foi rejeitada por vós, os edificadores, a qual foi posta por cabeça de esquina.”

E focaliza a Epístola de Pedro 1 (2, 8):

“É uma pedra de tropeço e rocha de escândalo, para aqueles que tropeçam na palavra, sendo desobedientes; para o que também foram destinados.”

O enredo se inicia a partir ano 312, com a jovem Galla, de 16 anos de idade, tendo Cirilo como seu irmão. Ela relata os sofrimentos familiares impostos pelas perseguições aos cristãos:

“Eu me lembro ainda de nosso pai, que fora um homem louro, grande e forte. Mataram-no já quando arrefecia o furor das perseguições. Desse último edito nosso avô escapou embora lesado, para sempre do recurso da fala. [...] Em 305 eu tinha quatro anos. [...] Nosso pai, com Sibírcio, vovô e muitos outros foram presos de emboscada, ao saírem de uma reunião dos homens da comunidade. [...] Sibírcio e papai morreram no equinócio do inverno, em 307. Obrigados a participar dos sacrifícios, prestados aos deuses em favor de Maximiano, com um grupo de outros cristãos, recusaram-se.”

Em outra parte, Galla relata que no ano 311, com o edito de Galério, passaram a ter um pouco de paz, e mais ainda:

“Agora chegavam notícias alentadoras. A cabeça do império estava dividida entre Licínio e Constantino e havia muitos que confiavam neste último.”

Prossegue o depoimento de Galla:

“As cartas que circulavam das *ecclesiae* de Roma para as *ecclesiae* da Ásia eram esperançosas, [...] Talvez a paz definitiva não estivesse tão remota para todos nós. [...] Mas em Sebaste estávamos ainda muito distantes de tudo aquilo. Entre nossos trabalhos particulares, os estudos e a assistência aos irmãos necessitados, víamos transcorrer tranquilamente os dias. Éramos o que se poderia chamar fiéis simples. Nossa religião não

tinha artifícios, estava voltada para a prática e o exercício da vida de todos os dias.”

Em Sebaste os cristãos tinham conhecimento que quando o imperador Diocleciano mandou arrasar as igrejas, lançar ao fogo o Evangelho e destituir os dirigentes cristãos de suas funções, privar da liberdade os seguidores de Cristo, muitos romanos permaneceram fiéis.

Os personagens do livro acima citado estavam em Sebastes e reverenciavam o dirigente cristão local, Adastro, “o primeiro em testemunhos”, respeitável ancião bem-amado por todos, ainda que foi escolhido sem nenhuma consulta às *ecclesiae* maiores, levando-se em consideração unicamente o interesse local. Galla também comenta:

“[...] Os pergaminhos dos primeiros tempos e, um deles, o que continha a Primeira Epístola de Paulo a Timóteo, era preciosa relíquia, cópia grafada com a própria letra de Bernabé.”

Esclarecemos que Sebaste, que se tornou a capital da [província romana da Armênia Menor](#) sob o imperador [Diocleciano](#), era uma cidade com alguma importância na [história inicial do Cristianismo](#). Foi também o local da morte coletiva dos “[quarenta mártires de Sebaste](#)“, que eram soldados pertencentes à “XII [Legião – Fulminata](#)“ e que ali prestavam serviço, por volta do ano [320](#). Tornaram [mártires cristãos](#), mesmo contra a vontade do [imperador Licínio](#), ao se recusarem a prestar juramento de fidelidade aos [deuses romanos](#).

As personagens centrais do livro são a jovem Galla e Prisco, que ela se sentia emocionalmente vinculada, e ele era um Legionário procedente de

Roma. Galla percebia com desânimo que Prisco não tinha elementos, não conseguia compreender o que ela lhe dizia sobre o Cristo, mas tinha virtudes:

“[...] Prisco... uma pessoa de honra, o primeiro romano que, sendo um aristocrata e sem ser cristão, trata as pessoas de igual para igual.”

A comunidade cristã de Sebaste se apoiava nas fontes primitivas do cristianismo. Recebia orientações de Eusébio de Cesareia e de Alexandre, de Alexandria, núcleos que se tornaram famosos no mundo antigo.

Naquela época já se comentava que a vida ascética dos cristãos era aceita e vista como prova de espiritualização. Líderes respeitados como Alexandre, de Alexandria, fundavam casas de isolamento e alguns diziam com desolação que isso seria incompatível.

Vem à tona as polêmicas entre os líderes cristãos Ário⁵ e Atanásio sobre Jesus e Deus (vide Cap. 5.4). Ário insistia que só Deus era incriado e afirmava que Jesus tinha de ser uma criatura de Deus:

“[...] todos nós estávamos sobre a pedra da esquina!”

Houve a visita do líder cristão Atanásio, e seguiram-se muitas outras dali por diante. Em torno de Ário e de Atanásio ardia uma animosidade e talvez por causa da localização de Sebaste, extremamente central e equidistante das cidades costeiras do Ponto Euxino (Mar Negro) e do *Mare Nostrum* (Mediterrâneo).

Na época surgiam ideias de interrupção do serviço assistencial praticado pelos cristãos:

“[...] a igreja é, em última análise, um templo, a casa de Deus. A balbúrdia dos necessitados não se coaduna com o novo conceito. Julga também que os fundos comunais devem ser empregados para transformar as instalações num monumento não inferior, por confronto, aos demais templos da cidade. [...] Um templo, não mais a Casa do Caminho!”

A partir daí as almas iam se aproximar de um cristianismo exteriorizado, modificado, cômodo e acomodador e se habituariam a ele.

De permeio aparecem as artimanhas e as perseguições de uma patrícia romana que chegou a Sebaste, Otávia, e que era vinculada à administração regional do Império. O legionário Prisco foi vítima de um atentado à vida, tendo Otávia como mandante, e permaneceu escondido, em recuperação, com o apoio dos cristãos locais.

Nessa época Sebaste recebeu a visita de Ário e o líder cristão local, Mériton, negou-se a recebê-lo na *ecclesia* de Sebaste. O visitante falou num velho teatro grego próximo ao porto do rio:

“Ário era um homem acostumado a enérgicas disciplinas, era um filósofo. [...] Os grandes homens nunca são amados ou compreendidos em seu tempo. Arrius não tem talento para as tricas e as traições. É bravo e justo. [...] Para Mériton, Ário intentava diminuir a importância de Jesus. Mériton era contra as simplificações. Para Mériton, assim como para todo o grupo ligado a Atanásio e Alexandre, Ário torna impossível a formação de uma autoridade independente do Estado. [...] Lembro-me também de que naquela primeira noite, informalmente, porém com os Evangelhos nas mãos, Ário agitou a questão principal que motivava a crise daqueles

tempos: a profissão de fé católica que substituiria a fé cristã, a voz consubstancial, *homoousios* (conceito que descrevia a natureza da divindade de Jesus e a sua relação com a divindade do Pai), aplicada para designar o caráter de igualdade de Jesus com o Pai. [...] não tardaria a compreender que aquela era a fonte espúria de onde promanaria, antes, a teologia improdutiva e absurda, o dogma escravizador, depois.”

Esclarecemos que essa era uma das questões da época e que Ário não aceitava essa linha de pensamento. É citado que em suas palestras, Ário inspirou-se na 1ª Epístola aos Coríntios. Relata-se que em tudo quanto dizia havia um forte elemento de racionalismo, porém vestido de simplicidade, de proposital sentido comum.

Em contraposição ao pensamento de Ário, o líder local Méliton, afirmava que a cruz despojada do homem-Deus, a cruz nua de Ário, sem apresentar o verbo de Deus para ser adorado, não teria forças e nem virtudes para mudar o velho mundo.

Comenta-se que Ário esteve na antiga fortaleza para visitar Prisco, que convalescia escondido. Um dia Prisco indagou:

“O que pretendem os adversários de Ário? Perguntou-me. Tentei explicar-lhe a questão da trindade e ele fez uma observação curiosa: Alexandre e Atanásio são de Alexandria, não é isto? Sim, eu respondi. A religião dos egípcios possui uma trindade Osíris, Ísis e Hórus. Essa personificação pode ser muito inspiradora” (vide Cap. 5.4).

A denúncia de que soldados recrutados se reúnem em sessões secretas, seguindo as orientações de “um homem execrável para o Império, morto há

quase trezentos anos, na Palestina”, provocou a morte em lago gelado, em já citado episódio histórico do sacrifício dos quarenta legionários romanos.

Eram momentos cheios de propostas de natureza humanas e de muitas polêmicas no seio das comunidades cristãs.

Ao final do livro, quando ocorriam as represálias e incêndio de bairros cristãos, e muitos estavam iniciando uma retirada, viram um jovem que perguntou:

“E para onde vai a tua família? – Para Niceia, na Bitínia. Ali se reunirão todos os bispos cristãos para um Concílio. Vais também? Não. Mas tu assistirás ao declínio de tudo quanto nos legou. Mas um dia o Cristianismo se erguerá das cinzas.”

O autor Wallace Leal V. Rodrigues, em Nota final, esclarece:

“Este livro, escrito sob forte vibração espiritual foi enriquecido por esses informes quando já havia sido terminado. Acreditamos firmemente que todos os acontecimentos e personagens presentes são reais e que os acontecimentos foram apenas suavizados, uma vez que nos sentíamos dentro das cenas ao escrevê-las. Várias das personalidades retratadas já foram detectadas por nossa sensibilidade. Todavia isto não quer dizer, absolutamente, que a ESQUINA DE PEDRA, seja um livro psicografado.”

Referência (Síntese):

1. RODRIGUES, Wallace Leal V. *A esquina de pedra*. 9.ed., Matão: Ed. O Clarim. 2003. 411p.

5. As propostas de Ário são tratadas nos capítulos 5.4 e 5.5.

5.3. Constantino: do “edito” de Milão ao concílio de Niceia

Flávio Valério Aurélio Constantino: filho de Constâncio; desde sua participação como imperador na Tetrarquia, teve diferentes títulos e hierarquias até ser imperador do império unificado. De [306](#) a [312](#) (aclamado como “[Augusto](#)” no Ocidente); por acordo com [Maximiano](#), recusou a rejeição de título a “César” em 309; de 312 a 324, era “Augusto” do Ocidente; e, em seguida, o principal “Augusto” no Império. No ano 324 foi encerrada a fase da Tetrarquia, e até sua morte em 337, foi o único imperador, com o império unificado.

Constantino foi um governante de grande importância histórica, porém foi uma figura controversa. As flutuações na reputação de Constantino refletem a natureza das fontes antigas de seu reinado. Estas são abundantes e detalhadas, mas foram fortemente influenciadas pela propaganda oficial do período, e são muitas vezes unilaterais. Eusébio de Cesareia – historiador cristão e contemporâneo de Constantino – escreve sobre o imperador num estilo de elogio e de biografia religiosa de um “santo”. Eusébio de Cesareia chama Constantino de “imperador amigo de Deus”. Todavia, o citado pioneiro da Patrística não escreve sobre a conversão de Constantino¹. Há informações que sua mãe, Helena, tornou-se cristã antes de Constantino e que teria tido muita influência sobre ele. Ela apoiou o

cristianismo, inclusive financeiramente; veio a ser canonizada pela Igreja Católica.

Os vários historiadores, inclusive Eusébio de Cesareia, registram que a disputa militar entre os imperadores Constantino e Maxêncio – integrantes da Tetrarquia e cunhados – ocorreu no dia 28 de outubro de 312, junto à Ponte Mílvia, sobre o rio Tibre, na época um subúrbio de Roma. Maxêncio teria construído uma ponte de barcos, duplicando a ponte de pedra. A ponte de barcos se rompeu com o peso das tropas e Maxêncio foi precipitado ao rio com grande número de soldados.¹

As virtudes de Constantino ganharam maior brilho pelo contraste com os vícios de Maxêncio.²

Ao ser aclamado imperador, Constantino decretou o fim das perseguições aos cristãos, embora mantivesse também seus cultos romanos. Porém os estudiosos Silva & Mendes³ admitem que a adesão definitiva dele ao cristianismo pode ter ocorrido em algum momento entre os anos 310 e 312, como sugere a presença de bispos em sua corte por essa época e a famosa visão antes da batalha da Ponte Mílvia. A propósito, Eusébio de Cesareia, o primeiro historiador do cristianismo e defensor de Constantino, não faz referência à citada visão e entre os pesquisadores há controvérsias sobre o fato.

Destacam que ao adentrar em Roma, no dia seguinte à derrota de Maxêncio, Constantino já se apresentou como um imperador cristão.

Na opinião do historiador Corbin⁴, após a batalha sobre a ponte Mílvia, Constantino encontrou o denominador comum que garantiria tanto a

unidade do seu Império – reconhecimento de um Deus único –, como sua própria legitimidade, que ele faz proceder de uma missão pessoal recebida de Deus.

Constantino e Licínio promulgaram uma lei absolutamente favorável aos cristãos e contrariando o outro imperador, Maximino, que ainda governava os povos do Oriente e que fingia hipocritamente ter-lhes amizade. Eusébio de Cesareia anota que talvez tenha sido um primeiro edito publicado em 312, logo após a derrota de Maxêncio.¹

Ao analisar a ascensão do cristianismo, Peter Brown⁵ comenta que a Igreja que Constantino trouxe a paz em 312 já era “um corpo bastante complexo” e que havia grande número de cristãos, com uma concentração maior na Síria, na Ásia Menor e nas principais cidades do Mediterrâneo romano.

Até então os cristãos se mantiveram afastados de participação na vida pública. Eusébio de Cesareia comenta que os cristãos eram suspeitos de formar uma seita perigosa entregue a uma “vã e louca superstição” e que os intelectuais e os meios cultos os desprezam.¹

O próprio autor pioneiro da Patrística, Eusébio de Cesareia, e o historiador Gibbon consideram que não houve nenhum edito promulgado em Milão.^{1,2}

Antes de iniciar a marcha para a Itália, Constantino havia assegurado a amizade, ou pelo menos, a neutralidade de Licínio, o imperador da região da Ilíria (região noroeste dos Balcãs), prometendo em casamento, a sua irmã Constância. O encontro dos dois imperadores em Milão, convocado

com tal propósito, pareceu consolidar a união de suas famílias e interesses². Durante esse evento familiar, em fevereiro de 313, Constantino e Licínio tomaram decisões relacionadas com a liberação de cultos religiosos.

A decisão firmada em Milão no ano 313 pelos imperadores Constantino, pessoalmente convertido, e Licínio concedeu “aos cristãos, como a todos, a liberdade de poder praticar a religião de sua escolha de modo que o que há de divino na morada celeste possa ser benévolo e propício”.¹

Eusébio de Cesareia e também o historiador Lot⁶ reproduzem trechos do que este último anota: “Constantino e aquilo a que é chamado o Edito de Milão – O famoso Edito de Milão não é, pois, uma inovação. E não é uma medida visando em particular os cristãos. Eis como começa: ‘Nós, tendo-nos reunido em Milão sob ditosos auspícios e tendo cuidadosamente buscado tudo aquilo que pudesse ser útil ao bem e à tranquilidade públicos, entre outras coisas que possam ser úteis à grande maioria dos homens, julgamos ser necessário regulamentar acima de tudo aquilo que respeita às honras devidas à Divindade, a fim de podermos dar aos cristãos e a todos os outros a livre faculdade de seguirem a religião que escolherem. Que, conseqüentemente, possa a Divindade, na sua celeste morada, dar-nos testemunho da sua satisfação e mercê dos seus favores, tanto a nós como aos povos que vivem sob nossa jurisdição.’”^{1,4,6}

Em seguida, Constantino enviou aos governadores das províncias, instruções formais para devolverem os bens confiscados às igrejas e isentar o clero das “*munera civilia*”, e, concedendo a cada pessoa a liberdade de dar consciente adesão à religião que julgar melhor.

De imediato, o imperador Maximino fez uma adaptação das decisões de Milão e liberou o culto religioso na região oriental do Império. Logo depois, quando Licínio venceu o imperador do Oriente Maximino, fez fixar, em Nicomédia, aos 13 de junho de 313, suas decisões relativas ao cristianismo. É o chamado “Edito de Milão”.¹

Os estudiosos da História, como Corbin⁴, analisam que o “Edito de Milão” de 313 exprime ao mesmo tempo a ideia de que a segurança do Império é assegurada pelo Deus supremo e não mais pelos deuses da tetrarquia, Júpiter e Hércules: “Bem cedo ele favorece de forma manifesta a Igreja: dinheiro, terrenos, palácios, financiamentos de basílicas em Roma e Jerusalém. Com isso os bispos solicitam que ele se envolva em seus assuntos internos. De início resolvendo conflitos de maneira consensual e depois tomando medidas contra os dissidentes. [...] A escolha do cristianismo por Constantino, a suspensão das perseguições e o reconhecimento da liberdade religiosa para todos criavam, para os cristãos, condições radicalmente novas; daí em diante, havia de pensar o Estado romano no plano divino, na economia da salvação, pensar a relação do soberano cristão com Deus e com seu lugar na Igreja.”⁴

O historiador Blainey⁷ opina que, independentemente da religião professada por eles, os cristãos conquistaram amigos e simpatizantes e que Constantino e sua família favoreceram a difusão do cristianismo: “Com Constantino foi reconhecido que o cristianismo, por ser aberto a todas as etnias, poderia funcionar como um fator de unificação em um império multirracial.”

Eusébio de Cesareia anota que Constantino, ainda no ano 313, convocou um sínodo de bispos (uma reunião), em Roma, para a união e concórdia das igrejas, e já concedeu bens às Igrejas e isentou os chefes das igrejas de todo encargo público.¹

Para o historiador Blainey “o edito não prova, de modo algum, que Constantino se tenha convertido ao cristianismo. Melhor, será que alguma vez foi cristão? Houve quem o negasse. À margem da apologética cristã, os historiadores concordaram em ver no fundador do Império cristão um político avisado, e, no fundo, céptico em religião, podendo ser, no máximo, deísta. Teria se batizado apenas no final da vida.”⁶

Mesmo após a liberação do cristianismo ainda ocorreram sacrifícios de cristãos, independentemente das posições dos imperadores Constantino e Licínio. Haja vista o já citado caso dos “Quarenta Mártires de Sebaste” (vide cap. 5.2).

Poucos anos após decisões de 313, surgiram outras disputas de poder. Para Eusébio de Cesareia¹, a campanha de Constantino contra Licínio teve traços de uma cruzada. Licínio jamais se mostrou cristão. A tolerância que concedeu ao cristianismo foi por razões puramente políticas e sempre menos generosas que a de Constantino. A guerra entre ambos foi por motivação política, mas a atitude de Licínio a respeito dos cristãos deve ter influenciado Constantino. A guerra se iniciou em 323 e terminou em 324, tendo Licínio falecido no ano 325. Eusébio de Cesareia considerou Licínio um imperador piedoso, mas após sua morte, a sua memória foi condenada.

Eusébio de Cesareia remanejou sua obra, eliminando passagens favoráveis a Licínio.

O pioneiro da Patrística, Eusébio de Cesareia, considera marcantes os triunfos de Constantino sobre os imperadores Maxêncio e Licínio, bem como o triunfo da própria Igreja e encerra no ano de 324 os seus registros porque não pretendia comentar o concílio de Niceia, convocado, patrocinado e dirigido pelo imperador.¹

Há registros de que em função de intrigas, Constantino permitiu o julgamento e a morte de seu filho mais velho, Flávio Júlio Crispo, fruto de seu primeiro casamento com Minervina, e, também de que teria determinado o assassinato de sua segunda esposa, Fausta. Crispo era cristão e teve ações militares em defesa das pretensões paternas, inclusive contra Licínio.

Na sua obra sobre o cristianismo, Blainey esclarece que Constantino não gostava de Roma, e até deixou de visitar a cidade e decidiu construir uma “nova Roma”. Para isso escolheu a cidade de Bizâncio que veio a ser a primeira cidade a ser planejada de modo que se destacassem os templos cristãos e não os templos pagãos.⁷

Há dois registros, por alguns considerados como fábulas, relacionados com as inspirações que Constantino teria tido para a decisão sobre a nova cidade.

Gibbon relata a tradição de que Constantino definiu as fundações de Constantinopla – embora não informasse a maneira como a inspiração celeste lhe fora comunicada ao espírito – como decorrente de uma visão

noturna. Constantino dormia entre as muralhas de Bizâncio e surgiu o gênio tutelar da cidade, uma venerável matrona curvada ao peso dos anos e das enfermidades, que subitamente se transformou numa florescente donzela, adornada por suas próprias mãos com todos os símbolos da grandeza imperial. O monarca despertou e interpretou o auspicioso presságio e obedeceu sem hesitação a aquilo que interpretou como vontade do Céu².

Outro historiador, Rops, cita que há relatos de que Constantino teria visto em sonhos, uma águia parar o seu voo sobre a pequena localidade de Bizâncio e deixar cair uma pedra. Constantino interpretou que seria a indicação para edificar uma nova capital, uma cidade fundada sobre um novo desígnio.⁸

Assim, no dia 11 de maio de 330 Constantino fundava Constantinopla e com isso assumia também sua política de regionalização do Império. Tempos depois o imperador Teodósio fortaleceu tal proposta e o Concílio de Constantinopla de 381 definiu “Que o bispo de Constantinopla tenha a primazia de honra após o bispo de Roma, porque essa cidade é a nova Roma.”⁷

Gibbon² analisa que os estágios sucessivos da ascensão de Constantino até a abdicação de Licínio contribuíram para o declínio do Império pelo dispêndio de sangue e riqueza bem como pelo perpétuo aumento dos impostos e da organização militar. Também comenta que a fundação de Constantinopla e o reconhecimento da religião cristã foram as consequências imediatas e memoráveis dessa revolução.

O historiador Rops⁸ identifica traços de uma “política cristã” durante o reinado de Constantino. Apesar de erros, e valorizando pouco que tenha obedecido a intenções políticas, como imperador ele teve um sentido do seu papel autenticamente cristão. Rops destaca que o quarto de século em que Constantino dominou o Império marca, sem dúvida, o primeiro passo para a cristianização geral da humanidade e que houve paz. Definiu-se o dia de domingo não mais como o dia do Sol, mas o da ressurreição, e com descanso obrigatório. Foram publicados editos que proibiam suplícios com ferro em brasa; estabeleceu-se uma política social com reorganização da família e assistência a crianças abandonadas; houve facilitação de alforria a escravos; surgiram medidas contra as concubinas; procurou atacar as forças que desagregavam a sociedade.⁸

Entre as ações e decisões de Constantino especificamente relacionadas com o cristianismo, relacionadas por Eusébio de Cesareia¹: concedeu aos bispos *status* no mesmo grau dos senadores; construiu igrejas, basílicas, incluindo a de São Pedro, em Roma; usava o símbolo cristão no seu estandarte; declarou o domingo como dia do descanso; os bispos passaram utilizar a cor púrpura, como os oficiais do imperador. Eusébio de Cesareia chama Constantino de “imperador amigo de Deus”.¹

Torna-se oportuna a análise do historiador Lopes sobre o pioneiro da patrística Eusébio de Cesareia e contemporâneo de Constantino:

“Por sua formação cultural, pelo âmbito de seus interesses e por suas obras, que recolhem a herança do passado, pertence ainda à época pré-nicena; como bispo e homem da igreja, implicado na política do Estado, na

era do imperador Constantino, assinalada por várias polêmicas, encara a história universal e a eclesiástica como otimismo de cortesão; como bispo político, apoiado pelo Estado e devotado ao Imperador, desenvolve o ideal de um Império e Estado cristãos, o que repercutirá vigorosamente e por longo tempo, mesmo no Ocidente.”⁹

O contexto após Constantino é comentado por Rops, considerando que não foi preciso esperar muito tempo para que se manifestasse o perigo dos amigos muito poderosos: “Morto Constantino, a intrusão do poder na vida da Igreja tornar-se-á cada vez mais acentuada e é difícil afirmar até que ponto essa intrusão foi desastrosa.”⁸

Opinião parecida sobre os novos rumos do cristianismo foi externada pelo conhecido divulgador e autor de livros espíritas marcantes, o francês Léon Denis, em sua obra *Cristianismo e Espiritismo*¹⁰:

“No dia em que foi oficialmente reconhecida pelo Império, a partir da conversão de Constantino, tornou-se a amiga dos Césares, a aliada e, algumas vezes, a cúmplice dos grandes e dos poderosos. Entrou na era infecunda das argúcias teológicas, das querelas bizantinas e, desse momento em diante, tomou sempre ou quase sempre o partido do mais forte.”¹⁰

Notável apreciação espírita recente foi obtida pela mediunidade de Divaldo Pereira Franco:

“A grande vitória dos mártires alcançava o patamar da liberdade; no entanto, pode-se assinalar que, naquele momento, iniciavam-se também as grandes dificuldades para a vivência do Evangelho pulcro do Incomparável Amigo dos sofredores. Lentamente, a doutrina dos perseguidos converteu-

se na polícia ingrata dos perseguidores. Os velhos santuários dedicados aos deuses aformosearam-se para converter-se em catedrais, em homenagem Àquele que não tinha uma pedra para reclinar a cabeça, embora as aves dos céus tivessem seus ninhos e as feras os seus covis. A seguir, a doutrina de amor uniu-se ao temporário poder da arbitrária política terrestre, sentando-se no trono dos governantes insensatos e perversos...”¹¹

Após seu falecimento, Constantino foi sucedido por seus filhos [Constantino II](#), [Constâncio II](#) e [Constante I](#).

A propósito, o autor espiritual Emmanuel comenta pela psicografia de Francisco Cândido Xavier:

“Findo o reinado de Constantino, aparecem os seus filhos, que lhe não seguem as tradições.”¹²

Referências:

1. Eusébio de Cesareia, Bispo de Cesareia. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria de Cristo. História eclesiástica. Coleção Patrística vol. 15. São Paulo: Paulus. 2014. 508p.
2. GIBBON, Edward. Trad. Paes, José Paulo. *Declínio e queda do império romano. Edição abreviada*. 6.ed. Cap. VII, VIII e IX. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.
3. SILVA, Gilvan Ventura; Mendes, Norma Musco (orgs.). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Cap. IX e XI. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES. 2006.
4. CORBIN, Alain (Org.); Lemaitre, Nicole; Thelamon, Françoise; Vincent, Catherine. Trad. Brandão, Eduardo. *História do cristianismo: para compreender melhor nosso tempo*. 1ª Parte, cap. III. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
5. BROWN, Peter. Trad. Nogueira, Eduardo. *A ascensão do cristianismo no ocidente*. 1.ed. 1ª Parte, Cap. 2. Lisboa: Editorial Presença. 1999.

6. LOT, Ferdinand. Trad. Godinho, Emanuel. *O fim do mundo antigo e o princípio da idade média*. Cap. III. Lisboa: Edições 70. 1991.

7. BLAINEY, Geoffrey. Trad. Capelo Traduções. *Uma breve história do cristianismo*. 1.ed. Cap. 5. São Paulo: Editora Fundamento Educacional. 2012.

8. ROPS, Daniel. Trad. Pinheiro, Eduardo. *História da igreja de Cristo. I. A igreja dos apóstolos e dos mártires*. 2.ed. Porto: Livraria Tavares Martins. 1960. 724p.

9. LOPES, Geraldo. *Patrística pré-nicena*. 1.ed. São Paulo: Paulinas. 2014. 279p.

10. DENIS, Léon. Trad. Cirne, Leopoldo. *Cristianismo e Espiritismo*. 17.ed. Cap. Prefácio. Rio de Janeiro: FEB. 2013.

11. Mensagem recebida pelo médium Divaldo Pereira Franco durante a 12ª Reunião do Conselho Espírita Internacional, em Cartagena de Índias, Colômbia, no dia 14 de outubro, após o encerramento do 5º Congresso Espírita Mundial.

12. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *A caminho da luz*. 38.ed. Cap. 16. Brasília: FEB. 2013.

5.4. O arianismo e outras polêmicas

O iniciador da Patrística Eusébio de Cesareia¹ apresenta várias polêmicas e “heresias” que foram surgindo nos primeiros trezentos anos do cristianismo, que inserimos nas abordagens em cada século. Em suas epístolas, Paulo de Tarso esclarecia e oferecia recomendações de precauções sobre várias delas que já surgiam nas primeiras décadas da difusão cristã.

O historiador Lopes³ comenta momentos prévios ao concílio de Niceia e considera que em todos os tempos, a heresia envolveu muito os pensadores da teologia. Contudo, não os amedrontou e como sentiam a responsabilidade sobre as comunidades cristãs e viam na heresia um grave perigo para a unidade eclesial, eram estimulados a pensar e agir.³

No início do quarto século, havia muitas polêmicas sobre interpretações do Evangelho e sobre a natureza e a divindade do Cristo. Entre as quais era muito difundido o docetismo, uma heresia relacionada com a natureza do Cristo e que tem uma forte ligação com o gnosticismo, o qual definia um forte dualismo espírito-matéria, ou seja, o espírito é “bom” e a matéria é essencialmente “má”. A palavra docetismo, deriva do termo grego *dokeo* (aparência), e se refere à teoria da aparência do corpo humano de Jesus, negando, assim, a sua verdadeira humanidade⁴; era entendida como uma heresia cristológica, segundo a qual Cristo ter-se-ia unido ao homem Jesus apenas “em aparência”⁴. Os docetas são gnósticos para quem Jesus não tem

corpo real, entendendo-se que a matéria é o princípio do mal e então Jesus não podia se encarnar; seu corpo, portanto, era aparente.¹

Essa interpretação era antiga e Cerinto (85 d.C.) foi um dos principais advogados dessa opinião acerca de Jesus, sendo uma heresia dos séculos II e III que negava que Jesus Cristo teria um corpo verdadeiro e afirmava que só em aparência nascera, vivera e sofrera.⁵

A Igreja já havia condenado Valentino, que iniciou um movimento gnóstico no século II, mas que frutificou no início do século IV. Valentino afirmava que “o Filho de Deus não recebeu nada da Virgem Maria, mas assumiu um corpo celeste que passou através do útero da Virgem assim como a água escorre através de um aqueduto”⁶. Em *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*, esclarece-se que:

“A Igreja crê, professa e prega que assumiu pela salvação do gênero humano do útero imaculado da Virgem Maria a verdadeira e íntegra natureza humana e a ligou a si na unidade da pessoa, com tal vínculo de unidade que tudo aquilo que aqui é de Deus não é separado do homem e aquilo que é do homem não é diviso da Divindade, e é um só ser indiviso permanecendo uma e outra natureza com as suas propriedades.”⁶

Na passagem do século III para o IV, surge o personagem Ário, também chamado Arrius (256–336), radicado em [Alexandria](#), enquadrado como herético pelo [cristianismo](#) histórico e ortodoxo. Foi iniciador do pensamento conhecido como [arianismo](#), considerado uma heresia que nega a divindade do Cristo. Propõe o afastamento do trinitarismo, que define

Deus como três pessoas consubstanciais: o Pai, o Filho (Jesus Cristo) e o Espírito Santo.

O historiador Blainey⁷ analisa o pensamento de Ário, afirmando que este colocava Cristo muito acima de qualquer ser humano que já tivesse pisado a face da Terra. Afirmava que Deus em sua majestade e perfeição estava acima do Cristo; Deus era eterno, Cristo não. Presumia que as pessoas compreendiam e amavam o Cristo com mais facilidade por vê-lo como ser humano. Relata que os adeptos da igreja oriental (ortodoxa) não aceitavam Ário.

Por outro lado, o escritor Rops, vinculado ao pensamento católico, admite que o arianismo, como todas as heresias partia de uma ideia justa, a da grandeza sublime e inefável de Deus. Mas a considera a mais terrível heresia que a Igreja teve de enfrentar no decorrer dos tempos; estaria atacando a própria divindade de Jesus Cristo. Não distingue a pessoa e a natureza; Jesus, o Cristo, o Filho, não é Deus como o Pai. Rops chega a advertir que “se Cristo não fosse Deus, todo o cristianismo se desmoronaria e se esvaziaria da sua substância.”⁸

Fato interessante e curioso é que à medida que liamos o livro de Rops, observávamos anotações manuscritas no próprio livro, registradas por espírita conhecida que foi proprietária do livro, discordando do autor: “Mas isto não é heresia, é a verdade! É admirável o raciocínio de Ário... Ário tinha razão!”

O estudioso da Bíblia e do Espiritismo Celestino², levando em consideração o contexto judaico da época, os textos bíblicos, suas traduções

e o conhecimento espírita, analisa sem paixão algumas polêmicas sobre a natureza do Cristo e sua família e se posicionando com base em obras de Allan Kardec.

Enquanto fervilhavam as polêmicas sobre as ditas heresias, no outono de 324, Constantino venceu definitivamente seu cunhado Licínio e se transformou também em imperador do Oriente, pois já o era do Ocidente. Ao entrar em Nicomédia (cidade da Ásia Menor), hoje conhecida como Izmit, na Turquia, e se portando mais como um mensageiro de Cristo do que propriamente como imperador, sentiu, com horror, que pesava sobre a Igreja uma grave ameaça de divisão. Meditou sobre o assunto e começou a se posicionar com os religiosos que se digladiavam.⁸

O imperador Constantino foi chamado por representantes cristãos para interferir e resolveu reunir todos os bispos em Niceia (hoje Iznik, na Turquia) no ano 325.

Num romance de fundo histórico e inspirado Wallace Leal V. Rodrigues⁹ – que sintetizamos em capítulo anterior (5.2) –, discorre sobre as polêmicas sobre o Jesus e Deus, entre Ário e Atanásio: “Ário insistia que só Deus era incriado e afirmava que Jesus tinha de ser uma criatura de Deus. [...] todos nós estávamos sobre a pedra da esquina!” E ainda faz interessante e oportuna colocação, referindo-se a um dos personagens do livro: “Um dia Prisco indagou: O que pretendem os adversários de Ario? Perguntou-me. Tentei explicar-lhe a questão da trindade e ele fez uma observação curiosa: Alexandre e Atanásio são de Alexandria, não é isto? Sim, eu respondi. A

religião dos egípcios possui uma trindade Osíris, Ísis e Hórus. Essa personificação pode ser muito inspiradora.”⁹

A propósito dessa trindade, da mitologia do antigo Egito, destacamos algumas observações de Herculano Pires, em estudo antropológico sobre o Espiritismo: “Vemos no Egito duas categorias de deuses, bem definidas: a dos deuses-cósmicos e a dos deuses-familiares. Na primeira, encontramos a tríade familiar constituída por Osíris, Ísis e Hórus, com toda a sua corte de divindades consanguíneas e de outras divindades. [...] Quando vemos todo esse processo de transformação realizar-se aos nossos olhos, através dos estudos históricos, compreendemos a maneira por que a família cósmica de Osíris, Ísis e Hórus, o deus-pai, a deusa-mãe e o deus-filho, foram elevados da terra ao céu. [...] Os deuses são reunidos em famílias, e a forma mais simples destas famílias é a tríade, constituída pelo pai, a mãe e o filho, como vimos no caso de Osíris. [...] Osíris, graças à ressurreição, mostrou-se capaz de superar os outros deuses egípcios, da mesma maneira por que, mais tarde, graças à ressurreição, o Cristianismo superaria as demais religiões orientais que invadiram o Império Romano.”¹⁰

Inicialmente, Ário contou com o apoio de Eusébio de Cesareia. Em consequência, o próprio Eusébio de Cesareia foi excomungado em fins de 324 por um sínodo de Antioquia (reunião de religiosos de uma diocese).¹

Mais à frente, em capítulo sobre o Concílio de Niceia (Cap. 5.5), comentamos que ocorreram novas cisões do pensamento cristão, pois houve a reabilitação de Ário e, inclusive, o historiador Baumgartner ao escrever sobre a Igreja no Ocidente registra que o imperador Constantino, no ano

328, mudou de opinião sob a pressão de alguns bispos e reabilitou os arianos, que tinham permanecido numerosos.¹¹

O codificador do Espiritismo, Allan Kardec, em estudo sobre a ressurreição, as aparições de Jesus e o desaparecimento de seu corpo, faz considerações contrárias ao docetismo:

“A que se reduziu o corpo carnal? Este é um problema cuja solução não se pode deduzir, até nova ordem, exceto por hipóteses, pela falta de elementos suficientes para firmar uma convicção. Essa solução, aliás, é de uma importância secundária e não acrescentaria nada aos méritos do Cristo, nem aos fatos que atestam, de uma maneira bem peremptória, sua superioridade e sua missão divina. Não pode, pois, haver mais que opiniões pessoais sobre a forma como esse desaparecimento se realizou, opiniões que só teriam valor se fossem sancionadas por uma lógica rigorosa, e pelo ensino geral dos espíritos; ora, até o presente, nenhuma das que foram formuladas recebeu a sanção desse duplo controle. Se os espíritos ainda não resolveram a questão pela unanimidade dos seus ensinamentos, é porque certamente ainda não chegou o momento de fazê-lo, ou porque ainda faltam conhecimentos com a ajuda dos quais se poderá resolvê-la pessoalmente. Entretanto, se a hipótese de um roubo clandestino for afastada, poder-se-ia encontrar, por analogia, uma explicação provável na teoria do duplo fenômeno dos transportes e da invisibilidade. (O Livro dos Médiuns, caps. IV e V.). Essa ideia sobre a natureza do corpo de Jesus não é nova. No século IV, Apolinário de Laodiceia, chefe da seita dos apolinaristas, afirmava que Jesus não havia tomado um corpo como o nosso, mas um

corpo impassível, que descera do céu no seio da Santa Virgem, e não nascera dela; que, assim, Jesus não havia nascido, não sofrera e não morrera senão em aparência. Os apolinaristas foram excomungados no Concílio de Alexandria, em 360 d.C., no de Roma, em 374 d.C., e no de Constantinopla, em 381 d.C.”¹²

Allan Kardec opina que “Jesus, portanto, se mostrou com o seu corpo perispírico”¹², e desde sua obra inaugural *O Livro dos Espíritos*, Kardec conceitua perispírito como o laço que une o espírito ao corpo.

Referências:

1. Eusébio de Cesareia, Bispo de Cesareia. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria de Cristo. História eclesiástica. Coleção Patrística vol. 15. São Paulo: Paulus. 2014. 508p.
2. SILVA, Severino Celestino. *O Evangelho e o cristianismo primitivo*. 6 ed. João Pessoa: Ideia. 2013. 293p.
3. LOPES, Geraldo. *Patrística pré-nicena*. 1.ed. São Paulo: Paulinas. 2014. 279p.
4. FORTE, Salvatore. *Paulo, mestre e modelo de vida cristã. Influência de Paulo no Adversus Haereses de Ireneu de Lião*. Dissertação Mestrado. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 2015. 118p. Página eletrônica:
<http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/18979/1/Salvatore%20Forte.pdf>; acesso em 17/01/2017.
5. CHAMPLIN, Russel Norman. *O Novo Testamento Interpretado: versículo por versículo*. Vol. 1. São Paulo: Hagnos, 2014.
6. Bula “Cantate Domino”, sobre a união com os coptas e os etíopes, 4 fev.1442. In: Denziger, Heinrich. Trad. Luz, José Marino e Konings, Johan. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. 1.ed. São Paulo: Paulinas e Loyola. 2007. p. 368-369.
7. BLAINEY, Geoffrey. Trad. Capelo Traduções. *Uma breve história do cristianismo*. 1.ed. Cap. 6. São Paulo: Editora Fundamento Educacional. 2012.

8. ROPS, Daniel. Trad. Pinheiro, Eduardo. *História da igreja de Cristo. I. A igreja dos apóstolos e dos mártires*. 2.ed. Porto: Livraria Tavares Martins. 1960. 724p.

9. RODRIGUES, Wallace Leal Valentim. *A esquina de pedra*. 9.ed. Cap. 25. Matão: Ed. O Clarim. 2003.

10. PIRES, José Herculano. *O espírito e o tempo*. 1ª parte, Cap.II. São Paulo: Ed. Pensamento. 1964.

11. BAUMGARTNER, Mireille. Trad. Morão, Artur. *A igreja no ocidente. Das origens às reformas no século XVI*. Cap. VII. Lisboa: Edições 70. 2015.

12. KARDEC, Allan. Trad. Sêco, Albertina Escudeiro. *A Gênese*. 3.ed. Cap. XV. Itens 67 e 68. Tradução da 4ª edição francesa, de 1868. Rio de Janeiro: Ed. CELD. 2010.

5.5. Concílio de Niceia

Como desdobramento das decisões do imperador Constantino favoráveis aos cristãos, rapidamente ele passou a ser procurado inclusive por bispos para participar de negociações e se posicionar ante as querelas internas da igreja.

Eusébio de Cesareia, encerra seus registros um ano antes do Concílio, não fazendo registros sobre o mesmo.¹

O historiador Blainey² comenta as diferentes posições de lideranças cristãs das regiões principais do Império Romano. Inclusive relata que os adeptos da igreja oriental (ortodoxa) não aceitavam o pensamento de Ário, contrário ao trinitarismo, e o imperador Constantino resolveu interferir e convocou um concílio para ser realizado em região próxima, na cidade de Niceia, região da Bitínia (atualmente Turquia). Coincidentemente a mãe dele – Helena – nasceu na Bitínia.

Foi o próprio Imperador quem fez as convocações³. Convidou pessoalmente cada um dos bispos. Entre bispos, diáconos e acólitos parece ter comparecido 318 pessoas. A sessão de abertura foi no dia 20 de maio de 325 no palácio imperial de Niceia, onde Constantino presidiu a sessão inaugural e este se reservava o direito de intervir diretamente nos trabalhos da assembleia. Até sua conclusão, provavelmente por volta do dia 25 de julho, o Imperador se manteve como papel destacado da assembleia. Foi

encerrado oficialmente com as celebrações pelos vinte anos do reinado de Constantino.^{4,5}

No Concílio houve maioria de bispos da região oriental do Império e dos 250 bispos presentes, apenas cinco vinham do Império Ocidental. Ário foi derrotado, caiu em desgraça, sendo obrigado a partir para o exílio na Ásia Menor. Mesmo assim, persistiram discretos seguidores de Ário.²

Os consubstancialistas, que defendem as três personas, o trinitarismo (vide cap. 5.4), que pelo seu triunfo mereceram e obtiveram o título de católicos (na acepção etimológica, quer dizer “universal”), exultavam na simplicidade e firmeza do seu próprio credo e insultavam as repetidas variações de seus adversários, destituídos de qualquer norma certa de fé.⁶

O símbolo de Niceia, texto adotado pelo concílio para fixar o dogma católico perante Ário e seus seguidores: “Nós cremos em um só Deus, [...] E em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho de Deus, engendrado monógeno do Pai [...] E creio no Espírito Santo”.⁴

A proposta de Constantino visava conseguir a pacificação geral e a nova organização da Igreja, que já se tornara importante instituição de apoio ao Império Romano. Assim, o concílio, além de pôr fim ao conflito ariano, devia também equacionar outros motivos de crise que perturbavam a paz eclesial. São 20 cânones de Niceia considerados como autênticos. Nenhuma outra assembleia eclesial anterior a essa teve a autoridade e a representatividade de Niceia. Constantino conferiu aos decretos do concílio validade de leis do Estado.⁵

Foi uma época de intensa elaboração doutrinal, assinalada principalmente pelas controvérsias trinitárias, conforme anota Corbin⁷, já comentadas no capítulo anterior (5.4).

Eusébio de Cesareia foi reabilitado no concílio de Niceia, mantendo-se equidistante de Ário e do radical contrário Atanásio. Após o concílio de Niceia, Eusébio de Cesareia voltou a estar ao lado de Ário e depôs seguidores da “consustancialidade”.

A mãe de Constantino, Helena, e a irmã dele, viúva de Licínio, tinham simpatias pelas ideias de Ário. O então herege Ário foi anistiado e Constantino exilou Atanásio. Parece que os arianos triunfaram.⁴

O historiador Blainey relata que o bispo que batizou o imperador Constantino no leito de morte, no ano 337, revelou-se simpatizante de Ário. Daí alguns anos, após a morte de Constantino, o novo imperador, filho de Constantino, fez a mesma revelação.²

A partir do ano 325, o cristianismo surge como religião de Estado e, aos poucos, inicia trajetória com a sua inevitável companheira, a intolerância.²

Os historiadores Silva & Mendes³ apontam que a associação Igreja/Estado, que se afirma de maneira irreversível a partir de Constantino, conduz à interferência direta do poder imperial nas disputas entre as comunidades cristãs, fossem tais disputas oriundas de um desacordo doutrinário ou disciplinar. Os citados estudiosos da história do cristianismo admitem que a cristianização do Império Romano foi um processo que envolveu não apenas o aumento extraordinário dos privilégios concedidos pelos soberanos à Igreja, mas também a repressão, inicialmente branda para

se tornar mais vigorosa em fins do século IV, dos pagãos, contra os quais os cristãos haviam desenvolvido, há séculos, uma retórica de depreciação que, a partir de 312, se materializa num repertório de ações políticas visando a erodir os cultos ancestrais romanos.²

Na sequência, Meslin⁸ comenta que o cristianismo passa a ser considerado única religião verdadeira, como o único laço entre o homem e Deus. A tradição romana decorrente da definição da palavra *religio*, foi substituído pelo verbo *religare*. A religião deixa de ser o exercício escrupuloso de práticas tradicionais, mas um laço pessoal que liga o homem a seu criador. Surge o caráter de exclusivismo do cristianismo triunfante, bem como sua vocação universalista.

Corbin⁷ registra que desde o reinado de Constâncio II, filho de Constantino, abre-se o conflito entre os bispos que defendem as normas estabelecidas pelo Concílio de Niceia contra definições de concílios posteriores que o imperador impõe; eles são expulsos de sua fé e mandados para o exílio. Começam a surgir polêmicas chamando o imperador de “anticristo” e afirmações de que “o imperador está na Igreja e não acima da Igreja”.

O escritor espírita Léon Denis comenta que:

“[...] a concepção trinitária, tão obscura e tão incompreensível, oferecia, entretanto, grande vantagem às pretensões da Igreja. Permitia-lhe fazer de Jesus-Cristo um Deus. Conferia ao poderoso Espírito, a que ela chama seu fundador, um prestígio, uma autoridade, cujo esplendor sobre ela recaía e assegurava o seu poder. Nisso está o segredo da sua adoção pelo concílio de

Niceia. As discussões e perturbações que suscitou essa questão agitaram os espíritos durante três séculos e só vieram a cessar com a proscrição dos bispos arianos, ordenados pelo imperador Constâncio, e o banimento do papa Libero que recusava sancionar a decisão do Concílio.”⁹

Consideramos interessantes os comentários do autor espiritual Emmanuel a propósito da “trindade” e outros desdobramentos daquele momento do cristianismo:

“[...] a Teologia, que se organizavam sobre os antigos princípios do politeísmo romano, necessitava apresentar um complexo de enunciados religiosos, de modo a confundir os espíritos mais simples, mesmo porque sabemos que se a Igreja foi, a princípio, depositária das tradições cristãs, não tardou muito que o sacerdócio eliminasse as mais belas expressões do profetismo, inumando o Evangelho sob um acervo de convenções religiosas e roubando às revelações primitivas a sua feição de simplicidade e de amor.

Para esse desiderato, as forças que vinham disputar o domínio do Estado, em face da invasão dos povos considerados bárbaros, se apressaram, no poder, em transformar os ensinamentos de Jesus em instrumento da política administrativa, adulterando os princípios evangélicos nos seus textos primitivos e assimilando velhas doutrinas como as da Índia legendária, e organizando novidades teológicas, com as quais o Catolicismo se reduziu a uma força respeitável, mas puramente humana, distante do Reino de Jesus, que, na afirmação do Mestre, simples e profunda, não tem ainda fundamentos divinos na face da Terra.”¹⁰

Na obra *A caminho da luz*, psicografada por Francisco Cândido Xavier, há considerações pertinentes sobre os fatos em foco:

“Constantino, no seu caminho de realizações, consegue levar a efeito a nova organização administrativa do Império, começada no governo de Diocleciano, dividindo-o em quatro Prefeituras, que foram as do Oriente, da Ilíria, da Itália e das Gálias, que, por sua vez, eram divididas em dioceses dirigidas respectivamente por prefeitos e vigários. Com a influência do vencedor da ponte Mílvius, efetua-se o Concílio Ecumênico de Niceia para combater o cisma de Ário, padre de Alexandria, que negara a divindade do Cristo. Os primeiros dogmas católicos saem, com força de lei, desse parlamento eclesiástico de 325. Findo o reinado de Constantino, aparecem os seus filhos, que lhe não seguem as tradições. Em seguida, Juliano, sobrinho do imperador, eleva-se ao poder tentando restaurar os deuses antigos, em detrimento da doutrina cristã, embora compreendesse a ineficácia do seu tentâmen. Mas, por volta do ano 381, surge a figura de Teodósio, que declara o Cristianismo religião oficial do Estado, decretando, simultaneamente, a extinção dos derradeiros traços do politeísmo romano. É então que todos os povos reconhecem a grande força moral da doutrina do Crucificado, pelo advento do qual milhares de homens haviam dado a própria vida no campo do martírio e do sacrifício, vendo-se o imperador, em 390, ajoelhar-se humildemente aos pés de Ambrósio, bispo de Milão, a penitenciar-se das crueldades com que reprimira a revolta dos tessalonicenses.”¹¹

Fica claro que com o Concílio de Niceia, inicia-se claramente a nova etapa, de institucionalização da Igreja Católica Apostólica Romana.

Referências:

1. Eusébio de Cesareia, Bispo de Cesareia. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria de Cristo. História eclesiástica. Coleção Patrística vol. 15. São Paulo: Paulus. 2014. 508p.
2. BLAINEY, Geoffrey. Trad. Capelo Traduções. *Uma breve história do cristianismo*. 1.ed. Cap. 6. São Paulo: Editora Fundamento Educacional. 2012.
3. SILVA, Gilvan Ventura; Mendes, Norma Musco (orgs.). *Repensando o império romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Cap. XI. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória: EDUFES. 2006.
4. ROPS, Daniel. Trad. Pinheiro, Eduardo. *História da igreja de Cristo. I. A igreja dos apóstolos e dos mártires*. 2.ed. Porto: Livraria Tavares Martins. 1960. 724p.
5. ALBERIGO, Giuseppe (Org.). Trad. Almeida, José Maria. *História dos concílios ecumênicos*. Cap. 1 e 2. São Paulo: Paulus. 1995.
6. GIBBON, Edward. Trad. Paes, José Paulo. *Declínio e queda do império romano. Edição abreviada*. 6.ed. Cap. X. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.
7. CORBIN, Alain (Org.); Lemaitre, Nicole; Thelamon, Françoise; Vincent, Catherine. Trad. Brandão, Eduardo. *História do cristianismo: para compreender melhor nosso tempo*. 1a Parte, cap. III. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2009.
8. MESLIN, Michel. Trad. Reis, Orlando. *A experiência humana do divino*. Parte I. Cap. I. Petrópolis: Vozes. 1992
9. DENIS, Léon. Trad. Cirne, Leopoldo. *Cristianismo e Espiritismo*. 17.ed. Cap. Alteração do cristianismo. Os dogmas. Rio de Janeiro: FEB. 2013.
10. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo Espírito Emmanuel. *O consolador*. 29.ed. Questão 264. Brasília: FEB. 2013.

11. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *A caminho da luz*. 38.ed. Cap. 16.
Brasília: FEB. 2013.

6. Análise final

6.1. Expansão e desvios do cristianismo

No desenrolar do capítulo anterior (4.1) fica claro que o desenvolvimento do cristianismo ocorreu mais acentuadamente em função das lideranças cristãs do chamado Mediterrâneo Sul, dos textos e estudos teológicos no Norte da África e da proliferação de grupos na Ásia Menor (atual Turquia). Nos primeiros séculos do cristianismo, os principais pensadores e intelectuais estavam vinculados a grupos destas regiões. Chegou ao ponto de existir uma certa disputa política entre o bispo de Roma e o bispo de Constantinopla.

Simultaneamente à grande expansão do cristianismo no final do século III e durante o século IV, ocorriam polêmicas decisões no seio do movimento cristão que davam início a alterações nos rumos da proposta idealística iniciada pelo Cristo e seus discípulos.

Ao analisar a expansão do cristianismo nos séculos iniciais cabem ponderações como as colocadas pelo sociólogo Rodney Stark:

“De que forma um minúsculo e obscuro movimento messiânico da periferia do Império Romano desbancou o paganismo clássico e tornou-se a religião dominante da civilização ocidental?”¹

O pensamento cristão se espalhou em faixas sociais típicas de pessoas que têm potencial de multiplicadores e o mesmo sociólogo citado admite:

“[...] desenvolveu-se entre os historiadores do Novo Testamento um consenso de que o cristianismo baseava-se na classe média e na classe alta.

Estudiosos identificam os primeiros cristãos como oriundos de círculos urbanos de artesãos e mercadores bem estabelecidos e membros de profissões liberais.”¹

Raciocínio similar foi desenvolvido por conhecido historiador Peter Brown:

“O que se sabe de certeza é que não há qualquer justificação para o mito romântico que se desenvolveu mais tarde, segundo o qual os cristãos eram uma minoria perpetuamente perseguida, literalmente obrigada à clandestinidade pela severidade da repressão. E também não há qualquer fundamento para esse outro mito, mais moderno, que apresenta o avanço do Cristianismo como o desenvolvimento de uma religião dos menos favorecidos.”²

O historiador Gibbon³ fez um exame franco do avanço e estabelecimento do cristianismo como parte da história do império romano, destacando que “enquanto este era invadido pela violência e minado pela lenta decadência, uma religião pura e humilde se foi brandamente insinuando na mente dos homens, crescendo no silêncio e na obscuridade; da oposição, tirou ela novo vigor para finalmente erguer a bandeira triunfante da Cruz por sobre as ruínas do Capitólio.”

Em estudo sobre “a experiência humana do divino” o pesquisador Meslin considera:

“Só quando o cristianismo se expandiu amplamente em todas as camadas sociais do mundo romano, quando lhe assimilou a cultura e encontrou uma situação privilegiada no Estado a partir de Constantino, é

que ele se definiu, não como uma *religio* entre outras, mas como a única religião verdadeira.”⁴

Avançando a momentos posteriores ao Concílio de Niceia, mas ainda no século IV, em obra sobre Roma antiga, Martin desenvolve um pensamento que sintetiza aspectos da religião no Império romano:

“O cristianismo substituiu oficialmente o politeísmo tradicional como religião estatal em 391, quando o imperador Teodósio (governou de 379 a 395) obteve sucesso onde seus predecessores fracassaram: proibiu por lei os sacrifícios animais, mesmo que indivíduos privados pagassem por eles.”⁵

A realidade é que a Igreja conseguiu sair vitoriosa dessa longa e variada crise do século IV. E Rops⁶ indaga: “Seria o apoio do poder? A ação decisiva de Constantino? As verdadeiras razões da vitória são mais profundas e, se bem a observarmos, descobriremos melhor os caracteres fundamentais dessa grande instituição nascida de Jesus.” Para este historiador vinculado ao catolicismo, as dificuldades não seriam sinais de enfraquecimento, mas entenderia como uma crise de crescimento.

Por outro lado, foram surgindo deturpações na orientação do movimento cristão, a ponto de Gibbon afirmar:

“Os governantes eclesiásticos dos cristãos eram ensinados a unir a sabedoria da serpente à inocência da pomba; porém, assim como aquela se refinou, esta foi sendo aos poucos corrompida pelos hábitos do mando.”³

A força da mensagem-proposta do Cristo, expressa nos Evangelhos, representa um potencial de transformação substancial para o homem e para a sociedade em geral. Extrapolando os registros dos textos destacamos que

o fortalecimento do cristianismo é devido: aos fenômenos espirituais logo após a crucificação de Jesus e se destacam as seguidas aparições do Cristo e os episódios de Pentecostes; os exemplos de dedicação ao próximo, consolidados pelos seus apóstolos e seguidores em geral; e, na fase de difusão do cristianismo, sem dúvida, a forma como os primitivos cristãos reagiram nos momentos críticos das perseguições e dos martírios. Os exemplos práticos das ações cristãs nos séculos iniciais e a história de vida dos primeiros apóstolos e seguidores representaram um marco, um autêntico “divisor de águas” em nosso processo civilizatório.

Na literatura espírita há comentários eloquentes, como a mensagem de natureza espiritual na obra *O Evangelho Segundo o Espiritismo*:

“No Cristianismo encontram-se todas as verdades; são de origem humana os erros que nele se enraizaram. Eis que do além-túmulo, que julgáveis o nada, vozes vos clamam: “Irmãos! nada perece. Jesus Cristo é o vencedor do mal, sede os vencedores da impiedade.”⁷

Líder espírita francês, praticamente um continuador da ação de Allan Kardec, Léon Denis faz uma apreciação oportuna e relacionada com mudanças introduzidas nas práticas cristãs:

“Depois de ter, durante três séculos, reconhecido no dom de profecia, ou de mediunidade acessível a todos, conforme a promessa dos apóstolos, um soberano meio de elucidar os problemas religiosos e fortificar a fé, a Igreja chegou a declarar que tudo o que provinha dessa fonte não era mais que pura ilusão ou obra do demônio.”⁸

As alterações no desenvolvimento do cristianismo, a partir de decisões do Concílio de Niceia e de outros que se seguiram, são analisadas em obra psicográfica de Francisco Cândido Xavier – *A caminho da luz* – que focaliza a trajetória da Civilização:

“[...] Os primeiros dogmas católicos saem, com força de lei, desse parlamento eclesiástico de 325. [...] O Cristianismo, porém, já não aparecia com aquela mesma humildade de outros tempos. Suas cruzes e cálices deixavam entrever a cooperação do ouro e das pedrarias, mal lembrando a madeira tosca, da época gloriosa das virtudes apostólicas. Seus concílios, como os de Niceia, Constantinopla, Éfeso e Calcedônia, não eram assembleias que imitassem as reuniões plácidas e humildes da Galileia. A união com o Estado era motivo para grandes espetáculos de riqueza e vaidade orgulhosa, em contraposição com os ensinamentos d’Aquele que não possuía uma pedra para repousar a cabeça dolorida.”⁹

Em outra obra, intitulada *Emmanuel*, psicografada por Francisco Cândido Xavier há comentários relacionados com fatos imediatos ao Concílio de Niceia:

“A história da Igreja cristã nos primitivos séculos está cheia de heroísmos santificantes e de redentoras abnegações. Nas dez principais perseguições aos cristãos, de Nero a Diocleciano, vemos, pelo testemunho da História, gestos de beleza moral, dignos de monumentos imperecíveis. [...] Nos primitivos movimentos de propaganda da nova fé, não possuíam nenhuma supremacia os bispos romanos entre os seus companheiros de episcopado e a Igreja era pura e simples, como nos tempos que se seguiram

ao regresso do seu divino fundador às regiões da Luz. As primeiras reformas surgiram no quarto século da vossa era, quando Basílio de Cesareia e Gregório Nazianzeno instituíram o culto aos santos. Os bispos romanos sempre desejaram exercer injustificável primazia entre os seus coirmãos; todavia, semelhantes pretensões foram sempre profligadas, destacando-se entre os vultos que as combateram a venerável figura de Agostinho, que se tornara adepto fervoroso do Crucificado à força de ouvir as prédicas de Ambrósio, bispo de Milão, a cujos pés se prosternou Teodósio, o Grande, penitenciando-se das crueldades perpetradas ao reprimir a revolta dos tessalonicenses. Desde o primeiro concílio ecumênico de Niceia, convocado para condenação do cisma de Ário, continuaram as reuniões desses parlamentos eclesiásticos, onde eram debatidos todos os problemas que interessavam ao movimento cristão. Datam dessas famosas reuniões as inovações desfiguradoras da beleza simples do Evangelho; ainda aí, contudo, nesses primeiros séculos que sucederam à implantação da doutrina de Jesus, destinada a exercer tão acentuada influência na legislação de todos os povos, não se conhecia, em absoluto, a hegemonia da Igreja de Roma entre as outras congêneres.”¹⁰

Por ocasião de uma reunião do Conselho Espírita Internacional, realizada em Cartagena de Índias (Colômbia), em 2007, com a presença de representantes espíritas de vários países, ocorreu uma manifestação espiritual, conhecida como psicofonia, pela mediunidade de Divaldo Pereira Franco. Na oportunidade, a mensagem espiritual fazia referência aos

momentos do chamado Edito de Milão e ao papel de Constantino. Eis um trecho:

“Lentamente, a doutrina dos perseguidos converteu-se na polícia ingrata dos perseguidores. Os velhos santuários dedicados aos deuses aformosearam-se para converter-se em catedrais, em homenagem Àquele que não tinha uma pedra para reclinar a cabeça, embora as aves dos céus tivessem seus ninhos e as feras os seus covis. A seguir, a doutrina de amor uniu-se ao temporário poder da arbitrária política terrestre, sentando-se no trono dos governantes insensatos e perversos... Logo surgiram as dissensões, asfixiadas a ferro e fogo, consideradas heresias que deveriam ser caladas a qualquer preço, culminando na heresia condenada por Justiniano, no segundo Concílio Ecumênico de Constantinopla, em 553, tornando as doutrinas de Orígenes como sendo de natureza herética, assim, amordaçando na sua loucura a mensagem dos renascimentos, que demonstra a divina justiça.”¹¹

Referências:

1. STARK, Rodney. Trad. Santos, Jonas Pereira. *O crescimento do cristianismo: um sociólogo reconsidera a história*. 1.ed. Cap. 1. São Paulo: Paulinas. 2006.
2. BROWN, Peter. Trad. Nogueira, Eduardo. *A ascensão do cristianismo no ocidente*. 1.ed. 1ª Parte, Cap. 2. Lisboa: Editorial Presença. 1999.
3. GIBBON, Edward. Trad. Paes, José Paulo. *Declínio e queda do império romano. Edição abreviada*. 6.ed. Cap. VIII. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.
4. MESLIN, Michel. Trad. Reis, Orlando. *A experiência humana do divino*. Parte I. Cap. I. Petrópolis: Vozes, 1992.

5. MARTIN, Thomas R. Trad. Abreu, Iuri. *Roma antiga. De Rômulo a Justiniano*. Cap. 9. Porto Alegre: L&PM, 2014.
6. ROPS, Daniel. Trad. Pinheiro, Eduardo. *História da igreja de Cristo. I. A igreja dos apóstolos e dos mártires*. 2.ed. Porto: Livraria Tavares Martins. 1960. 724p.
7. KARDEC, Allan. Trad. Ribeiro, Guillon. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. 131.ed. Cap. VI, item 5. Brasília: FEB. 2013.
8. DENIS, Léon. Trad. Cirne, Leopoldo. *Cristianismo e Espiritismo*. 17.ed. Cap. Alteração do cristianismo. Os dogmas. Rio de Janeiro: FEB. 2013.
9. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *A caminho da luz*. 38.ed. Cap. XVI. Brasília: FEB. 2013.
10. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *Emmanuel*. 28.ed. Cap. 3.2 e 3.3. Brasília: FEB. 2013.
11. Mensagem recebida pelo médium Divaldo Pereira Franco durante a 12ª Reunião do Conselho Espírita Internacional, em Cartagena de Índias, Colômbia, no dia 14 de outubro, após o encerramento do 5º Congresso Espírita Mundial.

6.2. O papel do Império Romano e a sigla S.P.Q.R.

Há tempos, elaboramos um artigo sobre o papel do Império romano e a ressignificação da sigla S.P.Q.R.¹

Em capítulos anteriores citamos diversos historiadores para facilitar a compreensão do contexto do Império Romano nos momentos em que se iniciava a trajetória do cristianismo. Afinal de contas, Cristo nasceu numa província do Império e seus seguidores, nos primeiros séculos, atuaram sempre no território abrangido pelo domínio romano.

Agora, parece-nos oportuna a ênfase numa visão espiritual do Império Romano e de suas relações com o cristianismo.

A etapa de nossa civilização relacionando Roma e a época do início do Cristianismo é comentada pelo espírito Emmanuel, como marcante período de nossa Civilização:

“[...] os pródromos do Direito romano e a organização da família assinalavam o período da maioridade terrestre.”²

O mesmo autor explicitou claramente que começava a era definitiva da maioridade espiritual da humanidade terrestre, de vez que Jesus, com a sua exemplificação divina, entregaria o código da fraternidade e do amor a todos os corações.³

Na realidade, numa ótica de planejamento espiritual, esperava-se a contribuição de Roma para um avanço do ideal de união política e

continental por meio da educação e da concórdia.

Após momento tão significativo, Roma entra em decadência e o mesmo autor espiritual reflexiona:

“Lembramo-nos de Roma no seu áureo período de trabalho, enche-se-nos o olhar de lágrimas amargas... Que gênio maldito imiscuiu-se nessa organização sublimada em seus mais íntimos fundamentos, devorando-lhe as esperanças nobres, corrompendo-lhe os sentimentos, relaxando-lhe as energias?”²

E esclarece Emmanuel:

“Os abusos de poder e de liberdade dos seus habitantes fizeram do ninho do amor e do trabalho um amontoado de ruínas...”²

Roma, sobretudo depois da criação da república romana em épocas antes do Cristo, era simbolizada pela sigla “S.P.Q.R”. Trata-se de um acrônimo para a frase latina *Senatus Populusque Romanus* (“O Senado e o Povo Romano”), que era inscrita nos estandartes das legiões romanas e depois se tornou o nome oficial do Império. Permanece, ainda hoje, presente no brasão da cidade de Roma.

Como proposta original, e nos momentos prévios à Era Cristã, a frase, “O Senado e o Povo Romano”, representava no contexto da época o ideal de democracia e de república que alimentava o desejo de centralizar as decisões na esfera do senado romano. Era uma síntese das grandes virtudes alcançadas por Roma. Com o gradual enfraquecimento do Senado e a concentração de poderes na pessoa dos imperadores, a sigla perdeu a identidade com a proposta original e passou a representar única e tão

somente o poderio e as conquistas militares do império romano. Por outro lado, pode-se imaginar o medo, a opressão e o desrespeito que a sigla impôs a muitos povos...

Acerca da questão, o espírito Emmanuel tece oportunas e profundas considerações sobre a visão espiritual a respeito do Império Romano na série de romances históricos cujos enredos se desenvolvem ao tempo dos três primeiros séculos do Cristianismo^{3,4}. Deixa claro que o objetivo dos romances citados é o estímulo aos estudos e reflexões, inclusive, para as cabíveis analogias com os primeiros tempos, que ainda vivemos, da apenas sesquicentenária Doutrina Espírita.⁵

Na época de transição que atravessamos – albores da Nova Era –, herdeiros do poderoso recurso de análise e de esclarecimento oferecido pela Doutrina Espírita, contamos com condições excepcionais para a compreensão do Evangelho, de dois mil anos atrás, e com os compromissos relacionados ao “[...] Consolador, o Santo Espírito, que o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas e vos fará lembrar de tudo quanto vos tenho dito.”⁶

A presente transição, dos séculos XX e XXI, em que a mensagem espírita tem grande significado, é comentada por Emmanuel:

“Aproxima-se o momento em que se efetuará a aferição de todos os valores terrestres para o ressurgimento das energias criadas de um mundo novo...”²

Vêm-nos à tona os esclarecimentos sobre os planejamentos de ordem superior e, de repente, surge-nos a ideia de que, como Espíritos encarnados,

muitos que viveram, usufruindo ou sendo vítimas do Império Romano, podem estar ainda mantendo algumas tendências ou consequências, nem sempre muito felizes, de tempos distantes. Este panorama fica evidenciado pelo fascínio suscitado pela literatura, peças teatrais e filmes sobre o tema.

A Espiritualidade espera que a Doutrina Espírita seja arauto de clarinadas que expressem esperança, consolo, paz e luz para o mundo conturbado em que vivemos. Assim, até a antiga sigla romana poderia ser ressignificada para o novo contexto, expressando um autêntico lema para os compromissos da atual etapa reencarnatória com vistas ao atendimento de responsabilidades que não foram valorizadas na fase de disseminação da mensagem cristã.

Com base nas propostas da Doutrina Espírita e no contexto de transição para uma Nova Era, é momento de facilitar a expansão de hostes vinculadas aos nobres ideais do “Consolador Prometido” pelo Cristo.⁶

A propósito, podemos reanalisar a antiga sigla romana, numa ótica espiritual e quiçá se dirigindo aos conquistadores e líderes do passado, provavelmente em novos trajes e oportunidades reencarnatórias, e, até mantendo a ideia de sua proposta original – fundamentada nas virtudes do respeito ao povo –, mas, agora, canalizada para a união fraterna dos povos, e resumir com verbos que expressam propostas de ação para um novo significado da velha sigla “S.P.Q.R.”: Sentir, Pensar, Querer, Renovar!

Para deixar claro: o “sentir”, com base na assertiva do espírito William James: “sentir em bases de equilíbrio”⁷, o “pensar”, considerando a recomendação deste mesmo autor espiritual: “pensar com elevação”⁷;

“querer” como uma autêntica potência da alma, conforme Léon Denis assinala: “É pela vontade que dirigimos nossos pensamentos para um alvo determinado. [...] A vontade é a maior de todas as potências; é, em sua ação, comparável ao imã”⁸, direcionado à vontade firme e determinada para o bem; “renovar”, considerando que o grande objetivo das existências atuais é buscar a renovação mental e espiritual, coerente com a mensagem do Evangelho de Jesus.

Emmanuel alerta claramente:

“[...] observa o teu próprio caminho. Sentindo, pensas. Pensando, realizas. E tudo aquilo que constitui tuas obras, através das intenções, das palavras e dos atos, representará influência em tua alma, auxiliando-te a libertação para a glória da luz ou agravando-te o cativeiro para o sofrimento nas sombras. Vigia, pois, o teu mundo íntimo e faze o bem que puderes, ainda hoje, porquanto, segundo a sábia conceituação do Apóstolo Paulo, ‘Ninguém vive para si’.”⁹

O novo compromisso com o mundo foi delineado pelo mesmo autor espiritual:

“Roma teve oportunidade de realizar seus propósitos e desígnios políticos [...] comprometendo para sempre o futuro do homem espiritual, que somente agora conhecerá um reajustamento nas amarguras transições do século que passa.”²

Passados dois mil anos após Augusto, muitos impérios políticos e até religiosos, de certa forma, reviveram aspectos negativos do império

romano. Apesar de várias deturpações, a mensagem de Cristo sobreviveu e em nossos dias há o esforço do “Consolador Prometido” pelo Mestre.

Com tal objetivo, realizando-se a releitura e o revigoramento de propósitos, com base na mensagem da Boa Nova:

“[...] compete a nós outros, partidários do Mestre, a posição de trabalhadores sinceros, chamados a servir e cooperar na obra paciente e longa, mas definitiva e eterna, daquele a quem o Pai ‘*constituiu herdeiro de tudo, por quem fez também o mundo.*’”⁹

Referências:

1. CARVALHO, Antonio Cesar Perri. Resignificação de sigla romana para a atualidade. *Reformador*. Ano 128. N. 2.180. Novembro de 2010. p. 444-446.
2. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *A caminho da luz*. 38.ed. Cap. 11, 12, 15. Brasília: FEB. 2013.
3. CARVALHO, Flávio Rey. Os romances de Emmanuel e o nosso tempo. *Reformador*, Ano 128. N. 2. Agosto de 2010. p. 312-314.
4. CARVALHO, Antonio Cesar Perri. Homenagem de Emmanuel à Codificação. *Reformador*. Ano 125. N. 2.137. Abril de 2007. p. 157-158.
5. CARVALHO, Antonio Cesar Perri. Emmanuel e o Império Romano. *Revista Internacional de Espiritismo*. Ano 82. N.5. Junho de 2007. p. 257-259.
6. João, In: Kardec, Allan. Trad. Ribeiro, Guillon. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. 131.e. Cap. VI, item 3. Brasília: FEB. 2013.
7. XAVIER, Francisco Cândido; Vieira, Waldo. Por diversos espíritos. *Entre irmãos de outras terras*. 8.ed. 2. reimp. Cap. 5. Rio de Janeiro: FEB. 2009.
8. DENIS, Léon. [Trad. desconhecido]. *O problema do ser, do destino e da dor*. 2. reimp. Cap. 20. Rio de Janeiro: FEB. 2009.

9. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *Fonte Viva*. Ed.esp. 2.reimp. Cap. 148, 154. Rio de Janeiro: FEB. 2010.

6.3. Analogia dos momentos de Niceia com o movimento espírita

Com base em nossa vivência e observações sobre o movimento espírita entendemos que é chegado o momento para se realizar estudos e profundas reflexões sobre o mesmo: o que pretendemos? Para onde vamos?¹

Ponderamos sobre algumas situações identificáveis em instituições espíritas de nossa época:

– Valores como os da simplicidade, fraternidade e solidariedade legítimos andam pouco valorizados. Nos Centros Espíritas, como se desenvolve o atendimento espiritual dos que chegam? Como ocorre o acolhimento, consolo, esclarecimento e orientação?

– Mesmo sendo indiscutível a necessidade do estudo doutrinário, não poderia estar ocorrendo uma espécie de ambiente de escolarização formal na oferta e na relação entre os vários cursos doutrinários disponibilizados nas instituições espíritas? E o que dizer dos casos em que ocorrem certificações, como emissão de certificados?

– Algumas nuances da escola de Alexandria em geral e do *Didaskaleion* (escola para catequistas), do século III, não poderiam estar sendo reavivadas em formas de preparo de evangelizadores para a infância e de “instrutores” de cursos sobre mediunidade?

– Em relação à prática da mediunidade e a pretexto do preparo com base no estudo, de certa forma não estaria sendo cerceada por muitas normas e

pré-requisitos?

– Não haveria o risco de se criar uma espécie de hierarquia entre os que completaram uma sequência de cursos doutrinários para poderem assumir coordenação de atividades e participação na gestão de grupos e de instituições espíritas?

– Até que ponto o trabalho apenas em nível cognitivo é válido? Ou são cabíveis propostas e ações efetivas para o cultivo de valores e sentimentos?

– As polêmicas a respeito da natureza do Cristo – à semelhança do docetismo –, não poderiam ser substituídas pela ênfase ao objetivo do ensino moral que Allan Kardec define em *O Evangelho Segundo o Espiritismo*?²

– No caso de livros espíritas, há situações em que as citações de versículos do Novo Testamento (ou de partes deles, as perícopes), originalmente utilizadas em obras nacionais e estrangeiras, foram substituídas por outras traduções bíblicas de diferentes das adotadas pelo autor. Isso não lembraria as alterações dos copistas religiosos do passado?

– Poderia estar ocorrendo uma eventual tendência de comercialização dos chamados “produtos espíritas”, como os livros e até de ingressos pagos para seminários doutrinários?

– Muitas instituições estariam perdendo o caráter espírita, inclusive em textos dos Estatutos, para assegurarem convênios com governos. Deve-se lembrar que – pela Constituição – o Estado brasileiro é laico, portanto ações assistenciais e promocionais subvencionadas por governos não podem ter

características religiosas. O que seria mais importante, o compromisso espírita ou o atrelamento a projetos de governos?

– Parece estar havendo tendência de idolatria a médiuns, expositores e alguns dirigentes?

Será que não estaríamos correndo o risco de incorrerem em situações de certa forma similares àquelas vividas pelos cristãos nos tempos do Concílio de Niceia? A eventual similaridade de alguns fatos depende das condições e intensidades, mas o conjunto ou os eventuais indícios sugestivos de tendências devem ser um sinal de alerta.

Interessante é que na história do cristianismo nascente, há o registro do ex-doutor da Lei Saulo de Tarso que, ao visitar a Casa do Caminho após sua conversão, sentiu-se:

“[...] torturado pela influência judaizante. Tiago dava a impressão de reingresso, na maioria dos ouvintes, nos regulamentos farisaicos. Suas preleções fugiam ao padrão de liberdade e do amor em Jesus Cristo.”³

Saulo de Tarso optou em deixar a tradicional e pioneira *ecclesia* de Jerusalém, iniciando sua grande tarefa de divulgador do Evangelho.

Ao comentar a vida e obra de Paulo, Herculano Pires destaca a posição clara e marcante do Apóstolo:

“Ele libertava a religião da política e do negócio. Para ele, a religião tinha que ser vivida em si mesma e vivida com toda a independência moral”. A propósito de trecho de Atos sobre “muitos milagres e prodígios entre o povo pelas mãos dos apóstolos” o autor aponta que ali se encontra “uma das mais belas confirmações evangélicas da realidade e da verdade do

Espiritismo e das suas práticas como continuação do cristianismo em espírito e verdade aqui na terra.”⁴

Quase dois milênios depois, Chico Xavier optou em deixar instituição que foi um dos fundadores, e deu início a um novo e simples ponto de referência, o Grupo Espírita da Prece, de Uberaba.

Com base em *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, vivemos a época do “Consolador Prometido” pelo Cristo².

Em nossos dias, é muito necessária e importante profundas reflexões e análises sobre os rumos que está tomando o movimento espírita, sendo sugestivas as ilustrações da “esquina de pedra”⁵ (vide cap. 5.2), do rompimento com o farisaísmo feito por Paulo e da opção pela simplicidade de Chico Xavier.

A propósito, somos de opinião de que a sede física, inclusive de instituições que tenham funções federativas, deve ser compreendida como um ponto de referência. Na realidade, deve-se trabalhar com o conceito ampliado de “sede estendida” e relacionada com a seara espírita em geral e a comunidade em que se inserem.⁶

As sedes devem representar postos de trabalho, prioritariamente voltados para o atendimento das demandas espirituais e fraternais das pessoas que as procuram e vinculadas a ações integradas da instituição:

“O foco de atenção dos trabalhadores e o público-alvo não devem estar circunscritos a trabalhos internos, ou seja, às atividades intramuros. A ação envolve toda a área de abrangência do Órgão ou da Federativa. As soluções para os problemas administrativos, inclusive das sedes das instituições, e as

recomendações para as suas atividades ‘devem ter como parâmetro o que é simples e viável para a maioria das instituições’. A Causa é mais importante do que a Casa!”⁶

Torna-se oportuna a transcrição de outro trecho de mensagem espiritual, obtida por Divaldo Pereira Franco, em evento do Conselho Espírita Internacional:

“Por certo, filhos amados, muitos de vós pertencestes àquela grei que, ao lado de Constantino, abriu a porta da tolerância a Jesus no império romano. Conseguis, agora, repetir a grande façanha de o Evangelho, na sua visão libertadora, graças ao Espiritismo, sendo tolerado em diferentes partes do orbe. No entanto, se isto significa vitória, como, sem dúvida, o é, também representa um grande perigo que pode transformar-se em denominação de consciências, em atitudes arbitrárias, em governança enganadora.”⁷

No último discurso de Allan Kardec, em novembro de 1868, há colocações muito oportunas para as reflexões sobre religião e laços ou união dos espíritas:

“O laço estabelecido por uma religião, seja qual for o seu objetivo, é, pois, essencialmente moral, que liga os corações, que identifica os pensamentos, as aspirações, e não somente o fato de compromissos materiais, que se rompem à vontade, ou da realização de fórmulas que falam mais aos olhos do que ao espírito. O efeito desse laço moral é o de estabelecer entre os que ele une, como consequência da comunhão de vistas

e de sentimentos, a fraternidade e a solidariedade, a indulgência e a benevolência mútuas.”⁸

Em outra obra¹ comentamos que – como um reforço ao pensamento de Allan Kardec na sua análise do Espiritismo como religião –, são oportunos alguns conceitos do pesquisador psíquico e filósofo pragmatista, William James (1842-1910), que ficou conhecido pela pesquisa com a mediunidade da norte-americana Leonora Piper. Este intelectual concluiu que:

“[...] os únicos critérios genuinamente aplicáveis, nos juízos de valor acerca da experiência religiosa, são a ‘luminosidade imediata’, a ‘razoabilidade filosófica’ e a ‘prestimosidade moral’.”⁹

O acadêmico e teólogo Edênio Valle – em pleno Século XXI –, destaca o pensamento de William James, de que a religião se fundamenta em três pontos de força principais:

“[...] o pragmatismo, a atenção dada à emoção individual e a variedade das formas sob as quais aparecem o(s) comportamento(s) religioso(s).”¹⁰

Esses pontos destacados por Valle aparecem sintetizados na seguinte frase de James:

“A religião significa para nós os sentimentos, atos e experiências de indivíduos em sua solidão, na medida em que se sintam relacionados com o que quer que possam considerar o divino.”¹¹

Entendemos que os conceitos de Allan Kardec sobre o Espiritismo como religião são coerentes com o pensamento acadêmico de William James.

A propósito, em síntese, corroboramos que:

“Considera-se a noção de “religião pessoal”, ligada à esfera das “disposições interiores” dos indivíduos, delineada por William James, e, nessa perspectiva, de se buscar transcender o aspecto meramente institucional e formal, isto é, incentivando-se a conscientização – no campo da experiência religiosa *per se* – dos adeptos do Espiritismo perante o imperativo de se associar a “razão” ao “sentimento”, promovendo a “fusão do saber e da ação”, e, conseqüentemente, formando um *laço religioso* composto por “espíritas cristãos” preocupados em dissolver os eventuais elos (“velados”) da vaidade e da ambição imiscuídos no movimento espírita brasileiro. Este “laço” nos termos da colocação de Allan Kardec, na *Revista Espírita* de 1868, em que ele detalhou o seu real caráter¹².

Nessa relação entre essência de proposta religiosa e institucionalização, entendemos como oportuna a reflexão nesses comentários do autor espiritual Emmanuel:

“As instituições humanas vivem cheias de códigos e escrituras. Os templos permanecem repletos de pregações. Os núcleos de natureza religiosa alinham inúmeros compêndios doutrinários. O Evangelho, entretanto, não oculta os propósitos do Senhor.

Toda a movimentação de páginas rasgáveis, portadoras de vocabulário restrito, representa fase de preparo espiritual, porque o objetivo de Jesus é inscrever os seus ensinamentos em nossos corações e inteligências.

Poderemos aderir de modo intelectual aos mais variados programas religiosos, navegarmos a pleno mar da filosofia e da cultura meramente verbalistas, com certo proveito à nossa posição individual, diante do

próximo; mas, diante do Senhor, o problema fundamental de nosso espírito é a transformação para o bem, com a elevação de todos os nossos sentimentos e pensamentos.

O Mestre escreverá nas páginas vivas de nossa alma os seus estatutos divinos.”¹³

O ritmo de expansão que o Espiritismo assume em nosso país requer a solidez idealística e doutrinária dos centros e do movimento espírita. Há necessidade de um esforço coletivo, conforme pondera Allan Kardec, procurando-se estabelecer o “laço moral” entre espíritas.

Por oportuno, cabe a evocação de livro, atualmente esgotado e raro: *Antichristo. Senhor do Mundo*, de autoria do ex-presidente da FEB Leopoldo Cirne (1870-1941), que analisa em detalhes a trajetória do Cristianismo e do Espiritismo, até a data de conclusão de sua obra – 1934. Cirne considera que o Cristo empreende a obra de educação e redenção da humanidade e raciocina: “o princípio oposto – de separatividade e de egoísmo – que forma o substrato da natureza inferior do homem e constitui, na quase totalidade da espécie humana, o motivo preponderante de seus atos e impulsos? [...] esse princípio deverá chamar-se o Anticristo. Somos todos assim, enquanto consentimos em nós o predomínio do egoísmo com todos os seus derivados – ambição, vaidade, orgulho – e pelejamos denodadamente pela obtenção e acréscimo dos bens, posições e vantagens pessoais, com sacrifício dos outros e violação da lei de solidariedade...” Ao final da portentosa obra conclui: “Exageramos? – Percorrei a história de todos os séculos e nos sucessos, coletivos e individuais, em que haja

violação do preceito básico formulado pelo Cristo – ‘amai-vos uns aos outros’ – encontrareis a intervenção reacionária do Anticristo. [...] Quanto tempo será necessário à consumação dessa gloriosa metamorfose? O milênio, de que nos fala o Apocalipse? – Não importa o prazo. [...] a nossa humanidade, liberta finalmente do poder das trevas, raiará cedo ou tarde a aurora de sua definitiva redenção.”¹⁴

Atenção redobrada e continuada reflexão devem ser estimuladas no seio do movimento espírita para se reavivar o ideal e a simplicidade do cristianismo primitivo e para se realizar a profilaxia de novos eventuais desajustes na “esquina de pedra” e de se criar “uma pedra de tropeço e rocha de escândalo” que possam grassar no movimento espírita!

Referências:

1. CARVALHO, Antonio Cesar Perri. *Centro espírita. Prática espírita e cristã*. Cap.1.1, 7.2, 7.3. São Paulo: USE. 2016.
2. KARDEC, Allan. Trad. Ribeiro, Guillon. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. 131.e. Introdução e Cap. VI. Brasília: FEB. 2013.
3. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *Paulo e Estêvão*. Ed.esp. 2ª Parte, Cap. 3. Brasília: FEB. 2012.
4. PIRES, José Herculano. Org. Arribas, Célia. *O evangelho de Jesus em espírito e verdade*. 1.ed. Cap. 15. São Paulo: Editora Paideia. 2016.
5. RODRIGUES, Wallace Leal Valentim. *A esquina de pedra*. 9.ed. Matão: O Clarim. 2003. 399p.
6. CARVALHO, Antonio Cesar Perri. Casas e causa. *Reformador*. Ano 129. N.2. Maio de 2011. p. 186-187.

7. Mensagem recebida pelo médium Divaldo Pereira Franco durante a 12ª Reunião do Conselho Espírita Internacional, em Cartagena de Índias, Colômbia, no dia 14 de outubro, após o encerramento do 5º Congresso Espírita Mundial.

8. KARDEC, Allan. Trad. Noletto, Evandro Bezerra. O Espiritismo é uma religião? *Revista Espírita*. Dezembro de 1868. Ano XII. Rio de Janeiro: FEB. 2005.

9. JAMES, William. Trad. Cajado, Octávio Mendes. *As variedades da experiência religiosa*. 1.ed. Cap. II. Conferência. São Paulo: Cultrix. 1991.

10. VALLE, Edênio. *Psicologia e experiência religiosa*. 3.ed. Cap. 3. São Paulo: Loyola. 2010.

11. NIEBUHR, Richard. R. William James acerca da experiência religiosa. In: Putnam, Ruth Anna (Org.). *William James*. Trad. Oides, André. 1.ed. Cap. 11. Aparecida: Ideias & Letras. 2010.

12. CARVALHO, Flávio Rey; Carvalho, Antonio Cesar Perri. Espiritismo como religião: algumas considerações sobre seu caráter religioso e seu desenvolvimento no Brasil. In: Souza, André Ricardo; Simões, Pedro; Toniol, Rodrigo (Org.). *Espiritualismo e Espiritismo. Reflexões para além da espiritualidade*. 1.ed. Parte 1, Cap. 2. São Paulo: Editora Porto de Ideias. 2017.

13. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *Vinha de luz*. 1.ed.esp. Cap. 81. Brasília: FEB. 2005.

14. CIRNE, Leopoldo. *Antichristo. Senhor do Mundo*. 1.ed. Rio de Janeiro: Bedeschi. 1935. (Resenha em: CARVALHO, Antonio Cesar Perri. *Cristianismo, Espiritismo e o Anticristo*. Revista Internacional de Espiritismo. Ano XCII. No. 9. Outubro de 2017. P. 474-477).

6.4. O aspecto religioso do Espiritismo – Flávio Rey de Carvalho

Pela pertinência do tema no contexto do presente estudo sobre o cristianismo nos séculos iniciais com o enfoque histórico e a visão espírita e, especificamente, levando-se em consideração as reflexões sobre a analogia dos momentos próximos ao Concílio de Niceia com o movimento espírita, entendemos como oportuna a reprodução deste artigo.

Transcrito de: CARVALHO, Flávio Rey. O aspecto religioso do Espiritismo. *Revista Internacional de Espiritismo*. Ano XCII. N. 6. Julho de 2017. p. 304-306.

O aspecto religioso do Espiritismo

Flávio Rey de Carvalho⁶

Em meados do século XIX, em função do avanço da ciência – que culminou no chamado “cientificismo” –, cada vez mais os assuntos ligados à temática religiosa passavam a ser vistos com desconfiança. Foi em meio a esse contexto marcado pelo paulatino descrédito da religião, que iniciou a atividade missionária de Allan Kardec – pseudônimo de Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869). Conforme explicou Emmanuel em *A caminho da luz*, em 1938: “A tarefa de Allan Kardec era difícil e complexa. Competia-lhe reorganizar o edifício desmoronado da crença, reconduzindo a civilização às suas profundas bases religiosas.”¹

Em cumprimento a essa tarefa, Kardec codificou o “Espiritismo”, que, do ponto de vista terminológico, consiste em um neologismo criado para conferir uma identidade própria – *sui generis* – à nova doutrina apresentada em *O Livro dos Espíritos*, lançado em 1857. Daí o Codificador ter comentado, logo no início da introdução dessa obra, acerca da necessidade da criação do termo Espiritismo: “Para as coisas novas necessitam-se de palavras novas [...]”.² Diante da inovadora proposta apresentada por Kardec, a cientista social Maria Angela Vilhena indagou: “Para o universo espírita seria o Espiritismo uma religião?”. E, comentando, ela ponderou que: “Para os pesquisadores de várias áreas [...] a resposta a essa questão é basicamente consensual, posto que afirmam que sim, o Espiritismo é uma

religião. [...] No entanto, para certas lideranças espíritas, a questão é bem mais complexa e controversa”.³

Tal ambiguidade, conforme sugeriu o filósofo e cientista da religião Jeferson Betarello, teria sua origem em alguns posicionamentos de Kardec, acerca do aspecto religioso do Espiritismo:

“[...] a rejeição de Kardec do Espiritismo como religião – a despeito dos elementos presentes ao longo das obras da codificação que contrariam tal afirmação, ecoa até hoje na fala dos espíritas do Brasil [...]”.⁴

Como exemplo, o autor transcreveu, entre outros trechos, a seguinte frase escrita pelo Codificador, na *Revista espírita* de 1859: “O Espiritismo não é, pois, uma religião. Do contrário teria seu *culto*, seus *templos*, seus *ministros*”.⁵

Para se interpretar o conteúdo dessa posição de Kardec, recorre-se a uma explicação apresentada pelo filósofo – considerado um dos fundadores da psicologia da religião – William James (1842-1910), na obra *As variedades da experiência religiosa*, lançada em 1902:

“[...] chama-nos a atenção uma grande linha divisória que atravessa o campo religioso. De um lado, fica a *religião institucional*, de outro, a *religião pessoal*. [...] O culto e o sacrifício, processos para influir nas disposições da divindade, a teologia, a cerimônia e a organização eclesiástica, são os elementos essenciais do ramo institucional da religião. [...] No ramo mais pessoal, pelo contrário, são as disposições interiores do próprio homem que formam o centro de interesse, sua consciência, seus abandonos, seu desvalimento, sua imperfeição. [...] os atos a que essa

espécie de religião induz são atos pessoais e não rituais [...]. A relação se estabelece, direta, de coração para coração, de alma para alma, entre o homem e seu criador.”⁶

Mediante essa explicação, presume-se que seria em rejeição à “religião” de tipo “institucional” – que apresenta um caráter meramente formal, manifesto em práticas *exteriores* aos indivíduos (cerimônias, organização eclesiástica, rituais) – que se pode interpretar o posicionamento emitido por Kardec, visto que o aspecto religioso do Espiritismo, conforme será evidenciado abaixo, circunscrever-se-ia à “religião” de tipo “pessoal” – que envolve, basicamente, o *sentimento religioso* emanado do íntimo dos sujeitos (suas disposições interiores, sua consciência, seus atos) –, não estando, por conseguinte, condicionado por formalidades externas – rejeitadas pelo Codificador – de culto (rituais), templos (sedes) e ministros (cargos). Conforme consta em *O Livro dos Espíritos*: “A verdadeira adoração é a do coração. [...] Deus prefere aqueles que o adoram do fundo do coração, com sinceridade, fazendo o bem e evitando o mal, àqueles que creem honrá-lo por meio de cerimônias que não os tornam melhores para os seus semelhantes.”⁷

Como complemento, transcreve-se o seguinte comentário de Kardec, publicado na *Revista Espírita* de 1868:

“O laço estabelecido por uma religião, seja qual for o seu objetivo, é, pois, um laço essencialmente moral, que liga os corações, que identifica os pensamentos, as aspirações, e não somente o fato de compromissos materiais, que rompem à vontade, ou da realização de fórmulas que falam

mais aos olhos do que ao espírito. O efeito desse laço moral é o de estabelecer entre os que ele une, como consequência da comunidade de vistas e de sentimentos *a fraternidade e a solidariedade*, a indulgência e a benevolência mútuas. [...] Se assim é, perguntarão, então o Espiritismo é uma religião? Ora, sim, sem dúvida senhores. [...] o Espiritismo é uma religião, e nós o glorificamos por isto, porque é a doutrina que funda os elos da fraternidade e da comunhão de pensamentos, não sobre uma simples convenção [...]. Por que, então, declaramos que o Espiritismo não é uma religião? Porque não há palavra para exprimir duas ideias diferentes, e que, na opinião geral, a palavra religião é inseparável da de culto; desperta exclusivamente uma ideia de forma, que o Espiritismo não tem. Se o Espiritismo se dissesse uma religião, o público não veria aí senão uma nova edição, uma variante, se se quiser, dos princípios absolutos em matéria de fé; uma casta sacerdotal com seu cortejo de hierarquias, de cerimônias e de privilégios [...]. Não tendo o Espiritismo nenhum dos caracteres de uma religião, na acepção usual do vocábulo, não podia nem devia enfeitar-se com um título sobre cujo valor inevitavelmente se teria equivocado.”⁸

Assim, baseando-se na divisão do campo religioso proposta por William James, o Espiritismo, caso fosse considerado sob a perspectiva formal (manifesta em protocolos, rituais, cerimônias, hierarquias, etc.), própria da “religião institucional”, não seria, de fato, uma religião. Por outro lado, caso seja levado em conta o viés da “religião pessoal” (que envolve, em suma, o *sentimento religioso* dos indivíduos), o Espiritismo seria uma religião. Para fazer um balanço final, retoma-se, oportunamente, a constatação feita pela

cientista social Maria Angela Vilhena, segundo a qual para “certas lideranças espíritas” a questão de o Espiritismo ser considerado como uma religião seria “complexa e controversa” – todavia, o que estaria motivando isso?

Kardec foi bastante claro quando afirmou, na *Revista Espírita* de 1868, que o *Espiritismo* é – “sem dúvida” – *uma religião*: baseada, pura e simplesmente, no estabelecimento do *laço moral* entre os indivíduos, isto é, pautada pelo desenvolvimento dos sentimentos mútuos de fraternidade, solidariedade, indulgência e benevolência. Frente a esse posicionamento de Kardec, a sua simples rejeição, por parte de algumas lideranças espíritas, já não seria um indício de que poderia estar ocorrendo um desvirtuamento na sua proposta basilar?⁹ Poderiam as noções de *culto*, *forma*, *hierarquias*, *cerimônias* ou *privilégios*¹⁰ terem se imiscuído em setores do meio espírita, distanciando-os do ideal doutrinário delineado por Kardec? Não seria esse, possivelmente, o motivo da falta de consenso em se considerar o Espiritismo como uma religião? Tratam-se de questões complexas e controversas, porém, devemos nos guiar pelos posicionamentos do Codificador, que, quando bem interpretados, não deixam dúvidas, pois, como ele afirmou na conclusão de *O Livro dos Espíritos*: “O Espiritismo se apoia sobre as próprias *bases da religião* [...]”.¹¹

Referências:

1. XAVIER, Francisco Cândido. *A caminho da luz*. Pelo Espírito Emmanuel. 37. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2008, p. 240.
2. KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. Tradução de Salvador Gentile, revisão de Elias Barbosa. 182. ed. Araras: IDE, 2009, p. 7.

3. VILHENA, Maria Angela. *Espiritismos: limiares entre a vida e a morte*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 114-115.

4. BETARELLO, Jeferson. *Unir para difundir: o impacto das federativas no crescimento do Espiritismo*. Franca: Unifran, 2010, 56-57.

5. KARDEC, Allan. *Revista Espírita: jornal de estudos psicológicos (segundo ano – 1859)*. Tradução de Julio Abreu Filho. São Paulo: EDICEL, 1968, p. 148, grifo nosso.

6. JAMES, William. *As variedades da experiência religiosa: um estudo sobre a natureza humana*. São Paulo: Cultrix, 1991, p.30-31, grifo nosso.

7. KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. Tradução de Salvador Gentile, revisão de Elias Barbosa. 182. ed. Araras: IDE, 2009, p. 212-213, questões 653 e 654.

8. KARDEC, Allan. *Revista Espírita: jornal de estudos psicológicos (décimo primeiro ano – 1868)*. Tradução de Julio Abreu Filho. São Paulo: EDICEL, 1968, 356-367, grifo no original.

9. Que, conforme Emmanuel – citado no início deste artigo –, consiste em *reconduzir a civilização às suas profundas bases religiosas*.

10. Esses termos foram extraídos do supracitado trecho da *Revista Espírita* de 1868.

11. KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*, op. cit., p. 326, §V, grifo nosso.

6. Doutorando em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro fundador do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Evangelho da Federação Espírita Brasileira (NEPE-FEB). Integrou a Comissão Administrativa do NEPE-FEB, entre setembro de 2012 e março de 2015.

6.5. Boa Nova na visão espírita

Desde os momentos preparatórios ao nascimento do Cristo, incluindo a tarefa do imperador Augusto¹ – o “século de Augusto” e o momento da “maioridade terrestre”^{1,2} –, uma certa condescendência do contemporâneo imperador Tibério, houve o profundo impacto da força espiritual da missão do Grande Profeta, e, na sequência, houve a consolidação com a renúncia e extrema dedicação de heroicos discípulos. Os revezes e perseguições atrozmente estabelecidos em várias etapas do Império Romano acabaram por fortalecer a têmpera de notáveis cristãos e de favorecer a difusão do cristianismo.

Passados dois mil anos após o nascimento do Cristo, muitos impérios políticos e até religiosos, de certa forma, reviveram diversos aspectos negativos do Império Romano. Apesar de várias deturpações, a mensagem de Cristo sobreviveu e, em nossos dias, há o esforço para a implantação e a difusão da mensagem do “Consolador Prometido” pelo Mestre.

O intelectual espírita Herculano Pires se refere ao papel atual do Espiritismo:

“Espiritismo [...] Por isso é que ele se apresenta como desenvolvimento natural do Cristianismo, sequência inevitável do processo histórico, enfrentando o problema da salvação em termos de evolução, e procurando explicar as alegorias do passado à luz da compreensão racional.”³

Com vistas a esse objetivo, torna-se cabível a releitura e o revigoramento de propósitos, com base na mensagem da Boa Nova. Em obra psicografada por Francisco Cândido Xavier, o espírito Emmanuel faz oportunas e claras colocações e admoestações:

“O Evangelho do Divino Mestre ainda encontrará, por algum tempo, a resistência das trevas. A má-fé, a ignorância, a simonia, o império da força, conspirarão contra ele, mas tempo virá em que a sua ascendência será reconhecida. Nos dias de flagelo e de provações coletivas, é para a sua luz eterna que a Humanidade se voltará, tomada de esperança. Então, novamente se ouvirão as palavras benditas do Sermão da Montanha e, através das planícies, dos montes e dos vales, o homem conhecerá o caminho, a verdade, a vida.

“[...] Nos tempos modernos, mentalidades existem que pugnam pelo desaparecimento das noções religiosas do coração dos homens, saturadas do cientificismo do século e trabalhadas por ideias excêntricas, sem perceberem as graves responsabilidades dos seus labores intelectuais, porquanto hão de colher o fruto amargo das sementes que plantaram nas almas jovens e indecisas. Pede-se uma educação sem Deus, o aniquilamento da fé, o afastamento das esperanças numa outra vida, a morte da crença nos poderes de uma providência estranha aos homens. Essa tarefa é inútil. Os que se abalançam a sugerir semelhantes empresas podem ser dignos de respeito e admiração, quando se destacam por seus méritos científicos, mas assemelham-se a alguém que tivesse a fortuna de obter um oásis entre imensos desertos. Confortados e satisfeitos na sua felicidade ocasional, não

veem as caravanas inumeráveis de infelizes, cheias de sede e fome, transitando sobre as areias ardentes.”⁴

No contexto da atualidade é cabível o comentário espiritual inserto em *O Evangelho Segundo o Espiritismo*:

“[...] A história da cristandade fala de mártires que se encaminhavam alegres para o suplício. Hoje, na vossa sociedade, para serdes cristãos, não se vos faz mister nem o holocausto do martírio, nem o sacrifício da vida, mas única e exclusivamente o sacrifício do vosso egoísmo, do vosso orgulho e da vossa vaidade. Triunfareis, se a caridade vos inspirar e vos sustentar a fé.”⁵

Obra publicada postumamente reúne excelentes estudos de Herculano Pires⁶, com base em gravações de programas radiofônicos, tendo como foco a visão do evangelho “em espírito e verdade”. Para este autor:

“[...] o Espiritismo se confirma, portanto, ao contrário do que dizem os seus adversários, nas próprias palavras e nos próprios ensinamentos dos evangelhos”.

Referindo-se aos princípios e cuidados no movimento espírita, pondera:

“O que nos deve interessar não é nossa opinião nisso ou naquilo, mas sim a firmeza com que pudermos seguir os princípios da doutrina espírita. E esses princípios estão firmados, como nós sabemos na codificação de Allan Kardec. E estes princípios, por sua vez, têm a sua base mais profunda, as suas raízes mais penetrantes nos próprios evangelhos de Jesus.”⁶

O orientador espiritual Emmanuel recomenda de forma objetiva:

“Que é preciso cristianizar a humanidade é afirmação que não padece dúvida; entretanto, cristianizar, na Doutrina Espírita, é raciocinar com a verdade e construir com o bem de todos, para que, em nome de Jesus, não venhamos a fazer sobre a Terra mais um sistema de fanatismo e de negação.”⁷

Para finalizar, torna-se sugestiva a reflexão e a analogia sobre o momento decisivo para o nascimento do Cristo na intimidade dos espíritos, viajores da eternidade, nos dizeres de autoria do espírito Humberto de Campos:

“Depois dessa festa dos corações, qual roteiro indelével para a concórdia dos homens, ficaria o Evangelho como o livro mais vivaz e mais formoso do mundo, constituindo a mensagem permanente do Céu, entre as criaturas em trânsito pela Terra, o mapa das abençoadas altitudes espirituais, o guia do caminho, o manual do amor, da coragem e da perene alegria.”⁸

Referências:

1. CARVALHO, Antonio Cesar Perri. Dois mil anos após Augusto. *Reformador*. Ano 132. N.2.225. Agosto de 2014. p.451-455.
2. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *A caminho da luz*. 38.ed. Cap. 12. Brasília: FEB. 2013.
3. PIRES, José Herculano. *O espírito e o tempo*. 1.ed. 2a. parte, cap. 1. São Paulo: Ed. Pensamento. 1964.
4. XAVIER, Francisco Cândido. Pelo espírito Emmanuel. *Emmanuel*. 28.ed. Cap. 2.5 e 4.1. Brasília: FEB. 2013.
5. KARDEC, Allan. Trad. Ribeiro, Guillon. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. 131.ed. Cap. XI, item 8. Brasília: FEB. 2013.

6. PIRES, José Herculano. Org. Arribas, Célia. *O evangelho de Jesus em espírito e verdade*. 1.ed. Cap. 6 e 9. São Paulo: Editora Paideia. 2016.

7. XAVIER, Francisco Cândido. Espíritos diversos. *Fonte de paz*. Cap. Sentir Kardec. Araras: IDE.1987.

8. XAVIER, Francisco Cândido. *Boa Nova*. Pelo espírito Humberto de Campos. 36. ed. Cap. 1. Brasília: FEB. 2013.

6.6. Conclusão

Depois dos levantamentos na história e na ciência dos fatos aqui narrados e analisados sob a ótica espírita, entendemos que o nosso propósito de rever a história dos seguidores de Jesus nos primeiros séculos, foi aqui atingido. Esperamos que o leitor possa analisar e refletir sobre o conteúdo desta obra, com o objetivo de extrair da história algo positivo para sua vida.

Como espíritas, sabemos e conhecemos, toda a responsabilidade que temos em mãos, no sentido de defender o ensino moral de Jesus.

A trajetória dos primeiros séculos do cristianismo mostra progressos e conquistas marcantes, concomitantemente com sérios comprometimentos e desvios da essência da mensagem inicial. Indiscutivelmente os erros são devidos à natureza humana.

A análise sob a ótica espiritual e espírita aponta que a humanidade tem a vertente encarnada e a desencarnada e que ambas se inter-relacionam, que inclusive destacamos como uma das forças do então nascente cristianismo.

Com base nessa linha de raciocínio e empregando como parâmetro a obra *A caminho da luz*, do espírito Emmanuel, que desenvolveu uma importante síntese da “História da Civilização à luz do Espiritismo”, fica esclarecida a paulatina e complexa marcha de progresso espiritual de nosso Orbe.

Depois de quase dois mil anos da origem do cristianismo, podem estar de volta espíritos – quais seres antigos que reaparecem – que vivenciaram etapas ou situações as mais diversas nas lutas vinculadas a conceitos e práticas de religião.

No contexto atual são evidentes os entrecosques teológicos e sociais no seio das grandes e tradicionais religiões cristãs.

O Espiritismo, surgiu em meados do século XIX, absorvendo essas polêmicas e trazendo outras alimentadas pelas experiências pretéritas do espírito encarnado. Afinal de contas, numa linha do tempo, a grande maioria dos espíritas, em tese, seriam espíritos bem vividos em diversas religiões e agora conhecendo as obras de Allan Kardec.

A propósito, não seria irrazoável que muitos espíritas procurassem agir agora guardando uma certa semelhança – ou influência marcante – de vida anterior ligada a outras práticas religiosas.

Por essa razão, reiteramos o convite ao estudo e reflexão, para se evitar recidivas históricas em situações enganosas do passado.

Julgamos importantes os alertas relacionados com os difíceis tempos prévios e imediatos ao Concílio de Niceia, para a profilaxia de novas “pedras de tropeço”.

Allan Kardec foi muito lúcido ao trazer e defender os laços morais do Evangelho de Jesus para o Espiritismo, utilizando-os como religião e essa deve ser a tônica de atuação do “Consolador prometido por Jesus”!

Principalmente em épocas identificadas como “sinais dos tempos” em que são indispensáveis as definições pelo bem e pela paz.